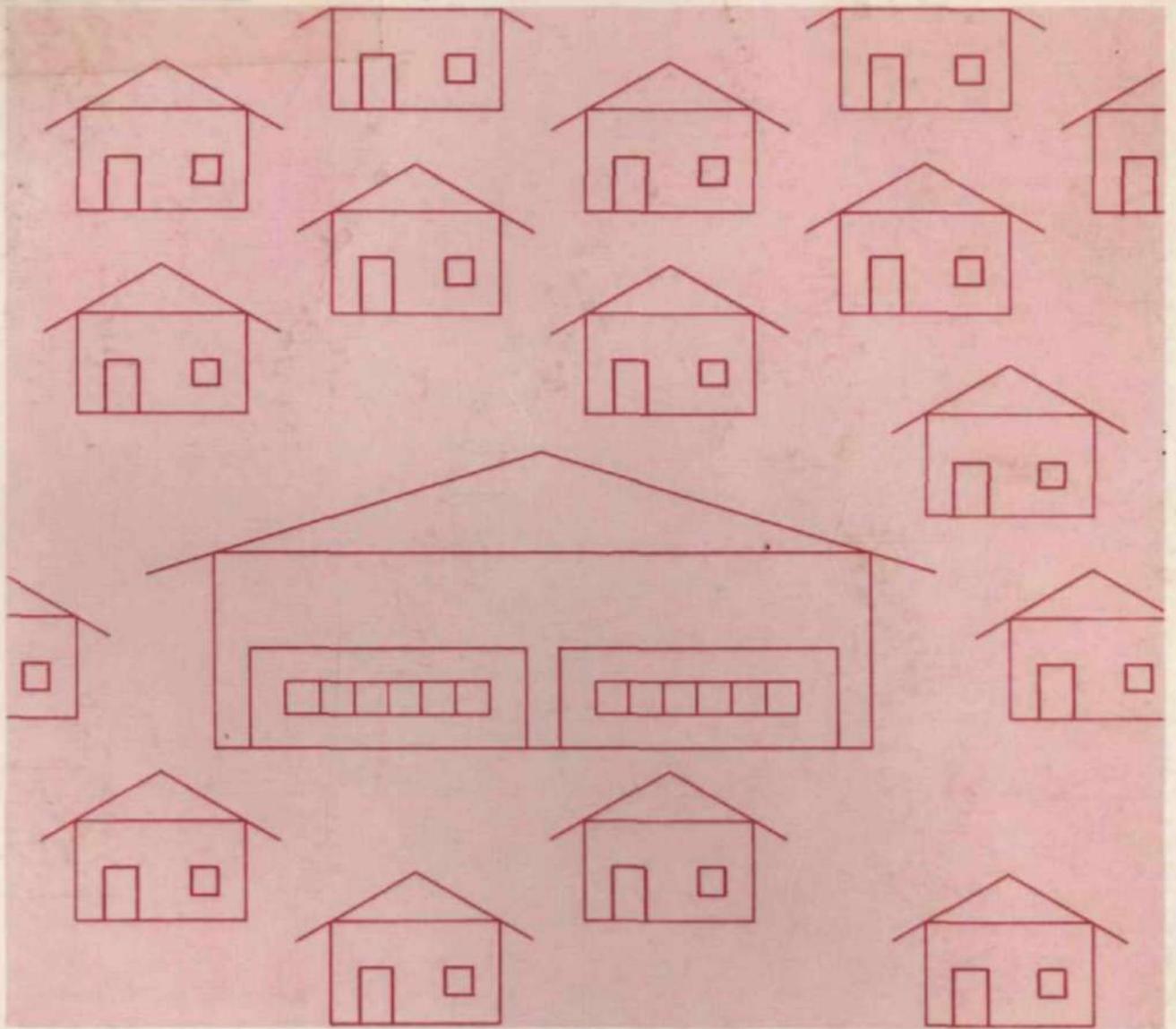


CIBEC/INEP



B0010212

BBE



EDUCAÇÃO E TRABALHO

experiências junto a camadas populares

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Presidente da República

João Figueiredo

Ministra da Educação e Cultura

Esther de Figueiredo Ferraz

Secretária de Ensino de 1.º e 2.º Graus

Anna Bernardes da Silveira Rocha

Diretor Executivo do CENAFOR

Paulo Nathanael Pereira de Souza

Correspondência para CENAFOR

CEP 01121 - R. Rodolfo Miranda. 636 - São Paulo - SP - Brasil

FUNDAÇÃO CENTRO NACIONAL DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL
PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL - CENAFOR - 1983



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
**FUNDAÇÃO CENTRO NACIONAL DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL
PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL - CENAFOR**

COORDENADORIA DE PESQUISA E APOIO TÉCNICO - COPAT

Seção de Pesquisa

EDUCAÇÃO E TRABALHO: Experiências junto a camadas populares

REFERENCIA BIBLIOGRÁFICA

CENAFOR. Coordenadoria de Pesquisa e Apoio Técnico. Seção de Pesquisa. *Educação e trabalho: experiências junto a camadas populares*. Sao Paulo, CENAFOR, 1983. 129p.

CATALOGAÇÃO NA FONTE : COPAT/SIEFOR

CENAFOR. Coordenadoria de Pesquisa e Apoio Técnico. Seção de Pesquisa.
Educação e trabalho: experiências junto a camadas populares. - São Paulo: CENAFOR, 1983.
129p.

Bibliografia: p. 125-129.

1. Educação e trabalho 2. Escola de produção. 3. Experiências educacionais 4. Brasil I. Título.

CDU: 37:331.001.5(81)

Apresentação

O presente estudo apresenta alguns relatos de experiências educacionais originárias do Programa Nacional de Ações Sócio-Educativas e Culturais para as Populações Carentes do Meio Rural — PRONASEC — e do Programa de Ações Sócio-Educativas e Culturais Para as Populações Carentes do Meio Urbano - PRODASEC. Seu objetivo é o de contribuir para a análise dos limites e possibilidades das ações educacionais centradas no relacionamento entre educação e trabalho produtivo, que procuram promover, a partir das diretrizes, princípios e formas operacionais propostos pelos Programas mencionados, o melhoramento dos serviços educacionais, a fomentação da participação social e o melhoramento dos níveis de emprego e renda dos grupos sociais desprivilegiados.

Gostaríamos de agradecer à Coordenadoria de Articulação com os Sistemas Estaduais de Ensino da Secretaria de Ensino de Primeiro e Segundo Graus do MEC, que promoveu e contribuiu para a realização desse trabalho. Agradecemos às Secretarias de Educação dos Estados do Acre, Pernambuco, Bahia e Piauí, que nos receberam e colocaram à disposição todas as condições necessárias para o nosso trabalho. Agradecemos também a todas as pessoas envolvidas nas experiências aqui relatadas que, com paciência e disposição contribuíram conosco de todas as formas, principalmente, através do fornecimento das informações por nós solicitadas.

CENAFOR
Divisão de Pesquisa e Desenvolvimento — Serviço de Pesquisa

EQUIPE TÉCNICA:

Lizete Freire Onesti
Maria José do Amaral Ferreira
Sidnei Sauerbronn
Vera Lúcia Domínguez Pastoreio

COORDENAÇÃO GERAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVA:

Waldemar Marques
Mauro Wilton de Sousa

COORDENAÇÃO TÉCNICA:

Odair Prescivalle

SUMÁRIO

Apresentação	3
Introdução	9
Escola de 19 Grau "Dr. Flaviano Flavio Batista" — Rio Branco/Acre	13
A Experiência de Escola de Produção Rural de Angical — Angical/ Piauí	39
Centro de Profissionalização do Menor — CENPROMEN — Teresina/Piauí	59
A Experiência de Escolas de Produção Não-Formais — Salvador/ Bahia	79
Projeto Várzea - Recife/Pernambuco	95
Comentários Finais	117
Bibliografia	125

INTRODUÇÃO

Propostas, programas e ações educacionais voltadas a segmentos da população mais desprivilegiados vêm sendo desenvolvidas ou concebidas há certo tempo no Brasil e internacionalmente. Ainda que essas experiências não constituam exclusividade dos países do Terceiro Mundo, é aí que elas têm proliferado e encontrado as mais variadas justificativas. Nos países subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento surgem, tanto como iniciativas oficiais como particulares, alternativas educacionais consideradas relevantes para ajudar a combater as desigualdades sociais extremas, características de tais estruturas sociais.

No Brasil, tais experiências são efetuadas tanto no ensino regular como fora deste. Em certa medida, estas experiências se preocupam em garantir o acesso de alunos originários das camadas populares à escola. Além disto, entretanto, outros objetivos são colocados: através de medidas extra-escolares, pretende-se contribuir para a "recuperação" da escolarização perdida para adultos e jovens; através de ações de desenvolvimento comunitário, visa-se melhorar as condições de vida e trabalho da população; procura-se, finalmente, facilitar a articulação dos poderes públicos com a organização popular, e estimular uma ação política visando à transformação das estruturas econômicas.

Vinculados ao sistema de ensino ou a grupos sociais específicos, tais propostas e programas se relacionam, geralmente, ao trabalho produtivo e a aspectos da organização social e da vida

sócio-cultural.

Este trabalho apresenta experiências educacionais voltadas às camadas populares que se originaram de recentes Programas Especiais do MEC: o PRODASEC e o PRONASEC - Programas de Ações Sócio-Educativas e Culturais para as Populações Carentes dos Meios Urbano e Rural. Tais Programas iniciaram-se em janeiro de 1980, inseridos na proposição estratégica do Ministério da Educação e Cultura decorrente do III Plano Setorial da Educação, Cultura e Desporto, que propugnava uma "educação voltada para a redução das desigualdades sociais", apontando prioridades de atendimento para populações carentes urbanas e rurais.

Numa perspectiva de participação da população na identificação de suas necessidades e na definição de prioridades e de alternativas de superação de seus problemas, esses Programas formulam diretrizes para uma ação educacional que relacione educação e cultura, educação e vida comunitária e educação e trabalho produtivo, tendo como objetivos:

1. melhorar o funcionamento dos serviços educacionais destinados às populações carentes e estender sua cobertura;
2. promover a participação social através da intensificação da relação escola-comunidade;
3. contribuir, através de ações vinculadas ao

setor educacional, para o melhoramento dos níveis de emprego e renda das populações carentes.

Esses Programas traduziram sua proposta educacional em três linhas básicas de atuação que privilegiam respectivamente aspectos educacionais, sócio-culturais e econômicos, conforme o enfoque preponderante das ações a serem desenvolvidas. Cada ação, apesar de centrada numa das linhas básicas, deveria pautar-se nas diretrizes e objetivos gerais estabelecidos pelos Programas, numa perspectiva de integração dessas linhas.

A linha de ação econômica, que será objeto de análise nesse trabalho, centra-se no relacionamento entre educação e trabalho produtivo, com o objetivo de melhorar os níveis de emprego e renda das populações carentes. Tem como princípios básicos e formas operacionais o seguinte:

- a) a valorização do trabalho como conteúdo educacional e como processo a partir do qual se desenvolvam as atividades educacionais;
- b) a utilização do trabalho associado ao processo educativo como fonte de renda para os educandos carentes e suas famílias, de forma a reduzir o custo de oportunidade elevado que, para a família de baixa renda, representa enviar filhos ao sistema educacional;
- c) o estímulo à produção e compras locais dos insumos necessários para implantação e funcionamento dos Programas, contribuindo, assim, para geração de empregos produtivos e para a melhoria do nível de renda dos grupos pobres;
- d) a ênfase em aprender a produzir produzindo, não só no sentido de oferecer um ensino profissionalizante, mas sobretudo no de proporcionar um trabalho produtivo

concomitante a aprendizagem, por meio da integração de componentes produtivos aos programas educacionais de diferentes níveis e modalidades, tendo em vista a geração de renda para a auto-sustentação financeira do processo, o melhoramento das instalações necessárias a esse processo e a possibilidade dele representar fonte de renda adicional ou compensatória para o aluno e sua família;

- e) e o apoio à inserção dos egressos de programas educacionais no mercado de trabalho, através de financiamento para aquisição de terra, capital de giro, equipamentos, etc, e através do estímulo ao fortalecimento ou criação de pequenas unidades produtivas, organizando o setor informal do mercado de trabalho.

Em relação a essa linha de ação, o CENAFOR, através da Divisão de Pesquisa e Desenvolvimento, já havia realizado uma pesquisa, de caráter exploratório, que buscava fornecer subsídios para a compreensão das experiências que se propunham combinar o ensino com o trabalho produtivo a nível da própria unidade escolar, por meio da integração de componentes produtivos aos currículos escolares de diferentes níveis e modalidades (1).

A partir dos resultados dessa pesquisa, a Coordenadoria de Articulação com os Sistemas Estaduais de Ensino — COASE -, órgão da Subsecretária de Apoio ao Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino da Secretaria de Ensino de Primeiro e Segundo Grau do MEC —, à qual foram incorporados o PRONASEC e o PRODASEC, solicitou ao CENAFOR sua

(1) CENAFOR. Experiências e Perspectivas sobre Escolas de Produção no Meio Urbano no Brasil

contribuição para a realização de um outro trabalho. Esse trabalho deveria estudar algumas experiências originárias dos Programas, centradas no relacionamento entre educação e trabalho produtivo, tendo em vista a análise dos limites e possibilidades das ações educacionais desse tipo.

Para esta análise, selecionaram-se algumas experiências que vêm sendo realizadas nos Estados do Acre, Pernambuco, Piauí e Bahia, e que serão descritas e analisadas a seguir.

**ESCOLA DE 1.º GRAU "DR. FLAVIANO FLAVIO BATISTA
RIO BRANCO/ACRE.**

1. Histórico e Descrição Geral

2. O Ensino Oferecido pela Escola

3. A Escola e a Produção

4. Comentários

1. HISTÓRICO E DESCRIÇÃO GERAL

A Escola de 19 Grau Dr. Flaviano Flavio Batista, objeto do presente relato, localiza-se na periferia de Rio Branco, no Acre. O bairro em que se situa a escola, Aeroporto Velho, compõe, com os bairros Palheiral, Bahia, João Eduardo e Triângulo Novo, a área denominada Terminal. Essa área consistia inicialmente numa "colônia" (expressão utilizada para designar área onde haja algum tipo de exploração agrícola), e nela também funcionava o antigo depósito central de gasolina do Acre. Em 1958, foi construída a escola, no início uma pequena casinha de palha, cedida, juntamente com o terreno, por um agricultor do local, ex-membro da Guarda Territorial, Sr. Manuel da Roça Fortes. A escola se destinava a atender a uma clientela relativamente pouco numerosa, que incluía os filhos dos agricultores que ali moravam, bem como os filhos dos funcionários do depósito. Embora a iniciativa da construção não tivesse sido da Secretaria de Educação e Cultura — SEC —, esta se comprometeu, desde o início, a pagar os professores. Dez anos mais tarde, em 1968, a SEC mandou construir algumas salas de aula de alvenaria, para substituir a casinha de palha, assumindo definitivamente a escola.

A partir do final da década de 60 início da década de 70, a área — Terminal — começou a transformar-se. Inicia-se o processo de compra, por parte de empresas e de proprietários do Sul do país ("os paulistas"), de grandes parcelas de terra do Estado do Acre. Em sua maioria, estas terras têm sido destinadas, pelo menos até o momento, à formação de grandes latifúndios improdutivos, funcionando apenas como reserva de valor contra a corrosão inflacionária e meio de acesso aos incentivos fiscais e creditícios das políticas governamentais.

como resultado deste processo, foram expulsas

do campo inúmeras famílias de seringueiros, que não tiveram para onde se dirigir a não ser à periferia de Rio Branco. Estas famílias invadiram a área denominada Terminal, onde se aglomeram hoje, habitando casebres de madeira localizados em ruas irregulares, sem calçamento, sem esgoto, a luz e a água encanada não atingindo ainda a maioria das casas. Além de estar distante da maioria dos equipamentos urbanos fundamentais (hospitais, creches, centros de saúde, cinemas, zonas comerciais, etc), apenas há pouco tempo a área tomou o aspecto de um bairro, começando a surgir algumas ruas (irregulares, é verdade) de que certa forma configuram mais claramente um aglomerado urbano. Às vésperas das eleições de novembro, a Prefeitura de Rio Branco asfaltou precariamente a rua que passa em frente à escola, que é a via principal do bairro. A área está, além disso, sujeita a inundações, quando o Rio Acre transborda, no "inverno" (meses chuvosos).

Instalados na cidade, parte dos ex-seringueiros deixa as famílias em casa, a fim de trabalhar nos seringais, agora como bóias-frias; parte foi absorvida por duas empresas da área, a BONAL — Borracha Natural Ltda —, que faz beneficiamento e laminação de borracha, e a ACREANA, que faz beneficiamento de castanha do Pará; parte trabalha "à diária", fazendo pequenos serviços aqui e ali, tais como limpeza de quintais; parte faz pequenos biscates no setor informal, ou tem "tavernas", minúsculos botecos onde se vendem bebidas, balas e algumas miudezas diversas, e que existem às dezenas na área; e parte está inteiramente desempregada.

A grande maioria, todavia, mesmo quando empregada, obtém recursos suficientes apenas para sobreviver, ainda assim em condições quase que sub-humanas. As imagens que trazemos da área são a de um conjunto de casebres sem o mínimo de conforto abrigando famílias numerosas — todas as casas parecem estar cheias

de crianças, "pastoreadas" por mulheres em geral grávidas —, a de rostos jovens e adultos à janela de suas casas, à espera de um emprego que não existe; a de ruas estreitas e esburacadas, enlameadas ou empoeiradas, fazendo eco, no abandono e no descaso a que estão relegadas pela Prefeitura local, às más condições de vida das pessoas; a de rostos envelhecidos prematuramente e maltratados, onde faltam dentes, exibindo as marcas da dolorosa condição de vida da população. Estas más condições de vida, por sua vez, espelham-se em sintomas de precariedade na organização social, tais como assassinatos (freqüentes na área) e roubos e danificação até de carteiras e de objetos das próprias escolas.

Palavras do Sr. Francisco Dantas, o "seu" Chiquinho, diretor da escola, ilustram bem a situação de vida da população do bairro. Perguntado se também ele fora seringueiro, respondeu-nos: "por esta dor eu já passei", "esta dor eu já sofri".

E num ambiente com estas características que se situa a escola. Até 1975, a escola funcionava sem as mínimas condições: os roubos de carteiras e o apedrejamento das vidraças eram constantes, suas instalações serviam para pasto de gado, o local era utilizado para encontros amorosos, as savas multiplicavam-se e dominavam o terreno. Um buraco enorme, cheio de água e de sapos, "adornava" a escola. A rotatividade de pessoal era enorme, e nenhum diretor agüentava ficar. Faltavam professores, funcionários, vigias, merendeiras, etc. E, para agravar a situação, localizava-se perto da escola um depósito de lixo, do qual exalava um cheiro insuportável.

No início de 1975, o Secretário da Educação convidou "seu" Chiquinho para diretor da escola. "Seu" Chiquinho é ex-seringueiro, ex-agricultor, ex-embarcadiço, ex-carvoeiro, alfabetizado aos 36 anos, ligado à Igreja, educador experiente,

habitado ao trabalho difícil na zona rural — houve épocas em que tinha que caminhar mais de uma hora para chegar à escola onde lecionava. É professor desde o tempo em que freqüentava o 5º ano primário, com mais de 40 anos, ocasião em que construiu uma escola com a ajuda da comunidade junto à qual trabalhava. É uma figura conhecida, respeitada e querida pela comunidade a que serve a Escola de 1º Grau "Dr. Flaviano Flavio Batista". Sua primeira providência ao assumir a direção foi organizar um mutirão entre os funcionários e os moradores do local para limpar o prédio. Comprou também remédio para a saúva, cercou a escola e começou uma horta, arranjando sementes com hortelãos conhecidos e com a LBA. A horta tem o objetivo de reforçar a merenda da escola, tanto diretamente quanto na compra de produtos não fornecidos pela CNAE, e de atender à comunidade. Parte da produção obtida é, desde então, vendida ao pessoal do local, fiado quando necessário. Também são dadas verduras às famílias que precisem (nas quais haja desempregados, doentes, etc). Esta rotina foi estabelecida, repetimos, quando do início da horta.

Nesse meio de tempo, a escola cresceu bastante. De 120, quantidade de alunos existentes na escola quando "seu" Chiquinho assumiu, passou-se para os 660 alunos atuais. Paulatinamente, a escola foi conseguindo preencher o seu quadro de funcionários e ampliando suas instalações (ainda que de forma modesta e precária). O terreno da escola, atualmente, está com plena utilização. A escola propriamente dita compreende 10 salas de aula, 6 banheiros, 1 sala para o diretor, 1 sala para a secretaria, 1 sala para o banco do livro e 1 cozinha. com exceção das salas de aula, cujo tamanho é razoável, as demais instalações são extremamente acanhadas e inadequadas para o tipo de uso a que se destinam. A horta existente é de pequenas dimensões, e no terreno da escola há ainda um minúsculo galpão (onde

funcionam oficinas de Entalhe, Flandelaria e Carpintaria) e um aviário também pequeno onde são criadas algumas galinhas. As oficinas e o aviário foram construídos recentemente, as oficinas com a finalidade de propiciar algum tipo de profissionalização aos alunos que o desejassem, e o aviário com finalidade semelhantes à da horta: parte da produção de ovos e frangos é vendida à comunidade, a preços mais baixos que os de mercado, parte é consumida eventualmente na escola e parte é doada a famílias necessitadas. Tal como ocorre com a venda de hortaliças, a renda gerada a partir da comercialização de aves e ovos é utilizada na compra de produtos necessários à escola, especialmente material de limpeza.

A Escola de 19 Grau "Dr. Flaviano Flavio Batista" foi a primeira escola a surgir no local, e ainda é a que goza de maior prestígio (embora de 1978 para cá, devido ao grande aumento da população na área, tenham sido criadas outras escolas no Terminal: Serafim Salgado — em 1978 —, Áurea Pires — em 1980 —, Frei Tiago e João Paulo II - em 1981 -). "Seu" Chiquinho, ex-seringueiro, mantém um diálogo fácil com as famílias dos alunos e demais moradores, conhecedor que é de seus problemas e da sua condição de vida: além de já ter trabalhado como seringueiro, como grande parte dos habitantes do local, "seu" Chiquinho desempenha atualmente funções religiosas junto a este tipo de população; periodicamente, dirige-se aos seringais para efetuar batizados e casamentos, por delegação do bispo local. Além de desenvolver um trabalho assistencial junto a algumas famílias, a escola vem funcionando como um pólo comunitário, papel que se desenhou com maior nitidez a partir do contato com a equipe da SEC responsável pelo PRODASEC - Programa de Ações Sócio-Educativas e Culturais para as Populações Carentes do Meio Urbano —. A SEC considera a Escola de 19 Grau "Dr. Flaviano Flavio Batista" peça fundamental nas ações de educação

comunitária que vem incentivando, em decorrência das orientações do PRODASEC. Suas instalações servem, quando necessário, como local de reunião dos moradores para discussão de suas necessidades e para organização de suas reivindicações. "Seu" Chiquinho, alguns professores e alguns pais, por outro lado, lideram a comunidade em muitos momentos. Tivemos conhecimento, por exemplo, de sua atuação durante a campanha para a transformação de parte do Hospital Distrital em Centro de Saúde. O Hospital Distrital é o único hospital relativamente próximo ao Terminal, porém funcionava exclusivamente como hospital psiquiátrico. Quando a população tinha necessidade de atendimento médico, era forçada a dirigir-se ao centro de Rio Branco, bem distante do local. O Hospital Distrital, por sua vez, apesar de muito mais próximo, estava subutilizado, devido à sua especificidade. Ora, campeavam na região verminoses, malária, hepatites e outras doenças. Estimulados pela equipe do PRODASEC, "seu" Chiquinho, professores, pais, representantes da APM, parteiras curiosas e os ministros de saúde (*), organizaram-se, e aos moradores, no sentido de exigir uma enfermeira para a área. Pressionaram e se reuniram com representantes das Secretarias de Educação e Saúde, até conseguirem, após uma campanha memorável, a transformação do Hospital Distrital em Unidade Mista. O Hospital passou, assim, a funcionar também como Centro de Saúde, atendendo mais amplamente à comunidade.

(*) Pessoas ligadas à Igreja que, à falta de médicos e outros profissionais de saúde, zelam pelos doentes, dão-lhes assistência, encaminham-nos a hospitais, etc. — vale lembrar que a Igreja, no Acre, encontra-se bastante estruturada em termos de Comunidades Eclesiais de Base, e delegação de funções aos leigos.

Partiu de "seu" Chiquinho, também, a iniciativa da criação da APM- Associação de Pais e Mestres —, organização bastante atuante na escola, da qual participam direção, professores, pais e mães dos alunos. A APM se reúne no último sábado de cada mês; e discute assuntos relativos à escola (pagamento da taxa de Cr\$ 5,00 mensais, da qual os alunos mais pobres estão isentos, reprovações, procedimentos dos pais em relação aos filhos, etc) e à comunidade. Coube à APM, nesse sentido, participação em um episódio importantíssimo para a comunidade, que foi a criação do Conselho de Lideranças do bairro. Este Conselho surgiu por ocasião da campanha pelo Centro de Saúde. Durante a campanha, percebeu-se a necessidade de se organizar melhor a comunidade para reivindicações junto aos órgãos públicos. Resolveu-se, então, criar um Conselho de Lideranças que reunisse representantes dos moradores, e que atuasse nesse sentido. Esse Conselho já existe há um ano, tendo sua criação sido apoiada pelo grupo responsável pelo PRODASEC na Secretaria de Educação, que participa regularmente das reuniões e o convoca, quando necessário. O Conselho vem atuando, além da campanha relativa ao Centro de Saúde, em reivindicações pela extensão da rede de água a toda a área e pela criação de mais escolas. Em função, em parte, das pressões desse Conselho, foram criadas recentemente duas escolas: João Paulo II e Áurea Pires. Embora o Conselho não tenha surgido exclusivamente e nem principalmente por iniciativa da comunidade (pois o PRODASEC aproveitou a mobilização já existente para sugerir a sua organização), parece-nos que ele vem, de fato, cumprindo funções de aglutinação e fortalecimento dos moradores do Terminal.

Enquanto estávamos visitando a escola, presenciamos outro episódio que também testemunha esta vinculação "orgânica" entre a escola e a comunidade. Um dos pais veio solicitar a "seu" Chiquinho, e conseguiu, o apoio

da escola para uma iniciativa destinada a organizar o "tempo livre" de crianças e adultos do bairro. Tratava-se de mobilizar a população para uma série de atividades culturais, a serem desenvolvidas nos fins-de-semana: projeção de filmes (a serem conseguidos por empréstimo) e espetáculos musicais (com cantores e instrumentistas locais). As famílias participariam, mediante o pagamento de uma taxa simbólica (Cr\$ 50,00 por família).

A Escola de 19 Grau "Dr. Flaviano Flavio Batista" vem, ainda, mantendo contatos intensos com as outras escolas do local. Mensalmente há uma reunião dos diretores, a fim de discutir problemas enfrentados pelas escolas e pela comunidade. Alguns dos diretores, aliás, são antigos funcionários ou professores da Escola Flaviano Batista.

Ainda a respeito das relações entre a escola e o seu entorno, vale lembrar que suas instalações têm sido palco de festas, cujos protagonistas principais vêm sendo os próprios moradores do Terminal. Citamos, entre elas, a Festa da Criança, realizada no dia 12 de outubro. Em 1981, nessa ocasião, houve uma festa memorável, que durou o dia inteiro, e durante a qual as pessoas comeram fartamente e dançaram. "Seu" Chiquinho conseguiu a presença de parte da Banda da Polícia Militar, bem como matou alguns porcos que criava em terrenos da escola e engordava com restos da merenda: os moradores colaboraram trazendo alimentos de suas próprias casas ou ajudando a cozinhar aqueles obtidos pela própria escola — 30 quilos de charque, verduras —, bem como retirando água do poço para encher filtros. Conforme pudemos testemunhar através de fita gravada no dia com depoimentos dos participantes, a alegria era geral.

Esse episódio traduz, ao menos em parte, o clima reinante na escola, que positivamente percebemos como alegre: cachorros insinuam-se

nos pátios e nas oficinas, brincando com as crianças ou repousando preguiçosamente ao sol; a música de um radinho de pilha atenua o rigor do trabalho nas oficinas; nos intervalos das aulas, os alunos rodeiam feito enxames dois ou três sorveteiros que trabalham no pátio; os risos e as brincadeiras de meninos e meninas ocupam ruidosamente os espaços da escola: os pais e demais moradores entram e saem a seu bel-prazer.

Portas abertas, em suma.

Esta abertura e esta alegria fazem contraponto com uma pobreza que definiríamos como franciscana. A escola é pobre, paupérrima, como também parte dos educadores que nela trabalham. Precariamente instalada, em mau estado de conservação, situada em terreno nitidamente insuficiente (— não há, por exemplo, local disponível para prática de educação física), sem equipamentos de espécie alguma a não ser lousa e giz, e definitivamente desprovida de recursos financeiros (em 1982, a SEC alocou para a escola apenas Cr\$ 72.000,00). Direção, professores e funcionários são pagos pelo Estado (os salários são irrisórios). Os instrutores das oficinas e as responsáveis pela horta e pelo aviário são pagos pelo PRODASEC (Cr\$ 15.000,00 por mês, dos quais ainda é deduzido o ISS). Não têm contrato regular de trabalho e chegam a ficar meses sem receber, quando a verba do PRODASEC atrasa. A horta e o aviário produzem uma pequena renda anual que, no entanto, é inteiramente aplicada na melhoria da merenda escolar (a qual conforme constatamos, é extremamente pobre — leite, quando há, destina-se apenas às crianças do pré-escolar e da 1ª. série —), e na compra de material de limpeza para a escola. Alguns recursos adicionais são obtidos com a realização de "arraiais" (quermesses), cuja renda é destinada a financiar a festa do Dia da Criança. A renda obtida com a produção — também muito pequena — é utilizada para reposição de

parte do material de consumo para pagamento de uma pequena gorjeta para os alunos que participam da produção. Cadernos, lápis e borrachas, bem como os livros escolares, são fornecidos pela FENAME, através da SEC. O PRODASEC às vezes fornece algum material didático, como papel, cartolinas, lápis de cera, pincel, etc. Quase todos os professores são obrigados a ter outros empregos, para sobreviver. Uma das professoras, para aumentar os magros rendimentos obtidos com seu trabalho na escola no período da manhã, trabalha à tarde como lavadeira. Um dos instrutores, pela mesma razão — precariedade salarial — mora na escola: à noite estende uma rede na própria oficina.

A Escola de 1º Grau "Dr. Flaviano Flavio Batista", conforme já dissemos, goza de bastante prestígio na comunidade. Esta situação é reconhecida pela SEC e por outras instituições governamentais. Além do PRODASEC, a escola abriga outros programas e projetos do MEC: PLIDEF — Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental -, PRODIARTE - Programa de Arte na Educação —, Saber Comum e Espaço Central. A EMATER, por sua vez, já prestou ajudas eventuais quanto a cursos de horticultura, e demonstra interesse numa participação mais ativa no projeto da horta. A Secretaria da Saúde realiza, anualmente, campanhas de saúde com sede na escola, e a Universidade Federal do Acre a utiliza como campo de estágio, além de pretender filmá-la.

2. O ENSINO OFERECIDO PELA ESCOLA

A Escola de 19º Grau "Dr. Flaviano Flavio Batista" funciona em três turnos. Oferece, pela manhã e à tarde, ensino de 19º grau da 1ª. à 5ª.

série e ensino pré-escolar. À noite, há 4 salas de Educação Integrada e 4 salas de Alfabetização (cursos mantidos pelo MOBRAL), e ensino supletivo ministrado pela Secretaria da Educação (para 93 alunos).

Em 1981, a matrícula se distribuída da seguinte forma: (no que se refere ao ensino regular de 1º grau):

- matrícula inicial na 1a. série: 308
- matrícula inicial na 2a. série: 173
- matrícula inicial na 3a. série: 100
- matrícula inicial na 4a. série: 72
- matrícula inicial na 5a. série: 51
- matrícula inicial total: 704

No final do ano, contudo, a matrícula era de apenas 555 alunos. Embora o cálculo da diferença entre matrícula final e matrícula inicial indique uma taxa de evasão já alta — 149 desistentes (21,16% da matrícula inicial), sabe-se que a situação é muito mais grave. Em razão das características do bairro (pólo de migrantes expulsos dos seringais), a matrícula, ao que informou a direção da escola, é sempre flutuante, tendo em vista a chegada intermitente à área de famílias de seringueiros expulsos, com crianças em idade escolar, e a saída destas mesmas famílias, quando encontram emprego em outros locais. Assim, dentre os 555 alunos matriculados no final do ano, nem todos freqüentaram as aulas desde o início. A taxa de reprovação também é bastante alta (141 alunos — 25,41% da matrícula final). De acordo com a supervisora, os alunos chegam à escola — em função também das características do bairro — com idade e "backgrounds" escolares muito desiguais, o que dificulta um maior rendimento do ensino ministrado.

Evidentemente, evasão e repetência relacionam-se fortemente, no caso, às precaríssimas condições sócio-econômico-culturais em que vivem os habitantes do bairro,

descritas anteriormente.

A qualificação insuficiente do corpo docente também não contribui para uma melhoria do rendimento escolar. Dos 21 professores da escola, apenas um possui curso superior completo. A grande maioria não chegou a concluir o 2º grau, existem alguns, além do mais, que não terminaram nem ao menos o 1º grau. Faltam também incentivos (inclusive salariais) e oportunidade para uma titulação adequada ou aperfeiçoamento profissional. Inexistem, ao mesmo tempo, condições materiais e pedagógicas para um trabalho de melhor qualidade: não há tempo pago para a realização de reuniões pedagógicas (as poucas que ocorrem se devem à boa vontade da supervisora e dos professores, que as realizam fora do horário remunerado), o material didático existente — livros, cartilhas e cardemos — se limita àquele fornecido pelo MEC ou pela SEC —, não há recursos áudio-visuais de espécie alguma, etc.

Embora de forma um pouco difusa, os educadores da escola percebem a associação existente entre baixo rendimento escolar e pobreza, bem como indicam algumas das dificuldades enfrentadas no seu trabalho pedagógico. À pergunta "quais as principais dificuldades encontradas no seu trabalho com os alunos desta escola", obtivemos as seguintes respostas:

— "A desigualdade de idade e de conteúdo dos alunos".

— "É com a alimentação destes alunos, que muitas vezes vêm à escola porque não têm o que comer em casa. Por isso há muita desistência e faltam muito. Chegam até a ficarem revoltosos com o professor".

— "A principal é que os meninos passam de uma sala para outra e não acompanham bem".

— "É quando recebo um aluno que passou pelo pré-escolar e 1a. série e ainda não sabe ler. Sabemos que a programação é contínua e que não se pode numa 2a. série simplesmente alfabetizar o aluno; ele já deve ler um pouco para podermos prosseguir".

— "uma das dificuldades encontradas é que a escola não oferece condição para que se possa manter em ordem".

— "A condição financeira que não permite o professor fazer um bom trabalho".

— "Atualmente, acredito que a maior dificuldade que o professor vem encontrando é a falta de interesse do educando. Outro fator importante, falta de material didático que venha auxiliar o professor no desenvolvimento de seu trabalho, ou seja, bons livros para pesquisas, mapas, globos, mimeógrafo, etc".

— "Falta de espaços físicos para a prática de

lazer e melhoria nas classes com: forragem, iluminação, ampliação dos sanitários, etc".

— "Aprendizagem lenta, falta de recursos pedagógicos e de área de recreação, excesso de alunos por sala".

Um ponto de esperança nesse mar de dificuldades é a presença da supervisora, profissional experiente e dedicada, trabalhando na escola já há 3 anos, após uma longa experiência com escolas da zona rural (foi, durante muito tempo, supervisora volante das escolas de Rio Branco). Tem centralizado sua ação especialmente junto aos professores de 1ª. série, no que se refere ao período preparatório e ao trabalho com a cartilha. Orienta também os trabalhos de avaliação, recuperação e planejamento de cursos, além de mensalmente reunir os professores. Em conversa conosco, queixou-se bastante da falta de assiduidade dos alunos, que faltam muito porque trabalham ajudando os pais.



com exceção de 2 professores, apadrinhados por políticos locais, que faltam muito também e que pouco se entrosaram na escola, o corpo docente é bastante unido e cooperativo, colaborando até na limpeza. O depoimento de um dos professores é taxativo a este respeito: "propriamente sou professor, mas se o momento exige a minha presença, aí estarei dando a minha colaboração, quer seja na administração, quer seja na vassoura".

Não chegamos a ter contato com os cursos noturnos, oferecidos pelo MOBREAL e pela SEC. Contudo, pudemos conhecer o pré-escolar. Numa sala de tamanho médio aglomeraram-se 80 crianças. "Seu" Chiquinho reservou uma pequena área do terreno da escola para atividades ao ar livre, onde as crianças se revezam parte do tempo. Apesar do diminuto espaço disponível e do elevado número de crianças, a professora parece realizar um trabalho razoável, o que é quase um milagre, dadas as condições existentes.

A Escola de 1º grau "Dr. Flaviano Flavio Batista" oferece, ao lado da educação geral — pré-escolar, 1º grau, ensino supletivo (suplência) —, algum tipo de iniciação profissional aos alunos que se interessarem. Funcionam, a partir de 1981, oficinas de Carpintaria, Flandelaria e Entalhe. Estas oficinas surgiram em função de preocupações de "seu" Chiquinho com o destino de seus ex-alunos, a maioria desempregados e sem qualquer tipo de preparação profissional. Quando um deles assaltou uma taverna, "seu" Chiquinho, bastante alarmado, começou a pensar em alternativas de ajuda a esses alunos, via escola. Surgiu, assim, a idéia da profissionalização e do trabalho em Carpintaria e Flandelaria, modalidades profissionais que, na opinião de "seu" Chiquinho, têm bastante demanda na região. (Flandelaria produziria objetos bastante utilizados pelos seringueiros e Carpintaria é uma ocupação bastante procurada no local). Feito o

plano, levou-o à SEC, em novembro de 1981, apresentando-o à equipe do PRODASEC. Propôs que as oficinas funcionassem inicialmente por um período de três meses; se a experiência desse certo, continuaria; caso contrário, a idéia seria abandonada. O PRODASEC financiaria a instalação das oficinas, e o equipamento e o material de consumo, além de pagar os instrutores.

A experiência deu certo, funcionando assim até hoje. Em 1982, começou também um curso de Entalhe, idêntico a outros patrocinados pelo PRODIARTE e já realizados na própria escola. Por iniciativa do PRODASEC, vem funcionando, a partir de 1981, um aviário, o qual, no entanto, não chega a ter funções educativas.

Freqüentam as oficinas os alunos que quiserem, de ambos os sexos. Segundo "seu" Chiquinho, elas estão abertas também a ex-alunos e pais, que podem se utilizar dos equipamentos disponíveis.

Não há nenhum envolvimento dos professores do 1º grau com o trabalho nas oficinas. Também parece não haver uma reflexão maior sobre a alternativa educacional "escola de produção". A pergunta "qual é a sua opinião sobre o papel da escola de produção na solução dos problemas da população carente" foi respondida basicamente de duas formas: a maioria dos professores deixou em branco o espaço reservado para a resposta ou respondeu de modo a deixar clara a inexistência de uma reflexão a respeito; um segundo grupo parece aprovar a alternativa:

— "Eu vejo a produção da escola como um futuro gancho para esses alunos que sentem na pele a responsabilidade de ajuda à família. Acho ótimo também porque ocupa parte do tempo da criança".

— "A escola de produção seria o ideal para a formação do jovem para o mercado de trabalho

e sua vocação profissional".

— "Nossa escola vem se preocupando bastante não só com o conteúdo didático mas também em conseguir recursos. Recursos esses que visam preparar melhor as crianças e adolescentes em obterem uma simples profissão como carpinteiro e fiandeiro. Seria maravilhoso que pelo menos a maioria das escolas periféricas trabalhasse assim".

Em relação ao papel que a educação geral poderia desempenhar na superação dos problemas da população carente, também os professores se dividem em dois grupos em suas opiniões. A maioria, novamente, não respondeu à nossa questão sobre o assunto, o que revela, ou pelo menos é indício, de uma falta de reflexão a esse respeito. Obtivemos, contudo, algumas respostas:

— "O conhecimento educacional ajuda as pessoas a se comunicarem melhor, respeitar os direitos alheios, reconhecer seus próprios direitos, e prever sua produtividade".

— "O homem, nos dias de hoje, para estar apto a enfrentar uma sociedade em mudança, deverá ter conhecimento não só da profissão que exerce, como deverá aprofundar seus conhecimentos nas disciplinas de educação geral, porque todas as profissões exigem muito ou pouco destes conhecimentos".

— "A pessoa que estuda e aprende todas as disciplinas poderá ser um elemento capaz de enfrentar a vida com mais facilidade".

— "O aluno aprende e transmite em casa e em alguma coisa serve para os pais".

— "Na medida em que o aluno aprende vai transmitindo aos pais que são menos instruídos do que os próprios filhos".

Todos os professores já ouviram falar do

PRODASEC, porém parece haver muita confusão sobre seus objetivos. Grande parte dos entrevistados atribui ao Programa apenas finalidades econômicas ("é uma maneira de abrir mais mercado de trabalho às pessoas desempregadas", "ajuda a resolver a situação deste povo tão carente que tanto sofre", "a granja traz renda para a escola"), não transparecendo, nas respostas a uma questão sobre o que achavam do Programa, preocupações com finalidades educativas. Percebemos claramente que o conhecimento existente sobre o Programa é absolutamente superficial.

Finalmente, vale lembrar aqui que as aspirações ocupacionais da clientela que frequenta as oficinas nada têm a ver com Carpintaria, Flandelaria ou Entalhe. "Professor", "comerciante", "funcionário", "vereadora", "motorista", "pára-quedista", "aviador", "doutor", foram as ocupações indicadas como desejadas pelos alunos com os quais entramos em contato.

3. A ESCOLA E A PRODUÇÃO

SETORES PRODUTIVOS

HORTA

Assim que assumiu a direção, em 1975, uma das primeiras atividades de "seu" Chiquinho foi a criação de uma horta. Juntamente com o vigia da escola começou a formá-la, com a finalidade de atender à comunidade e às crianças da escola, na complementação da merenda escolar.

As primeiras providências tomadas foram comprar veneno para matar as formigas que



infestavam o terreno e cercar a área da escola com cana brava. O diretor já tinha uma certa experiência com hortas, pois havia dirigido escolas rurais durante muito tempo. Conseguiu da LBA e de hortelãos conhecidos várias mudas de couve, cebola, pimenta, chicória, alface, pepino e outras, e assim deu início a este trabalho, que perdura até hoje na escola.

Atualmente existe uma pessoa encarregada apenas de cuidar da horta. É uma mulher que já trabalhou como pedreira, mãe de 8 filhos, analfabeta, e que, além de trabalhar como merendeira na escola, também já cuidava da horta. A partir de 1981, com a entrada de recursos do PRODASEC, ela passou a receber,

pelo Programa, um salário de Cr\$ 15.000,00 mensais.

Desenvolve-se, na horta, o cultivo de alface, couve, salsinha, cebolinha, pimenta, pepino, chicória e nortea, além de várias ervas medicinais que são utilizadas para fazer chá em caso de doença.

Os alunos nunca participaram e nem participam da produção. A horta fica fechada e só é permitida a entrada nas seguintes situações:

1. visita
2. aula de plantio
3. ajuda à encarregada
4. mau comportamento em sala de aula

A primeira situação acontece quando algum professor relaciona sua atividade de sala de aula com a horta (o que raramente acontece, todavia). A segunda situação ocorre quando a EMATER vai dar o Curso de Plantio na escola. Este curso é dado, de vez em quando, por um técnico da EMATER nas escolas de Rio Branco que possuem horta. Tem a duração de 2 horas e não é obrigatório. A terceira situação surge quando a encarregada necessita de ajuda para carregar palha ou estêreo. Segundo ela, os alunos têm muito boa vontade em ajudá-la e até gostam muito. com relação à quarta situação, ela ocorre quando os alunos brigam em sala de aula. Aí são mandados à horta, o que, segundo a encarregada, é para se acalmarem. Ficam um pouco lá ajudando-a e, quando vão embora, ela lhes dá um pouco de verdura para que levem para as mães.

A manutenção da horta é feita em parte pelo PRODASEC, que fornece adubo orgânico, palha para cobrir os canteiros e inseticida, e em parte complementada pelo dinheiro que é arrecadado com a venda das verduras e legumes.

Segundo a encarregada, o PRODASEC fornece uma quantidade de adubo orgânico que, na maioria das vezes, não é suficiente. Outro problema que ocorre é a freqüente demora na chegada dos materiais requisitados. Nestes casos, ela tem que se arranjar com o dinheiro da venda das verduras para suprir as necessidades do momento.

como já foi dito anteriormente, a finalidade da horta é atender às crianças na complementação da merenda escolar — com a venda das hortaliças compra-se sal, pimenta, colorai, alho, vinagre, arroz, leite, etc, produtos não fornecidos pela CNAE — e à comunidade. Nesse sentido, as verduras e os legumes são vendidos a preços mais baixos que os de mercado para as famílias do local; no caso de famílias mais necessitadas ou em que haja doentes, o produto é dado, sendo

atendidas, dessa forma, 4 a 5 famílias por dia. A própria encarregada tem ampla liberdade de tirar da horta o que necessitar para sua subsistência.

AVIÁRIO

O aviário foi construído logo que o PRODASEC começou a atuar na escola. A idéia surgiu na equipe do PRODASEC, como atividade na linha educação-produção, com o objetivo de ajudar na manutenção da escola e incentivar os alunos a criarem aves em casa.



A maior dificuldade encontrada, a princípio, foi a falta de terreno para a construção das instalações necessárias. Por esse motivo, o diretor foi até contra, no início, mas o PRODASEC insistiu muito, em parte pela boa reputação da escola e em parte pelo fato dos alunos não roubarem-na, o que acontecia e acontece em outras. Assim, tomou-se um pedaço pequeno do terreno onde está a horta e construiu-se o aviário, todo ele financiado pelo PRODASEC.

Foram dados à escola 100 pintinhos que vieram do Rio de Janeiro. Desta primeira remessa (98, pois durante a viagem morreram dois) morreram muitos: eram criados soltos e se matavam uns aos outros, às bicadas. Neste início, a escola tinha a orientação de uma veterinária, indicada pelo PRODASEC. Como esta orientação não deu certo, a responsabilidade pela forma de criação das galinhas agora é do próprio diretor.

A pessoa responsável pelo cuidado com o aviário é uma mulher de meia-idade e que trabalha na escola como merendeira. Ela ganha do PRODASEC um salário mensal também de Cr\$ 15.000,00.

Atualmente o aviário contém 52 galinhas poedeiras que botam em média 2 dúzias de ovos por dia e mais outras 12 que não botam. Os ovos são vendidos a Cr\$ 250,00 a dúzia. Na cidade, uma dúzia custa Cr\$ 350,00.

A média de vida útil das galinhas é de 8 a 10 meses, sendo que quando chegam a esta fase elas são vendidas a Cr\$ 800,00 e substituídas por uma nova remessa de pintinhos. Não se mata frango e nem galinha para a merenda; somente em caso de necessidade, como nas festas de "arraial", quando algumas galinhas são vendidas para angariar fundos. Quando os pintinhos crescem, são vendidos os frangos e fica-se com as frangas.

A participação dos alunos ocorre somente quando a encarregada necessita de ajuda para limpeza, para colocar água e ração e para carregar pó de serra. Eles não participam da criação das galinhas.

O valor arrecadado com a venda dos ovos, frangos e galinhas, como já foi dito, é revertido para a própria manutenção do aviário e para a compra de produtos de limpeza para a escola (sabão, vassouras, bombril, etc.).

OFICINAS - CARPINTARIA, FLANDELARIA E ENTALHE

"A criação das oficinas surgiu de um desgosto que eu tive. Um ex-aluno da escola roubou uma taverna e foi preso. Fiquei muito triste e comecei a pensar no que eu poderia fazer para ajudar a humanidade. Eu pensava sozinho com Deus — como ajudar as crianças pobres que precisam trabalhar? Aí me veio a idéia de criar uma mão-de-obra qualificada, pois eu queria atender a quem não sabia nada. Pensei então em Flandelaria que tem um mercado certo e Carpintaria que também é muito procurado".

Em fins de 1981, o plano de criação das oficinas — Carpintaria e Flandelaria — foi levado para a SEC e apresentado à equipe do PRODASEC. O diretor propôs que as oficinas funcionassem inicialmente por um período de três meses; caso a experiência desse certo continuaria, caso contrário a idéia seria abandonada. O plano foi aprovado, e a proposta foi de que o PRODASEC financiasse a instalação das oficinas, o equipamento e o material de consumo, além de pagar os instrutores. A experiência deu certo, e perdura até hoje. Seus objetivos são os de fornecer algum tipo de iniciação profissional aos alunos.

No início, o diretor fez reuniões com os pais

e com os próprios alunos, em sala de aula, para comunicar a existência do projeto. Foi colocado que as atividades nas oficinas não eram obrigatórias e que, em princípio, a faixa de idade prevista era de 13 a 15 anos. Não foi possível conseguir alunos desta faixa etária, pois estes já trabalhavam. Sendo assim, o limite passou a ser de 10 anos, mas hoje trabalham nas oficinas crianças até de 7, 8 anos. Os alunos interessados — poucos, em relação ao total da escola — estudam em um período e trabalham em outro, com ampla liberdade para sair e voltar quando quiserem. Geralmente na semana em que há prova, a frequência nas oficinas diminui bastante, pois as crianças faltam para estudar.

As instalações físicas das oficinas são exíguas e bem rudimentares. Elas funcionam num pequeno galpão de mais ou menos 4m x 6m, com o teto bem baixo, coberto de folhas de

zinco. O próprio diretor reclama muito da falta de espaço (problema que não se coloca somente em relação às oficinas), pois as crianças ficam amontoadas, tendo muita dificuldade para trabalhar.

CARPINTARIA

O instrutor deste setor é um rapaz de 33 anos, analfabeto, que trabalhou muito tempo no seringal e que veio para a cidade de Rio Branco com 19 anos. Nessa época, trabalhava à diária, limpando quintais e roçando. Aos 22 anos, começou a trabalhar como carpinteiro. Não fez nenhum curso. Aprendeu a profissão sozinho, observando outros profissionais, e fazendo sua casa própria (na região muitas casas são de madeira).



Faz 5 meses que trabalha como instrutor na oficina. Foi indicado por amigos que conheciam o pessoal da escola; e está gostando muito do trabalho — "esta gente são como irmãos".

Pelo seu trabalho na oficina, o PRODASEC lhe paga Cr\$ 15.000,00 mensais, por uma jornada de meio período. Para poder atender aos alunos dos dois períodos, fez o seguinte arranjo com a escola: trabalha, na escola, somente 15 dias por mês, mas em período integral; nos outros 15 dias trabalha por conta própria, pois o que recebe do PRODASEC não dá para sustentar a família. Tem uma taverna (pequeno boteco) em casa, onde vende cigarros, bebidas, refrigerantes. Durante a semana, a mulher toma conta da taverna; no final da semana ele é responsável. Nunca teve carteira de trabalho assinada.

Segundo o instrutor, este esquema de trabalhar na escola 15 dias e depois ter que se virar por conta própria é ruim, para ele e para os alunos, pois depois do período em que ficam parados, os alunos sentem-se destimulados para a volta à oficina; a produção, além do mais, não tem continuidade.

A frequência é bastante irregular. Embora haja mais ou menos uns 20 alunos trabalhando na Carpintaria, há dias em que só aparecem 5 (e em períodos alternados, o que é pior).

A maioria dos interessados é do sexo masculino: segundo o instrutor, o trabalho com Carpintaria é muito pesado para as meninas.

Quem decide sobre o que produzir é o instrutor, juntamente com o diretor. Em geral, esta decisão é tomada em função das encomendas, ou em função do que o diretor e o instrutor acham possível vender no bairro. Normalmente a aprendizagem é iniciada com objetos mais simples e fáceis de fazer, como tábuas de carne e banquinhos de madeira. Depois passa-se a se fazer mesinhas, de madeira e de fórmica.

Quando o objeto é trabalhado com fórmica, quem executa o corte da fórmica é o instrutor, já que a fórmica é um material muito caro, que o instrutor tem medo de que os alunos estraguem. Outra atividade que os alunos não fazem é cortar a madeira com disco, pois é perigoso. Eles têm acesso, porém, ao serrote. Até o presente momento não tinha acontecido nenhum acidente.

Segundo o instrutor, muitas vezes surgem encomendas que não dá para atender de imediato por falta de material. Normalmente o pedido do material demora 2 dias ou mais para chegar (quando as verbas do PRODASEC não atrasam).

A oficina pode ser usada também pelos pais dos alunos, sob a orientação do instrutor, só que o material a ser trabalhado tem que ser trazido por eles de casa.

Os produtos da Carpintaria em geral são vendidos. Os alunos são autorizados a ficar apenas com peças pequenas (tábuas de carne e cabides, por exemplo), quando se interessam. Parte do valor obtido com a venda de um produto (correspondente ao custo da mão-de-obra) é dividida da seguinte forma: 50% ficam com a escola — para reposição de matéria-prima ou para atender outras necessidades — e 50% são dados aos alunos. Eventualmente, os alunos ganham um ou dois ovos como gratificação.

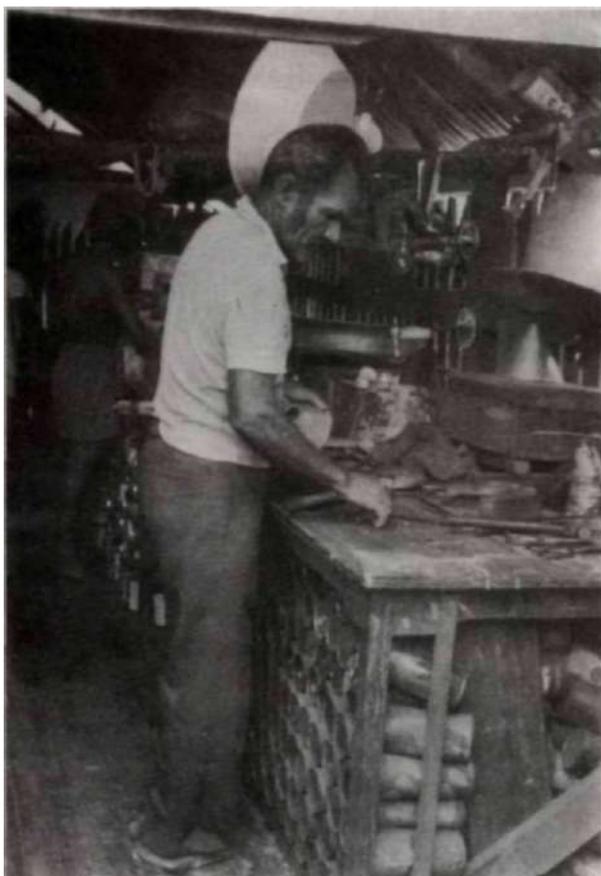
O instrutor, até o momento, não recebe gratificação pela produção, além dos Cr\$ Cr\$ 15.000,00 mensais.

Para o instrutor, este trabalho com os alunos na oficina é muito bom para as crianças, porque faz com que elas permaneçam ocupadas, não tendo tempo para fazer malandragens, além de permitir, no momento em que saírem da escola, que se empreguem numa oficina.

FLANDELARIA

A oficina de Flandelaria foi instalada e funciona juntamente com a de Carpintaria, em condições físicas bastante precárias.

O encarregado desta oficina é um homem de 59 anos, analfabeto e que trabalhou grande parte de sua vida no seringal. Quando veio para a cidade, trabalhou como vigia e operador de máquinas de puxar areia em uma fábrica.



Conseguiu o emprego na escola através de contato de amigos com o diretor, e faz um ano que é o instrutor dessa oficina.

Trabalha na escola meio período, recebendo Cr\$ 15.000,00 mensais pelo PRODASEC; no outro período do dia trabalha com um sobrinho, fazendo o mesmo serviço. Aprendeu a profissão de flandeleiro observando outros profissionais trabalharem, no seringal. Começou a fazer baldes, para uso no seringal, tigelas de seringa, porongas e lamparinas já na época em que trabalhava no seringal.

Tanto meninos como meninas procuram a oficina. Eles permanecem lá até aprender a fazer os objetos. Depois que estão fazendo sozinhos, eles saem e dão lugar para outros. A desistência é muito pouca. Durante este ano — 1982 — já ensinou umas 40 crianças. As crianças ficam na oficina quanto tempo quiserem, porque o ensino oferecido não se estrutura nos moldes de um curso, obedecendo a prazos.

Todos os objetos feitos na oficina de Flandelaria são feitos de latas de óleo usadas que os alunos conseguem na cidade e vendem ao diretor ao preço de Cr\$ 1,50 cada.

O objeto que as crianças mais fazem é a tigela de seringa; por ser mais fácil, começam por ela e muitas vezes nela permanecem. As operações de solda não são feitas na escola, por não haver ferro de solda apropriado. Paga-se a um soldador de fora. A poronga e a lamparina são objetos mais complexos, e na maioria das vezes quem os faz é o instrutor.

O preço de venda é de Cr\$ 25,00 cada tigela, dos quais as crianças ficam com Cr\$ 10,00 (Cr\$ 5,00 são utilizados para repor o custo da matéria-prima e Cr\$ 10,00 ficam para a escola). O balde é vendido por Cr\$ 1.200,00 e a poronga por Cr\$ 500,00. Às crianças é dado 50% do valor correspondente ao custo da

mão-de-obra. O instrutor não recebe gratificação pela produção.

As vendas são realizadas principalmente através de marreteiros dos rios, que trabalham para os seringais.

Segundo o instrutor, é muito importante que os alunos tenham uma profissão, pois muitos que aprenderam o ofício na escola e foram para o seringal, se arranjaram vendendo estes produtos.

ENTALHE

O curso de Artes (Entalhe), teve início em novembro de 1982, via PRODASEC, com a duração prevista para 2 meses. E dado nos mesmos moldes de cursos anteriores de Entalhe, financiados pelo PRODIARTE.

A responsável pelo desenvolvimento deste curso é uma senhora de 42 anos, ex-doméstica e manicure, que cursou até a 8ª série do 1º grau (parte via ensino supletivo), e que fez também alguns cursos do SENAC, como entalhe, desenho, tela, etc.

Foi convidada pela coordenadora do PRODASEC para dar este curso, já que estava na escola há mais ou menos 1 ano trabalhando com artes e recreação. Por cada curso ministrado, recebeu, em 1982, Cr\$ 20.000,00.

Este curso funciona no mesmo local e com o mesmo esquema das oficinas: foi anunciado em sala e colocado como opcional, tendo como único pré-requisito a idade mínima de 10 anos.

Participam deste curso 20 alunos, sendo que não houve nenhuma desistência.



O trabalho consiste em riscar num pedaço de madeira o desenho e depois trabalhar sobre o desenho. Segundo a professora alguns criam seus desenhos e para outros ela já tem os moldes prontos que os alunos podem escolher segundo suas preferências (parece-nos que este é o caso mais freqüente). As crianças fazem a talha inteira, e a professora orienta e supervisiona. No caso de alunos que tem muita dificuldade em aprender, ela ensina pegando na mão da criança e trabalhando junto. Segundo ela, uma talha pode ser feita em 2 ou 3 dias, e a qualidade do trabalho vai melhorando de acordo com a prática. Na hipótese de algum objeto ser vendido, é dado ao aluno 50% do valor correspondente ao custo da mão-de-obra. Para o diretor, as talhas são mais difíceis de vender do que os objetos produzidos nas outras oficinas. A escola fica com algumas talhas, outras são levadas pelas crianças como lembranças e algumas são vendidas.

Segundo a professora, este curso pode ajudar muito os alunos, no sentido deles poderem vender as talhas para conseguir um dinheirinho. Uma talha no mercado pode chegar a ser vendida pelo valor de Cr\$ 7.000,00 a Cr\$ 10.000,00 (o que, entretanto, raramente ocorre). Para ela, os cursos profissionalizantes são os mais importantes, pois no caso de não se ter condições de estudar, a pessoa pode sobreviver com uma profissão livre. O curso, na opinião da instrutora, também contribuiria para diminuir a agressividade dos alunos.

OBJETIVOS DA PRODUÇÃO

As atividades produtivas desenvolvidas na escola têm as seguintes finalidades básicas:

- a. suprir algumas necessidades internas da escola: complementação da merenda escolar e compra de produtos de limpeza (casos da

horta e do aviário);

- b. atender à comunidade, colocando à sua disposição, a preços mais baixos que os de mercado, produtos de que ela necessita, ou produzindo sob encomenda (casos da horta, do aviário, da Carpintaria e da Flandelaria). Atendem-se também outras comunidades, embora a escola tenha como prioridade o atendimento da própria comunidade em que está situada;
- c. fornecer algum tipo de iniciação profissional aos alunos (casos da Carpintaria, da Flandelaria e do curso de Entalhe).

Estes objetivos foram definidos pela direção da escola, tendo sido aprovados pela SEC. Correspondem a idéias antigas de "seu" Chiquinho, que foram viabilizadas (com exceção da horta, que já existia) através do PRODASEC.

FINANCIAMENTO DA PRODUÇÃO

É basicamente o PRODASEC, segundo o diretor, quem financia a produção da escola. Ajuda na manutenção da horta, do aviário e das oficinas, no que diz respeito a matéria-prima, equipamentos e salários: dos instrutores (2), da professora de arte (1), dos encarregados da horta (1) e do aviário (1).

A requisição de material para a produção é feita pelas pessoas responsáveis pelos setores, discutida com o diretor e encaminhada à SEC através dele. O pedido é, então, levado ao PRODASEC. Acontece também, às vezes, do PRODASEC não dispor no momento de verba para a compra de material, e nestes casos o pessoal tem que se arranjar de outra forma, usando recursos próprios (doações eventuais de algumas firmas — como a BONAL - ou renda proveniente da produção).

Do valor resultante da venda dos produtos do trabalho de alunos e instrutores, a escola dispõe de apenas 50% do equivalente ao custo da mão-de-obra para atender a necessidades imediatas (como, por exemplo, comprar matéria-prima em momentos nos quais a verba do PRODASEC não se encontra disponível). Não foi possível obter o valor total das vendas em 1982, pois a escola tem uma contabilidade ainda precária. Sabe-se, porém, que este valor é pequeno, sendo portanto muito grande a dependência financeira da escola em relação ao **PRODASEC**.

ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO DA PRODUÇÃO

A administração e o planejamento dos setores de produção são feitos pelo diretor da escola, juntamente com os instrutores das oficinas e encarregados da horta e do aviário.

A concepção dos produtos é feita também por eles, segundo as necessidades da escola e/ou comunidade e segundo as encomendas recebidas. A partir do momento que são determinados os produtos, os instrutores e encarregados levantam suas necessidades, discutem com o diretor, e através dele é feita a requisição ao PRODASEC, que faz a compra da matéria-prima e do ferramental necessários.

Não há participação de espécie alguma dos alunos nessas atividades.

MATÉRIAS-PRIMAS E EQUIPAMENTOS UTILIZADOS

Quanto às matérias-primas e equipamentos utilizados na produção, por setor, temos:

Horticultura: sementes de alface, chicória, salsinha, cebolinha, couve, pepino, adubo orgânico e palha, enxada e rastelo.

Avicultura: ração, pó de serra.

Carpintaria: madeira, fórmica, cola branca, cola de fórmica, prego, verniz, gerador com disco para cortar madeira, plaina manual (2), lixadeira tipo pistola (2), serrote (4), formão (3), martelo (3) drosa (2), torno (1), esquadro de 20 cm (1) serra volta (1).

Flandelaria: ferro de solda, alicate (2) martelo (4), tesoura (4), compasso, latas de óleo usadas (que o diretor compra dos alunos por Cr\$ 1,50 (um cruzeiro e cinquenta centavos).

Entalhe: madeira-cerejeira, mogno ou cedro —, formão, goiva formão, gogivi (para xilogravura), martelo.

De acordo com as matérias-primas e equipamentos empregados, pode-se notar que a tecnologia utilizada é bem rudimentar, chegando a ser praticamente artesanal.

PRODUTOS

Os principais produtos produzidos, por setor, são:

Horticultura — alface, couve, salsinha, cebolinha, pimenta, pepino, chicória.

Avicultura - ovos - (2 dúzias por dia), frangos e galinhas.

Carpintaria — tábuas para bolo, tamboretos (com e sem fórmica), mesinhas redondas camas, mesinhas de centro quadradas, tábuas de carne.

Flandelaria — baldes, tigelas, porongas, lamparinas.

Entalhe — talhas.

COMERCIALIZAÇÃO

A comercialização destes produtos é feita diretamente pela escola, através do diretor e dos instrutores.

A parte de contabilidade, de registro, de recibo fica a cargo do diretor da escola, auxiliado por um dos professores.

Não há participação dos alunos na comercialização dos produtos, a não ser eventualmente, no caso das talhas.

O preço de venda dos produtos é determinado da seguinte forma: calcula-se o preço do material que é consumido por cada objeto, mais a diária do instrutor. Se ele produz mais de 1 peça ou objeto por dia, este valor, isto é, a soma da diária mais o valor do material utilizado é dividido pela quantidade de objetos que ele produz. Os produtos são sempre vendidos a um preço menor que o do mercado.

Veremos a seguir uma tabela de preços do setor de carpintaria em **03/07/82**.

TAMBORETE SEM FÓRMICA

mão-de-obra - Cr\$ 500,00
madeira - Cr\$ 300,00
cola - Cr\$ 30,00

prego - Cr\$ 50,00
lixa - Cr\$ 100,00
total - Cr\$ 980,00

TAMBORETE com FÓRMICA

mão-de-obra - Cr\$ 1.000,00
fórmica - Cr\$ 250,00
madeira - Cr\$ 600,00
lixa - Cr\$ 100,00
cola - Cr\$ 80,00
prego - Cr\$ 50,00
total - Cr\$ 2.100,00

CAMA

mão-de-obra - Cr\$ 3.000,00
madeira - Cr\$ 3.000,00
fórmica - Cr\$ 1.000,00
verniz - Cr\$ 100,00
cola - Cr\$ 100,00
parafusos - Cr\$ 1.000,00
prego - Cr\$ 50,00
total - Cr\$ 8.250,00

MESINHA DE CENTRO REDONDA DE FÓRMICA

mão-de-obra - Cr\$ 2.000,00
fórmica - Cr\$ 1.000,00
madeira - Cr\$ 500,00
cola - Cr\$ 100,00
verniz - Cr\$ 50,00
prego - Cr\$ 50,00
total - Cr\$ 3.700,00

MESINHA DE CENTRO QUADRADA DE FÓRMICA

mão-de-obra - Cr\$ 2.000,00
fórmica - Cr\$ 1.000,00
madeira - Cr\$ 500,00
cola - Cr\$ 50,00
prego - Cr\$ 50,00
verniz - Cr\$ 50,00
total - Cr\$ 3.650,00

com relação aos produtos da flandelaria, que são baldes, tigelas de seringa, porongas e lamparinas,

nao se tem freguesia certa. Sua comercialização é feita principalmente através de marreteiros que trabalham nos seringais. Os preços são os seguintes:

- tigela de seringa - Cr\$ 25,00
- poronga - Cr\$ 500,00
- balde - Cr\$ 1.200,00

O diretor compra dos alunos todas as tigelas produzidas, por Cr\$ 10,00, e guarda-as até aparecerem compradores.

A produção de talhas, até o momento, é muito pequena, pois o curso teve início em novembro deste ano. Quando prontas, as talhas ficam em exposição na escola para compra, ou os alunos levam-nas para tentar vendê-las fora (o que ocorre muito eventualmente apenas).

Os alunos podem vender os produtos ao diretor, vendê-los fora ou levá-los para casa. No último caso, eles têm que fazer o objeto em dobro, para deixar um na escola.

50% do valor do custo da mão-de-obra são dados ao aluno que executou o trabalho, quando este é vendido. Algumas vezes, o aluno ganha um ou dois ovos como gratificação.

Quanto ao aviário, o que se arrecada é conseguido através da venda dos ovos a Cr\$ 250,00 a dúzia, e dos frangos, a Cr\$ 800,00 cada. Vendem-se também os ovos por unidade, caso alguma família da comunidade necessite.

A produção da horta, como já foi dito, é vendida à comunidade a um preço um pouco mais baixo que o de mercado. Por exemplo, um pé de alface pequeno é vendido por Cr\$ 25,00 ? o grande a Cr\$ 40,00.

4. COMENTARIOS

Deixamos o Acre sacudidos por um turbilhão contraditório de idéias, emoções e sentimentos, e com corações e mentes profundamente perturbados pela dolorosa situação de pobreza e esquecimento que presenciamos. É pensando nos moradores do Terminal, que têm fome, que sofrem o desemprego e que se afogam na doença crônica e na morte precoce, que decidimos iniciar estes comentários expressando o nosso respeito pela experiência em desenvolvimento na Escola de 1º grau "Dr. Flaviano Flavio Batista". Percebemos, nitidamente, nos dias em que lá estivemos, seriedade de propósitos, vontade de acertar, dedicação e, sobretudo, coragem. Trava-se, lá, uma guerra contra a miséria, miséria esta que encerra, nas suas garras implacáveis, a população em questão, e que a exclui do quadro da dignidade humana.

A escola empreende uma tentativa (quicá quixotesca!), junto à comunidade, de criar condições que favoreçam uma ultrapassagem da situação de marginalidade atroz em que esta está confinada. Através de uma melhor organização dos moradores, do oferecimento de profissionalização a crianças e adolescentes e da prestação de alguma assistência a desempregados, doentes e desvalidos de todo tipo, espera-se atingir este propósito. É sobre esta tentativa, pois, que esboçamos as reflexões que se seguem, na esperança de ampliar nossa compreensão da experiência que se desenrola no Terminal e de assim obter pistas indicativas de ação.

O primeiro aspecto que abordaremos e, em nossa opinião, o mais crucial e perturbador, diz respeito à busca de organização da comunidade que a escola enceta, a princípio incipientemente, e posteriormente bastante estimulada pelo PRODASEC. Esta busca tem sido facilitada por uma série de fatores, entre os quais destacaremos:

- a) a relativa organização já existente na comunidade, através da ação da Igreja;
- b) a identificação de origem (o seringal) e de problemas entre direção, professores, funcionários, alunos e população do bairro;
- c) a presença de uma liderança extremamente forte, galvanizadora e comprometida com os interesses das camadas populares, como "seu" Chiquinho; (sem ele, a experiência teria sucesso?).
- d) a existência de uma longa história de envolvimento da comunidade com a escola (o terreno em que ela se situa foi doado por um agricultor das redondezas, a comunidade construiu a escola por sua própria iniciativa, moradores colaboram, em diversos momentos, com tarefas na escola-limpeza, por exemplo —, e assim por diante).

Aparentemente, a experiência estaria indo bem, e teria como um de seus pontos altos a criação do Conselho de Lideranças. Percebemos, na maioria das pessoas com que entramos em contato, uma certa euforia com o maior grau de organização que a comunidade vem adquirindo, e com as pequenas — embora importantes — conquistas obtidas.

Preocupa-nos, todavia, o fato de esta euforia - bastante justificável, evidentemente —, vir acompanhada invariavelmente de raciocínios do seguinte tipo: "nós é que temos de resolver nossos problemas, sem depender do governo e das autoridades", "o governo tem problemas mais sérios a resolver", "temos que nos conscientizar de que devemos é nos virar sozinhos", etc.

Assustam-nos, nessas colocações, alguns riscos que elas encerram:

- a) o de a organização comunitária estar sendo

encarada como panacéia para todos os males que afetam a população;

- b) o de perder-se de vista uma preocupação com a identificação das causas dos problemas enfrentados e dos responsáveis pela sua emergência;

- c) o de eximir o Estado das obrigações que lhe cabem.

Temos medo de que o trabalho incentivado pela SEC e desenvolvido pela escola represente, em última instância, uma mera transferência, para a comunidade, da responsabilidade sobre a resolução dos problemas que a afetam. Esta transferência, aliás, há muito vem ocorrendo na área. Percebemos, no próprio relato da história da escola, a comunidade tomando em suas mãos, o tempo todo, o problema da educação de suas crianças, como contraponto a uma forte omissão do poder público. O Estado comparece apenas na medida em que é fortemente pressionado, não sendo de sua iniciativa, em momento algum, a não ser recentemente, medidas destinadas à melhoria do ensino e das condições da escola. No final de 1982, asfaltou-se a rua que passa em frente à escola, o que de fato resultou numa melhoria das condições de acesso a ela. Essa medida, contudo, estava eivada de evidentes propósitos eleitorais, imediatamente percebidos e apontados pelos educadores da escola. Temos dúvidas também quanto aos resultados de projetos do MEC desenvolvidos na escola (PRODIARTE, Espaço Central, Saber Comum e o próprio PRODASEC), de efeitos um tanto nebulosos e incertos, ao que nos pareceu.

Inqueta-nos, também, especialmente num estado com as características do Acre, o risco de manipulação e utilização indevida dos movimentos reivindicatórios da comunidade, por parte de órgãos públicos, empresas privadas, partidos políticos, etc. Embora a escola esteja

atenta para isto, especialmente nas vésperas das eleições de novembro passado foi sentida a existência de pressões, abertas ou veladas, nesse sentido.

Falta à comunidade, à escola e ao próprio PRODASEC (grupo local) uma visão do que se pretende exatamente com a organização da comunidade, não se percebendo o caráter político que ela encerra. Tivemos a impressão de que o que predomina é uma postura um tanto quanto ingênua, baseada principalmente num enfoque que privilegia a boa vontade e os bons sentimentos dos agentes, havendo grandes riscos de, em diferentes níveis, a ação se tornar paternalista e assistencialista.

No que se refere ao oferecimento de algum tipo de profissionalização a crianças e adolescentes da escola e do bairro, através de envolvimento nas atividades produtivas desenvolvidas nas oficinas, constatamos que:

- a) essas atividades fornecem apenas alguns rudimentos de uma profissionalização extremamente incipiente. Os alunos aprendem algumas poucas habilidades manuais de reduzida complexidade, não chegando a participar de todas as etapas de fabricação de um produto e muito menos a ter acesso a um enfoque mais abrangente do processo produtivo e do mundo do trabalho. Além do mais, todas as decisões relevantes ficam a cargo dos instrutores, da direção e até da própria SEC;
- b) inexistente vinculação entre as atividades profissionalizantes produtivas e a educação geral que é ministrada pela escola;
- c) a renda obtida através da participação na produção é irrisória para o aluno e insignificante para a escola, não chegando a cobrir nem ao menos uma parcela ínfima dos custos da produção;

- d) Os custos dessa atividade são sempre maiores do que a receita delas advinda. Nesse sentido, esta "iniciação à profissionalização" através de atividades produtivas só se manterá se continuamente subsidiada pela SEC. Além do pagamento do instrutor, deve-se arcar também com o fornecimento de material de consumo e, a médio prazo, com a própria reposição do ferramental necessário.

Ao contrário do que percebemos anteriormente, no decorrer da pesquisa "Experiências e Perspectivas sobre Escolas de Produção no Meio Urbano no Brasil", não sentimos, na escola Flaviano Batista, grandes riscos de que se configure uma situação de exploração do trabalho do menor, ou de que a produção gerada pelos alunos venha a concorrer com a produção do trabalhador adulto já estabelecido. Em nosso entender, isto se deve em parte ao baixíssimo volume da produção, fator que impediria qualquer concretização desses riscos, e em parte à postura da direção da escola, preocupada em impedir este tipo de ocorrência.

Por outro lado, confirmou-se também no Acre a existência de uma significativa contradição entre objetivos e diretrizes estabelecidos pelo PRODASEC e a escola de produção concreta. Aspectos como: aprender a produzir produzindo, redução da brecha entre estudo e trabalho, extração de elementos educativos do mundo do trabalho, valorização do trabalho como conteúdo pedagógico, e eliminação da discriminação contra o trabalho manual — não correspondem à realidade que observamos. Os impactos sobre a clientela também parecem ser insignificantes, na escola em questão, tanto a nível de garantir a permanência do aluno na escola como a nível de aumentar sua renda ou lhe possibilitar uma melhoria de condição social. Parece haver, ao contrário, um tipo de socialização e de preparação para o trabalho que resulta muito mais numa manutenção do status quo (veja-se por exemplo, as modalidades

profissionais oferecidas).

Estranhamos, finalmente, o fato da escola e da equipe do PRODASEC considerarem a horta e o aviário existentes como atividades de educação-produção, na medida em que eles não desempenham nenhum tipo de função educacional, constituindo-se muito mais num recurso que a escola utiliza para ampliar, ainda que modestamente, o volume de recursos disponíveis. Perguntamo-nos até que ponto o PRODASEC deveria incentivar este tipo de atividade, cujas funções pareceram-nos muito mais a de "tapar buracos" de um orçamento insuficiente.

No que se refere à prestação de certo tipo de assistência a desempregados, doentes e desvalidos, consideramos que, embora não constitua função da escola, isto tem tido algum papel no sentido de aliviar a miséria e o sofrimento na região. Sem se preocupar com eventuais e longíquas modificações de estruturas, as quais não sabe bem como poderão surgir, a escola se inclina sobre homens que têm nome e rosto e faz o que pode.

Dois últimos pontos que gostaríamos de abordar dizem respeito:

a) à percepção que os educadores da Escola Flaviano Batista têm sobre a problemática que apontamos, que nos parece precária e fragmentada, e à sua participação na ação desenvolvida. O trabalho com a comunidade, ao que parece, vem sendo bastante centralizado na figura do diretor, o que dificulta um maior envolvimento dos professores num pensar a questão, num refletir e num discutir as ações e seus rumos e conseqüências. A profissionalização via produção tampouco é objeto de reflexão e discussão. Tivemos a sensação de que a participação dos professores no processo descrito, embora real, concreta, palpável,

ainda é bastante passiva e acrítica, assim como a própria percepção da problemática;

b) à participação e ao papel da equipe do PRODASEC no processo. Sentimos que esse grupo poderia desempenhar um papel menos administrativo e mais estimulador e crítico junto à escola e seus educadores, a fim de auxiliá-los a escolher com maior clareza sua trajetória e a definir um rumo que eles percebam de forma mais cristalina. É preciso, enfim, ligar ação e finalidade.

Terminamos o relato do que pudemos perceber na Escola de 1P Grau "Dr. Flaviano Flavio Batista" com algumas poucas indagações, que aqui lançamos com o objetivo de suscitar reflexão, por parte da SEC/AC, da escola pesquisada, de nós mesmos e dos demais educadores preocupados com a educação das camadas populares.

Diante de um quadro tão ambíguo e complexo, como situarmo-nos? Numa realidade de desemprego e fome, seria o ensino profissionalizante a prioridade da ação da escola? como agir e participar de uma ação educacional que favoreça a emancipação e a melhoria da qualidade de vida de homens tão cruelmente sofridos? Que fazer?

A EXPERIÊNCIA DE ESCOLA DE PRODUÇÃO RURAL DE ANGICAL - ANGICAL/PIAUI

- 1. O Departamento de Educação Rural e as Origens da Experiência**
- 2. Descrição Geral da Experiência**
- 3. Horticultura**
- 4. Corte e Costura**
- 5. Comentários**

1. O DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO RURAL E AS ORIGENS DA EXPERIÊNCIA

Essa experiência é uma de uma série de quinze baseadas num mesmo projeto em implantação em diversos municípios do interior do Estado de Piauí. Dez dessas experiências, inclusive a descrita nesse relato, estão sendo desenvolvidas pelo Departamento de Educação Rural — DERU — da Secretaria Estadual de Educação, e cinco outras estão sob a responsabilidade da Universidade Federal do Piauí. O DERU projetou essas experiências com base na avaliação do trabalho anterior, desenvolvido por ele mesmo, que foi o de implantação das escolas do POLONORDESTE.

Segundo a equipe do DERU com a qual contatamos, sua proposta de trabalho procura dar uma certa unidade às ações propugnadas pelos diversos Programas Especiais para o meio rural, a saber: POLONORDESTE, EDURURAL, PROMUNICIPIO e PRODASEC. Os principais projetos desenvolvidos por eles nessa perspectiva são:

- Estruturação dos Órgãos Municipais de Educação em todo o Estado, visando a uma descentralização da atuação da SEC — PROMUNICIPIO-,
- Melhoria salarial dos professores rurais — PRONASEC-.
- Elaboração de material didático da 1a. à 4a. série - PRONASEC e EDURURAL -.
- Escolas de Produção - POLONORDESTE e PRONASEC-.

Nos deteremos aqui mais sobre o projeto de Escolas de Produção do POLONORDESTE, porque foi dessa experiência que emergiu uma

proposta alternativa para esse tipo de escola.

O projeto do POLONORDESTE previa a construção de aproximadamente 36 escolas rurais, com uma proposta que pode ser resumida nos seguintes pontos:

1. Construção do prédio escolar com três salas de aula, recreio coberto, sala de direção e secretaria, depósito, apartamento com banheiro interno para professores e sanitários para os alunos.
2. Para cada uma delas seria contratado um técnico em agropecuária, que passaria por um treinamento de 360 horas, com o seguinte conteúdo programático:
 - Educação Rural e Desenvolvimento Integrado
 - Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º grau
 - Psicologia da Educação
 - Didática
 - Planejamento de Ensino
 - Currículo das Unidades Profissionalizantes
 - Prática de Ensino
 - Cooperativismo
 - Metodologia das Unidades Profissionalizantes.
3. Esse professor técnico em agropecuária, juntamente com os outros professores — geralmente leigos — se encarregaria de implantar "Escolas de Formação Especial a nível de 1º grau com terminalidade antecipada ao nível da 5a. série".
4. O objetivo dessa proposta não é formar técnicos em agropecuária, mas sim proporcionar informações básicas que permitam a correta exploração da agropecuária, tendo em vista a formação e melhoria do rebanho, implementação de

novas tecnologias, mudança nos hábitos alimentares, etc. Tudo isso deveria ser feito enfocando o pessoal mais novo, já que se considerava que para o pessoal mais velho isso era muito mais difícil devido aos hábitos já bastante arraigados. Esperava-se ao fim, por esse processo de qualificação do trabalhador do campo, um aumento da eficiência e eficácia de sua atividade produtiva e uma conseqüente melhora na qualidade de vida da população.

5. A escola teria um currículo de formação especial na 4a. e na 5a. série com as seguintes disciplinas:

4a. Série	Agricultura Geral	40 horas
	Olericultura	100 horas
	Cooperativismo	40 horas
	Avicultura	40 horas
	Cultura do Milho	70 horas
	Cultura do Feijão	70 horas
		360 horas
5a. Série	Bovinocultura	80 horas
	Suinocultura	50 horas
	Ovinocultura	50 horas
	Caprinocultura	50 horas
	Cultura de Arroz	70 horas
	Cultura da Mandioca	60 horas
	Cultura da Cana-de-Açúcar	70 horas
		360 horas

As disciplinas da 4ª série seriam comuns a todas as escolas e na 5ª série cada escola escolheria as disciplinas de acordo com as peculiaridades, interesse e, ainda, conforme a atividade de produção que se pretendesse incentivar.

6. As atividades práticas seriam desenvolvidas em canteiros de demonstração, principalmente hortaliças, e também em CAMPO DE

TREINAMENTO, terreno cercado de 1 a 2 hectares com o objetivo tanto de intensificar a aprendizagem como de proporcionar a produção. O CAMPO DE TREINAMENTO teria então o objetivo de praticar a teoria e o de produzir, tendo em vista a merenda escolar, os produtores e a auto-sustentação da escola.

7. As escolas foram equipadas com implementos agrícolas a tração animal, defensivos, adubos, sementes, etc.

8. Integrando-se a outras instituições para melhor desenvolver as atividades, sobretudo envolvendo a comunidade como um todo e não só os alunos, surgiram os seguintes projetos:

- 1) Criação de animais (LBA)
- 2) Hortas Caseiras e Escolares (FEPLAM)
- 3) Sanidade de Humanos e Animais
- 4) Melhoria de Habitação do Meio Rural (LBA, RONDON)
- 5) Clubes de Jovens
- 6) Construção de Chafarizes Públicos e Bebedouros para Animais (LBA)
- 7) Construção de Fossas (LBA)

A própria equipe, avaliando as ações desse projeto, destacou os problemas que inviabilizaram a proposta nos moldes apresentados anteriormente:

1. Embora a escola veiculasse uma aprendizagem "modernizadora", de como produzir melhor, com melhores sementes, utilizando, fertilizantes, melhor trato do rebanho, etc, na realidade não havia condições de se produzir nesses moldes. Os diferentes órgãos que deveriam apoiar essas ações — INCRA, EMATER, Secretarias de Agricultura, Saúde, etc. — não atendiam integralmente às novas necessidades, tais como água, estradas vicinais,

locais de venda, fornecimento de sementes, etc. No entender da equipe, apesar da integração prevista ao nível dos planos, o projeto ao ser operacionalizado por diferentes órgãos, obedecendo a objetivos, diretrizes, prioridades e políticas próprias, na realidade se despolarizavam no espaço e/ou se descompassavam no tempo. A clientela, por sua vez, apresentava fortes tendências para a migração, tendo em vista sua aspiração educacional como também a busca de melhores condições de trabalho. Isso contrariava toda a idéia de fixação do homem melhor preparado na localidade de origem, como também a idéia de satisfazer pela terminalidade antecipada as metas de educação formal e regular da clientela.

2. A não existência de um currículo rural específico, aprovado pelo Conselho Estadual de Educação — o currículo levado a efeito nessas escolas, principalmente a parte de formação especial da 4ª à 5ª série, não foi aprovado pelo Conselho — onde a terminalidade antecipada na 5ª série garantisse o ingresso na 6ª série em caso de continuidade dos estudos, provocou desinteresse crescente quanto à 5ª série, que já existia para as séries iniciais. Isto porque qualquer aluno de escola rural, ao tentar continuar estudos, principalmente em escolas urbanas e de seriação completa, é obrigado a se submeter a teste, geralmente voltando a séries anteriores àquela que ele passou na escola de origem. Por melhor que seja o desempenho do aluno no teste, a 5ª série é sempre invalidada devido ao não reconhecimento pelo CEE, resultando assim, na melhor das hipóteses, num ano perdido.

Dessa forma, caracterizou-se mais o problema do ensino rural não por necessidades de "conteúdos e formas especiais" mas, principalmente, pela necessidade de sua legitimação para a clientela pela garantia das

condições de continuidade dos estudos. Sem isso não há interesse em frequentar um ano a mais de escola, com todos os ônus inerentes a isso, entre os quais, a perda de mão-de-obra que a família sofre e os outros custos que sobre ela incide para manter alguns de seus membros na escola.

3. Dois problemas de natureza salarial foram criados. De um lado a diferenciação criada entre o professor de educação geral, para o qual se manteve o baixo salário tradicional, e o técnico em agropecuária com remuneração bastante superior, o que gerava um clima de descontentamento entre o pessoal docente. De outro lado, após algum tempo, os salários dos técnicos, devido ao mecanismo de reajuste, começaram a se defasar com relação ao mercado, gerando desmotivação e evasão quando é encontrado um emprego melhor remunerado. Com a saída desses técnicos, já treinados previamente, e as dificuldades de substituição, impedia-se o ensino das disciplinas de formação especial, como o desenvolvimento das práticas de demonstração e dos projetos produtivos.
4. As sucessivas mudanças de coordenação nos Programas Especiais, antes que ocorresse a fusão deles no DERU, foram apontadas também como um problema no desenvolvimento do trabalho, na medida em que cada coordenador imprime uma "filosofia e uma forma de trabalhar pessoal".

A avaliação por eles empreendida das escolas do POLONORDESTE e a concomitante fusão dos Programas Especiais, sob uma única coordenação no DERU, permitiu, segundo eles, dar uma melhor unidade às ações educacionais para o meio rural. Essa fusão gerou a definição de uma linha de trabalho orientadora de todos os Programas Especiais, apoiada nas seguintes premissas:

a) **TRABALHO "INDIRETO"** - Preconiza o incentivo aos Órgãos Municipais de Educação para assumirem um papel de "supervisores" na rede rural, a busca de participação de outros órgãos tais como LBA e EMATER no apoio e/ou desenvolvimento das ações e a utilização dos professores técnicos em agropecuária mais como "agentes multiplicadores" e não como professores especiais em cada escola rural.

b) **TRABALHO "MAIS INFORMAL"** - No sentido de envolver mais a comunidade, buscando que ela assuma as propostas desencadeadas, procurando não sofisticá-las em termos de diversificação de ações ou técnicas, mesmo porque não há estrutura financeira ou de recursos humanos para dar continuidade às propostas eventualmente colocadas. Procurar não impor uma ação ou estrutura — física, de recursos humanos, de conteúdo — mas iniciar ações com um mínimo de condições "mostrando como poderá ser e mais tarde se organizar".

c) **PREOCUPAÇÃO com RETORNO ECONÔMICO** - Promover atividades que gerem benefícios mais imediatos para a clientela ou comunidade em termos de renda — venda de produto — ou consumo próprio. Não mais objetivos de produção a longo prazo — melhoria de rebanhos, por exemplo — mas de sobrevivência a curto prazo, procurando lidar com as condições existentes e/ou promover apenas a infraestrutura mínima — obtenção de água, por exemplo -.

d) Ao lado dessas diretrizes de ação, experimentais, dar continuidade ao processo de **ELABORAÇÃO DE LIVROS** até a 4ª série, processo esse que deve levar à aprovação pelo CEE do currículo especial para a área rural, já que muitos dos

conteúdos e ações das disciplinas de formação especial serão veiculados nos livros de maneira mais informal e integrada às disciplinas de educação geral.

Dentro dessas diretrizes se orientam os quatro projetos principais já citados, sendo que as Escolas de Produção, a partir de 1981, e com financiamento do PRONASEC também, passam a ser redirecionadas. Inicia-se assim uma experiência com quinze escolas rurais em quinze municípios diversos daquelas atendidos pelo POLONORDESTE. As quinze localidades desses municípios foram selecionadas pelos critérios de existência de água, de vias de acesso, de escola e de um número razoável de famílias.

Dos 15 projetos, cinco deles ficaram ao encargo da Universidade do Piauí. Os municípios atendidos são os seguintes:

Palmeiras	}	DERU
Angical		
Mons. Gil		
São Gonçalo		
Regeneração		
São Julião		
N. Sra. dos Remédios		
Ipiranga		
Francinópolis		
União		
Valença	}	Universidade
Picos		
Guadalupe		
Teresina		
Alto Longa		

Nas dez localidades trabalhadas pelo DERU foram realizados um treinamento (apoiado no material elaborado pela Fundação Padre Landell de Moura - FEPLAM - em 1981, como encomenda do PRONASEC dentro do projeto "Hortas Caseiras para o Nordeste") de

professores e comunitários e com a implantação concomitante de "Hortas Comunitárias" locais. Nos contatos estabelecidos com os povoados verificou-se também se havia interesse pela área de Corte e Costura e se existiam nos locais pessoas dispostas e preparadas para monitorar essa área. Formaram-se assim grupos de Horta e Corte e Costura, para os quais foram adquiridos equipamentos e materiais — implementos agrícolas de pequeno porte, máquinas de costura, material diverso para costura, tecidos, sementes, adubos, etc.

Em 1983 o DERU pretende implantar mais 23 dessas escolas com auxílio da LBA e transformar progressivamente as escolas do **POLONORDESTE** nessa versão mais simplificada, com esses ou outros pequenos projetos de atividades que possam surgir na interação deles com as comunidades de cada localidade atendida.

O acompanhamento e orientação das atividades são previstos para ocorrerem periodicamente — a cada mês — através da ida às comunidades dos técnicos do DERU. É previsto também a colaboração, nessa atividade, dos técnicos da EMATER que trabalham no município.

Visitou-se uma destas dez experiências, no município de Angical, a qual o relato se centrará a seguir.

2. DESCRIÇÃO GERAL DA EXPERIÊNCIA

Na sede do município de Angical funcionam 2 escolas de 1ª a 4ª série e uma de 5ª a 8ª série. Visitou-se o Órgão Municipal de Ensino que está sendo implantado por incentivo da SEC e

PROMUNICÍPIO. Nesse trabalham uma diretora, uma assistente e uma datilógrafa em condições físicas deficientes: duas salinhas sem sanitário, numa delas estando empilhados livros no que parece pretender ser uma biblioteca. Embora não se tenha averiguado, o papel desse órgão parece ser mais burocrático e administrativo do que de supervisão ou orientação, mostrando, no mínimo, a necessidade de se questionar a descentralização pretendida.

No município ganhou as eleições o PDS 1 que disputava com o PDS 2, este representando o continuísmo de uma família há longo tempo no poder. A vitória do PDS 1 (por 3 votos), cujas propagandas saudavam Tancredo Neves, parece ter representado uma "revolução" em vista da situação anterior de caciquismo único.

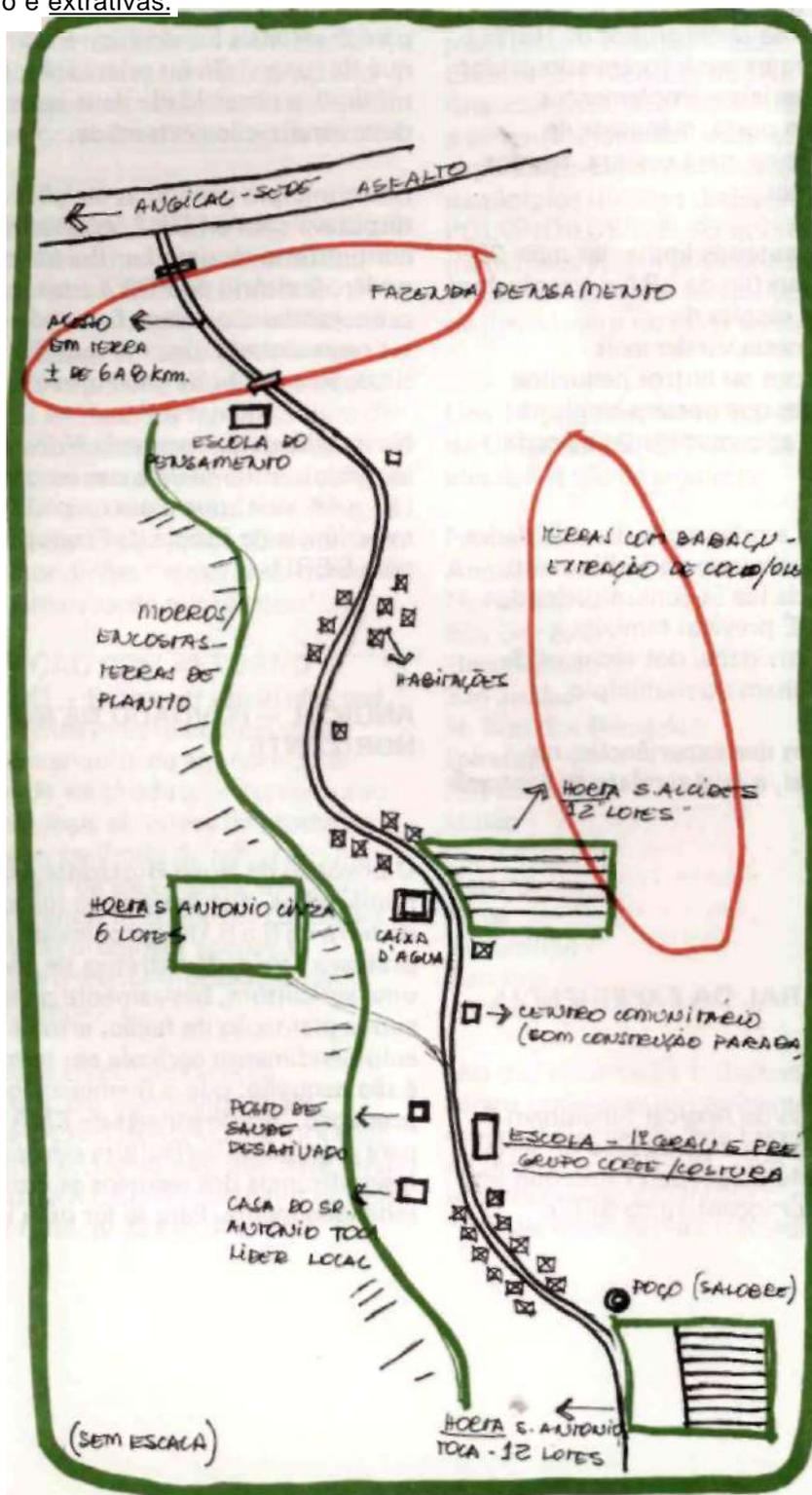
Na localidade denominada Novo Horizonte desse município situa-se uma das escolas de 1º grau (1ª a 4ª série) que é um dos núcleos da experiência de Escola de Produção desenvolvida pelo DERU.

ANGICAL - POVOADO DE NOVO HORIZONTE

O povoado de Novo Horizonte é constituído de minifúndios, distribuídos ao longo de um acesso de terra de 6 a 8 km aproximadamente, onde se pratica a atividade extrativa de coco de babaçu e uma agricultura, basicamente de subsistência, com a plantação de feijão, arroz e milho. O empreendimento agrícola em termos individuais é tão pequeno, que o financiamento da produção, obtido através da EMATER, é feito para o grupo de agricultura em conjunto, tal a insignificância dos recursos se discriminados individualmente. Para se ter uma idéia,

ANGICAL-POVOADO DE NOVO HORIZONTE

Acesso, organização das habitações, equipamentos, hortas comunitárias, áreas de plantio e extrativas.



aproximadamente Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) somou o total do financiamento para o grupo de agricultores dessa localidade em 1982. Esta atividade de financiamento parece ser a principal da EMATER, que vem funcionando mais como agência financeira do que dando apoio e orientação técnica. Pelo menos é o que aponta o fato dos técnicos da EMATER, que se propuseram a colaborar com o DERU, não terem notado os problemas de praga e época de colheita, verificados pelo técnico do DERU por ocasião da nossa visita, apesar daqueles estarem indo freqüentemente ao povoado para orientar o preenchimento dos papéis de financiamento.

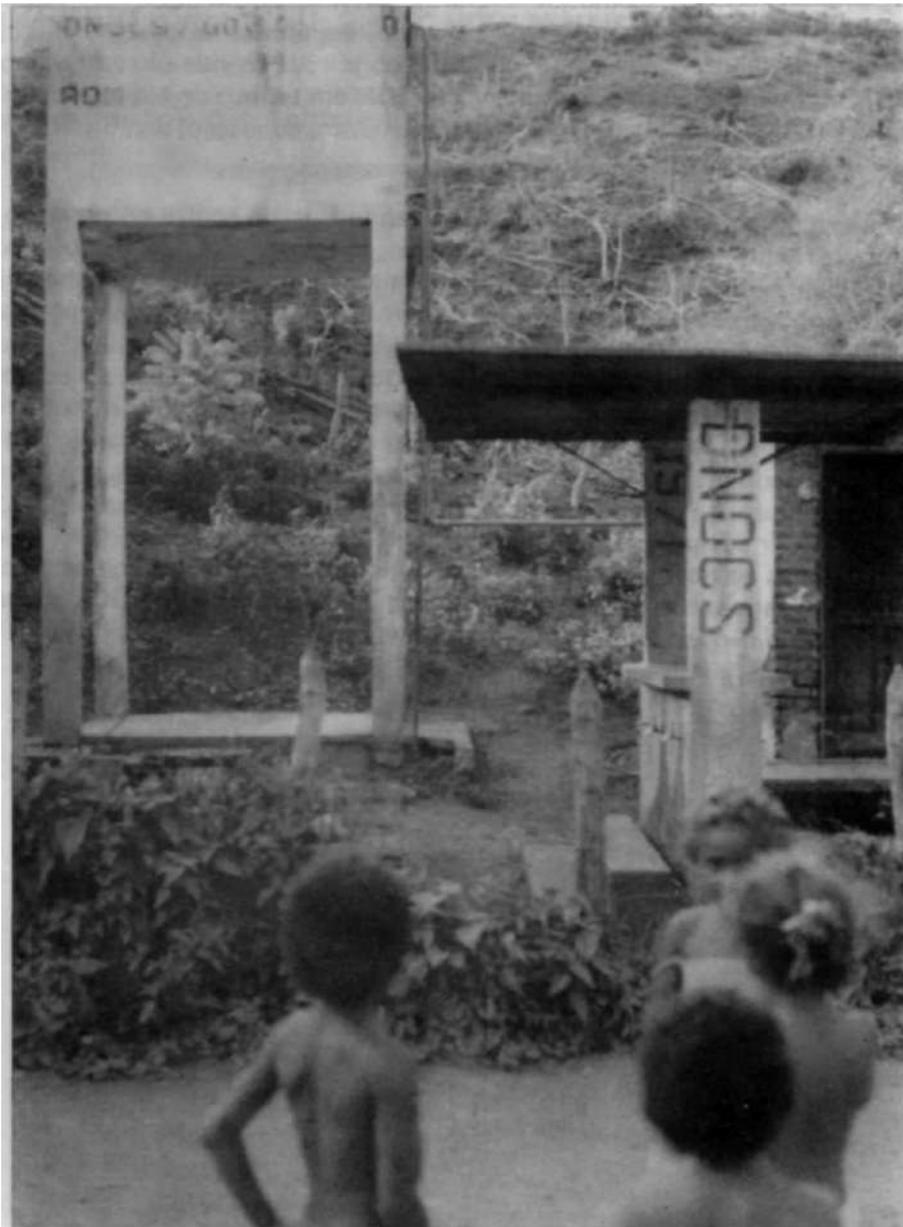
O acesso de terra ao povoado cruza as porteiras da Fazenda Pensamento, que já ameaçou fechar o acesso, podendo-se inferir a manipulação a que estão sujeitos os habitantes do povoado. Ao longo do acesso se organizam as habitações, esparsamente ou formando pequenos

grupamentos. Vivem nessa localidade cerca de 65 famílias, aproximadamente 500 habitantes. Suas condições de vida são extremamente precárias em termos de habitação, saúde, saneamento, educação, etc.

As habitações, no centro do povoado, são de tijolos, feitos por eles com barro local, geralmente sem revestimento, chão batido, cobertura de telhas. Outras porém, talvez a grande maioria, são de paredes de pau-a-pique e cobertura de palha. O Posto de Saúde do local está desativado e o atendimento médico e farmacêutico exige o deslocamento até Angical. O abastecimento de água é extremamente precário, contando toda a comunidade com apenas dois poços e uma caixa d'água construída tempos atrás pelo Departamento Nacional de Obras Contra a Seca — DNOCS — nos quais se abastecem pessoalmente e irrigam as hortas.



Grupamento de habitações junto à escola e casa do Sr. Antonio Toca. Local de ver TV - Antena



Caixa d'água do DNOCS

A escola de 1º grau conta apenas com duas salas de aula e um pequeno local para a preparação da merenda. Funcionam nessa escola duas classes de 1º Grau, uma de manhã e outra à tarde, uma classe de pré-escolar pela manhã, e o grupo de corte e costura durante alguns dias da semana à tarde. Os alunos do 1º grau são atendidos em classes multisseriadas. Os dois professores são

leigos e recebem um salário de Cr\$ 2.000,00 da Prefeitura Municipal. Paradoxalmente, a pessoa mais "preparada" para a função de docência, com 1º grau completo e uma ou duas séries do 2º grau, é a professora do pré-escolar, classe criada em 1982 dentro do Programa de Pré-Escolar do MOBRAL.



Escola de 1º grau



Crianças do povoado. As de uniforme vão na escola de Angical, sede do município. Parte do caminho à pé, mais ou menos 6 Km., o restante de ônibus.

A maioria dos adultos é analfabeta, a despeito de alguns terem passado pelo Programa de Alfabetização do MOBRAL, que atuou na localidade há alguns anos. Atualmente o MOBRAL ali desenvolve apenas o Programa de Pré-Escola. Alguns depoimentos de mães de crianças apontaram para a precariedade da escola de 1º grau, com professores velhos e doentes, desinteressados e que faltam freqüentemente. Crianças que há tempo freqüentam a escola ainda permanecem semi-analfabetas. Outras, que conseguem dar continuidade aos estudos, não encontram atendimento no local, caminham cerca de 6 km. a pé, em seguida tomam ônibus, para freqüentarem a escola na sede do município.

Também foram criados pela EMATER, há algum tempo, através de suas atividades de extensão rural, o Clube de Mães e o Clube de Jovens. Ficou-se com a impressão — pelo menos nas pessoas por nós contatadas — de um desinteresse pelos clubes. Pareceu-nos que não sabendo o que fazer neles, para que servem, porque foram criados e o que realizar neles, faz com que eles apenas se mantenham formalmente existentes, mas sem grandes significados para os participantes. O Clube das Mães, que praticamente se desativava, ganhou um novo impulso com o início da atividade de corte e costura, uma vez que essa atividade acabou envolvendo praticamente as mesmas mulheres componentes do clube, devido à dimensão populacional diminuta do povoado.

Recentemente, um pouco antes das eleições, o povoado ganhou um aparelho e antena de TV. Isso vem fazendo com que grande parte do povoado se reúna à noite para assistir a novelas e a outros programas — o Globo Rural também é visto aos domingos — e isso, como veremos a seguir, involuntariamente facilitou bastante o trabalho dos monitores e o desenvolvimento das atividades do projeto, principalmente o referente às hortas.

como já dissemos, as atividades de Horticultura e Corte e Costura foram as selecionadas para iniciar um processo de integração Escola-comunidade, tendo em vista melhorar as condições de vida daquela população. Em suas ações prévias o DERU identificou duas pessoas dessa comunidade para exercerem as funções de monitores na execução desses dois pequenos projetos. Além de passarem por um treinamento prévio e receberem algumas instruções sobre a atividade, é através deles que os supervisores do DERU se propõem a desenvolver o trabalho de acompanhamento e assistência técnico-pedagógica. Nesse trabalho de assistência técnico-pedagógica devem colaborar também os técnicos da EMATER responsáveis pelo atendimento àquela localidade e a equipe do Órgão Municipal de Educação.

As atividades de Horticultura e Corte e Costura visam ao ensino dos conhecimentos e habilidades relativos a cada área e através deles ou como consequência deles produzir bens úteis para a comunidade e melhorar e diversificar a produção, sobretudo no setor agrícola, com a introdução da horticultura.

Os participantes dessas atividades, pelo menos nesse caso, diferentemente das experiências do POLONORDESTE que visavam diretamente ao desenvolvimento de um ensino profissionalizante junto aos alunos da 4ª e 5ª séries do 1º grau, num sentido de terminalidade antecipada profissionalizante, são os jovens e adultos da comunidade e não propriamente a clientela escolar do 1º grau.

Seu Antonio Toca, monitor da Horticultura, reside no centro do povoado e sua casa se destaca das outras pelo tamanho, revestimento, mobiliário e, entre outros eletrodomésticos, uma geladeira. É um tipo forte, tranqüilo, sabe se expressar, lê e escreve e parece ser o mais bem "sucedido" do local, fatores que expressam em parte a sua liderança. Ele é também o

"Multiplicador Rural" do local, treinado pela EMATER, cuidando assim das relações entre os agricultores do local e esse órgão.

Dona Maria Divina, que aprendeu costura com a mãe (era "curiosa", vai "pela inteligência"), aceitou ser a monitora do grupo "porque pensava que devia ensinar aos outros e não guardar o saber para ela". Ela é talvez a única pessoa do povoado que possui máquina de costura própria. Dadas as características da atividade e o perfil da equipe do DERU, a assistência técnica-pedagógica para ela e para o grupo fica mais a cargo de uma extensionista da EMATER.

Apresentaremos a seguir a descrição daquilo que pudemos apreender da organização e funcionamento dessas atividades.

3. HORTICULTURA

A comunidade de Novo Horizonte, tendo atendido os requisitos mínimos para o desenvolvimento do projeto - existência de água, de vias de acesso, de escola, de um número razoável de famílias e de pessoas dispostas e capazes de monitorar as atividades de horticultura e corte e costura — começou a ser informada e consultada sobre o projeto, tendo em vista a organização e a preparação das atividades com as pessoas que se propunham a delas participarem.

À implantação da horta precedeu o treinamento do monitor. O treinamento foi todo desenvolvido com base no material da FEPLAN,



HORTA COMUNITÁRIA - Responsável Sr. Antonio Toca. Doze cuidadores. Vista da plantação de abóboras e do sistema de irrigação por transpiração de potes de barro, ligados por mangueiras que os mantêm cheios de água continuamente.

material este composto de Teleaula e Manual de Trabalho. Paralelo ao treinamento foram escolhidos três pequenos terrenos que se apresentavam apropriados para a horticultura. Para cada um dos terrenos foi previsto uma divisão em 30 pequenos lotes — canteiros — correspondente ao número de famílias participantes.

A mais comum das ocorrências, qual seja, o atraso do repasse dos recursos, não só adiou a implantação da horta como descompassou o período próprio para o seu desenvolvimento, tendo em vista, principalmente, a época própria de plantio. A implicação mais marcante e até mesmo curiosa desse atraso refere-se ao projeto

de experimentação de uma técnica de irrigação que procura maximizar o aproveitamento da água, recurso este bastante escasso sobretudo no período da seca. Essa experimentação, ao invés de se dar na época mais grave de seca, estava se dando no período mais propício a chuvas.

Ao todo são três hortas com 30 cuidadores — donos —, sendo o Sr. Antonio Toca o supervisor de todas. Cada uma delas tem um responsável direto. A primeira, com 12 canteiros, tem o próprio Sr. Antonio Toca como responsável, a segunda, também com 12 canteiros, está sob a responsabilidade do Sr. Alcides e a terceira, com 6 canteiros, sob a responsabilidade do Sr. Antonio Cinza.



Horta junto ao poço e caixa d'água do DNOCS, a irrigação com regos na terra e água mais abundante dá melhores condições de produção.

Cada um dos terrenos onde estão as hortas é propriedade do respectivo responsável. Nada é cobrado por esse uso, mesmo porque a terra, pobre e seca, é abundante, porém de muito pouco valor. Assim, não há um sentido de "propriedade" para esse fator que pouco produz e com altos sacrifícios e incertezas - irrigar, adubar, esperar chuva, etc. - . A água para a rega em uma das hortas vem de um poço com bomba manual, essa comprada pelo projeto, de água salobre, também propriedade do Sr. Antonio Toca que nada cobra pelo seu uso. As duas outras hortas se abastecem do poço e caixa reservatória construída pelo DNOCS, sendo a que a horta mais próxima ao poço conta com um sistema de irrigação por regos abertos da caixa, mais alta, para os canteiros, mais baixos, construídos e mantidos continuamente por cada cuidador.

Os equipamentos de pequeno porte e os insumos — enxadas, facões, regadores, adubos, sementes, etc. — foram fornecidos pela SEC através do projeto. As ferramentas foram recebidas como uma benção de Deus. Devido ao estado precário do ferramental de propriedade dos agricultores, que não conseguem, através de sua atividade econômica, sequer repor esse fator fundamental, as novas ferramentas, imediatamente percebidas como mais produtivas e muito menos desgastante do próprio corpo, passaram também a ser utilizadas nas explorações agrícolas por eles empreendidas. É importante ressaltar quanto a esse ponto que a filosofia do projeto propõe que, pelo menos os equipamentos e insumos sejam repostos pela própria atividade e não a cada ano ou período, novamente custeado por um projeto de mesmo tipo.

O processo de instrução do pessoal sobre a atividade ocorre concomitantemente ao processo de implantação da horta. A cada fase de implantação da horta o monitor vai especificando as tarefas e a forma de desempenhá-las e, na medida do possível e dos

seus próprios conhecimentos, procura explicar as razões técnicas e específicas dos procedimentos adotados, as qualidades das diferentes hortaliças, a maneira de consumi-las, etc. Ele vai assim repassando os conhecimentos obtidos no treinamento anterior e também daqueles conhecimentos e instruções que os técnicos agrícolas do DERU e da EMATER desenvolvem durante as visitas de acompanhamento e orientação.

As visitas de acompanhamento e orientação estão previstas para ocorrer mensalmente mas sem uma data pré-estabelecida. Desse modo o contato fica quase que exclusivamente restrito ao monitor, mesmo porque as pessoas estando no desempenho de suas outras atividades de trabalho é mais difícil a reunião de um grande número de participantes. É O monitor que em seguida vai contatando as pessoas, organizando e orientando as tarefas que devem ser executadas. Esse trabalho do monitor, que também é o contato direto da EMATER para efeito dos projetos de financiamento de produção agrícola, ficou facilitado, curiosamente, devido à instalação do aparelho de TV. como grande parte do pessoal se reúne à noite para assistir a TV, cria-se assim uma situação mais favorável para o Sr. Antonio Toca dar as instruções e enviar recados; também o próprio pessoal, informalmente, acaba discutindo sobre as novidades, problemas e dificuldades com as hortas, combina entre si troca de favores com relação aos cuidados de seus canteiros, por exemplo um cuidador regando o canteiro do outro devido à impossibilidade deste, etc.

A horta envolve toda a família no seu cuidado. Homens, mulheres e crianças estão, em algum nível, envolvidos no trabalho de plantio, transplante, estaqueamento, rega, limpeza, colheita, etc. Cada família cuida do seu canteiro e se apropria de sua produção da forma que quiser; consome, dá, vende, troca. Apesar da

participação das crianças é feita uma ressalva devido ao fato delas, por brincadeira ou desconhecimento, quebrarem as plantas, colherem frutos imaturos, etc.

De uma maneira totalmente informal, as informações sobre a atividade, do plantio à forma de consumo, vão sendo passadas de um para outro e não necessariamente mediadas apenas pelo monitor.

A horta introduziu não só uma atividade nova como vem implicando em novos hábitos alimentares. Desse ponto de vista, sempre apontado como um dos entraves à horticultura, a experiência parece estar tendo sucesso. Talvez até por uma limitação muito estreita de alternativas de alimentação, as verduras e legumes têm tido uma aceitação boa e geral. O Sr. Antonio Toca expressou que as pessoas estão competindo e ganhando das lagartas no consumo das verduras.

A produção é muito pequena ainda e a comercialização que existe se circunscreve ao próprio povoado, ocorrendo sob a forma de trocas. Os lotes são tão pequenos que uma

produção para venda na cidade só compensaria se os participantes organizassem um sistema de comercialização em grupo, compensando de alguma forma os custos de deslocamento, perda de dia de trabalho, ponto de venda na cidade e outros. Pouco se tem pensado a questão da comercialização, mesmo porque o pessoal ainda está longe de um domínio razoável da atividade. Um exemplo curioso ocorrido durante a nossa visita refere-se à colheita de pepino. Como houve um atraso na assistência técnica, o pessoal não sabia o que fazer com aquele fruto. Mal sabiam nomeá-lo, se devia ser colhido ou não, e mesmo que colhessem não sabiam como consumi-lo. O fruto dessa forma se estragava no próprio pé.

Percebe-se que a preocupação do trabalho de acompanhamento e orientação se centra exclusivamente no domínio das habilidades relativas ao processo de plantio/colheita/consumo, e que pouco, ou mesmo nada, tem sido feito no sentido de estimular e preparar os participantes numa perspectiva futura da atividade, mesmo que de curto prazo, no que se refere aos seus aspectos educacionais, econômicos e sociais.



4. CORTE E COSTURA

A outra atividade do projeto é o Corte e Costura. Esta atividade vem se dando sob a forma de um curso ministrado pela Dona Maria Divina, habitante do povoado.

Dona Maria Divina segue um plano de curso elaborado pela SEC, e uma extensionista da EMATER é encarregada de dar uma assistência periódica a ela.

Dona Maria recebe uma gratificação da SEC, através do projeto, pelo período de 6 meses que vai do início da atividade em julho até dezembro de 1982.

O curso funciona em uma das salas da escola no período da tarde. Essa sala, pela manhã, atende o pré-escolar. Receberam duas máquinas de costura, alguns tecidos e material diversos — tesouras, fitas métricas, agulhas, etc. Utilizavam-se de uma mesa improvisada, pequena e imprópria para a atividade de corte.

Devido ao total de 23 alunos, mulheres jovens e adultas do povoado, elas se organizaram em duas turmas. Uma delas com 12 alunos na 3^a. feira e a outra com 11 alunos na 5^a feira. A atividade tem 3 horas de duração.

O envolvimento com a atividade que excede a essas três horas fica por conta da disponibilidade de cada uma das alunas que, quando podem, dão continuidade aos trabalhos em suas casas ou procuram Dona Maria Divina que as atende em sua própria casa para assistir quem solicitar. As máquinas de costura também ficam disponíveis para quem quiser usar durante as tardes de 2^a, 4^a e 6^a feira. Essa atividade teve início em julho de 1982 e algumas já sabem cortar, tirar moldes sob medida etc.

O tecido que elas receberam do projeto ainda não foi utilizado. Cada aluna comprou ou arrumou algum tecido para utilizar nessa fase de treinamento, ficando com cada uma a peça por ela confeccionada.

Este procedimento, pelo que podemos perceber, parece ter sido decidido pelas próprias participantes, com base na idéia de não se correr o risco de estragar o tecido recebido numa primeira experiência de aprendizagem prática. Provavelmente, deve ter influenciado também esta decisão, a proposição do projeto de que a continuidade da atividade deveria ficar, a princípio, por conta delas mesmo, sem um contínuo recebimento de material por parte do DERU. Num segundo momento, quando elas se sentissem mais capacitadas no corte e costura, o material fornecido pelo projeto seria comprado pelas alunas, cada uma delas ficaria com o produzido para si, e o arrecadado deve ser utilizado para repor, pelo menos, o material inicial.

Na verdade, isso significa apenas que parte do material didático — linha e tecido, principalmente — está sendo custeado pelo próprio aluno. No entanto, não pareceu estar claro, para o pessoal participante nem para os técnicos do DERU, a questão de quem arcaria com outros custos — remuneração do instrutor, manutenção das máquinas, etc. — na perspectiva dessa atividade se manter apenas como curso de Corte e Costura. Por outro lado, a idéia da atividade avançar na perspectiva de um grupo de produção autônomo, capaz de se auto-sustentar, reproduzir-se e ampliar-se, não era nem cogitada pelas participantes, e nem mesmo algo que estivesse sendo de alguma forma, estimulado e discutido por parte dos técnicos do DERU.

De qualquer forma, pareceu-nos predominante, por parte das participantes, a idéia de se manter a atividade ao nível de curso, contanto que o DERU continue custeando a maior parte das

despesas — instrutor, manutenção das máquinas e reposição de material permanente —. Isso porque, primeiro, o período de 6 meses se mostrava insuficiente para a aprendizagem das habilidades mínimas do corte e costura; segundo, o pessoal já começava aspirar à aprendizagem de outras habilidades, como o bordado, que podem se complementar ao corte e costura; terceiro, existem, segundo Dna. Maria Divina, cerca de 14 pessoas interessadas em

iniciar o curso. Essas pessoas não foram aceitas nessa turma porque a procura apareceu após o curso ter se iniciado e o seu ingresso atrapalharia o desenvolvimento da atividade, sobretudo pelo aumento demasiado do número de alunas. Não parece existir porém, por parte do DERU, uma garantia ou um plano, com ou sem recursos financeiros, para o prosseguimento dessa atividade, permanecendo assim um clima de total incerteza quanto ao seu futuro.



O grupo de corte e costura na sala de aula da escola, reunidos por ocasião da nossa visita. Ao fundo o Sr. Antonio Toca e as máquinas de costura.

5. COMENTÁRIOS

O contato estabelecido com a equipe de supervisão do DERU e a visita a uma das experiências de "escola de produção" possibilitam alguns comentários para fomentar o debate.

- A análise crítica procedida pela equipe do DERU acerca da experiência das escolas do POLONORDESTE nos parece correta embora incompleta. Os pontos críticos apresentados se detêm quase que exclusivamente nos aspectos operacionais, apenas resvalando, algumas vezes, nos problemas de enfoque da proposta, os quais, após a avaliação, apenas se transferem ao "novo enfoque":
 - a. a postura do desenvolvimento pela modernização ao nível do microcosmo — escola rural e sua comunidade — sem considerar as relações ao nível das estruturas mais amplas;
 - b. à educação cabe transmitir/ensinar novos hábitos, valores e técnicas dentro de um marco sócio-econômico cujas relações são aceitas e não questionadas. Ações educacionais, portanto, que continuam veiculando conteúdos "modernizantes", ainda que dentro de expectativas rebaixadas. Por exemplo, não mais um rebanho melhor porque inviável, apenas uma horta possível; não mais professores qualificados mas os leigos da localidade.

Essa busca de um caminho para as escolas de produção mais assentado na realidade, após toda uma avaliação, juntamente com o discurso de que "a escola e a comunidade devem buscar meios de integração, produção e auto-sustentação, através de pequenos investimentos, aproveitando recursos próprios,

com a finalidade de melhorar o nível de produção objetivando melhores condições de renda", não estaria mais tendendo para uma perspectiva do autogerenciamento da sobrevivência? O enfoque não estaria assim apenas reforçando um conteúdo centrado nas soluções de caráter paliativo sem ao menos tratar, ao nível do próprio conteúdo educacional, de um melhoramento da compreensão dos problemas sociais que atingem esses grupos populacionais rurais? Não se estaria também continuando a manter o baixo padrão de atendimento educacional a esses grupos e, mais do que isso, responsabilizando-os ainda pela auto-sustentação desse padrão, e eximindo o Estado do cumprimento dos seus deveres?

Na experiência visitada fica difícil perceber no que a escola de 1º grau, em termos de seus professores e alunos, foi beneficiada ou mesmo teve seu papel de "centro mediador de novas atitudes" estimulado. A escola, nesses termos, pouco está relacionada às atividades empreendidas, além de ceder suas instalações para o Corte e Costura.

Os dois professores da escola não mantêm relacionamento com nenhuma das duas atividades, fazendo o seu trabalho de forma como ele sempre foi feito. É preciso lembrar que para a escola diretamente recai a implantação da nova cartilha e dos livros para as séries seguintes, elaborados especificamente para a realidade do meio rural do estado com a proposta de:

1. adequação de conteúdos/temas/linguagem à realidade local e regional;
2. integração das áreas de conhecimento, através de temas de interesse da clientela;
3. preocupação não só com os "produtos" — temas, textos, exercícios e atividades —, mas com sua validade/utilização pela clientela, através de todo um processo de avaliação

voltado às diversas hierarquias do sistema educacional — alunos, professores, supervisores, anteriormente a sua impressão final.

No entanto, no que se refere à experiência aqui enfocada, fica-se a impressão de que o material já pronto — cartilha e livro do 2º ano — não vem sendo utilizado de fato pelos professores e alunos. O livro do 2º ano contém a temática da horticultura e, pelo que pudemos perceber, não verificamos o menor indício de relacionamento entre isso e a horta existente, nem mesmo ao nível das idéias ou planos.

O envolvimento dos alunos com a horta se dá apenas ao nível das famílias envolvidas diretamente nessa atividade. Entretanto, trata-se de um envolvimento apenas do ponto de vista do trabalho. Ou seja, eles participam da horta como força de trabalho, restringindo o processo educacional apenas a aprendizagens decorrentes desse envolvimento prático. A horta é tão vista como atividade centrada nos adultos que eles mesmos fazem algumas restrições quanto à entrada de crianças na horta. Na verdade, as crianças capazes de, sob instrução, ajudar no trabalho da horta, são levadas pelos próprios pais. Entretanto, aquelas que mais "atrapalham do que ajudam", ou por não cumprirem corretamente as tarefas ou por brincarem e algumas vezes estragarem as plantas, são vistas com certa restrição pelos adultos. De qualquer forma, não há propriamente um sentido pedagógico da atividade para as crianças.

O Corte e Costura, também centrado nos adultos, deixa apenas a possibilidade de cada mãe repassar o aprendido para os filhos via processo de socialização mas, novamente, sem qualquer mediação da escola.

Por último cabe uma indagação acerca da proposta que pretende, através dessas atividades, conseguir não só que elas se

mantenham e se reproduzam autonomamente, mas que desencadeiem novas ações comunitárias que podem ou não vir a ter colaboração da SEC.

É razoável se aceitar como incerto os resultados definitivos de um projeto com essas pretensões. No entanto, o que percebemos em Angical é que o trabalho de acompanhamento e orientação parece se prender apenas às questões mais imediatas que surgem no dia a dia das atividades. Pareceu-nos ausente um envolvimento e um estímulo para uma análise mais aprofundada, junto aos participantes, tendo em vista a perspectiva pedagógica dessa análise, como também a perspectiva crítica que checasse ou até mesmo viesse a viabilizar as pretensões acima referidas. Embora isso possa ser justificado como uma forma de "respeito ao ritmo local", perguntamo-nos se isso não pode estar escamoteando a ausência de uma consideração, de fato, da realidade local, por ocasião da proposição, planejamento e implantação do projeto.

como vimos, essa realidade local não parece estar sendo considerada e nem trazida como conteúdo de discussão, tendo em vista ela mesma e suas implicações para as atividades que lá se promovem. A atividade do quebra-coco, o financiamento da produção do milho, feijão, etc, a cargo da EMATER, a comercialização dos produtos já tradicionalmente explorados no local, etc, não são consideradas no sentido apontado acima. Isso nos leva a perguntar da necessidade de se implantar novas atividades — horticultura, corte e costura — ou seria possível alternativas dentro das atividades de produção já existentes. Por que razão essas novas atividades se manteriam e se reproduziriam autonomamente quando as outras, por exemplo a agricultura, mal conseguem repor o ferramental de trabalho — enxada, facão, pá, etc. — sendo a subsistência conseguida pelo desgaste brutal do próprio corpo?

CENTRO DE PROFISSIONALIZAÇÃO DO MENOR - CENPROMEN - TERESINA/PIAUI

- 1. Descrição Geral**
- 2. Grupo de Serralheria**
- 3. Grupo de Corte e Costura**
- 4. Comentarios**

1. DESCRIÇÃO GERAL

O Centro de Profissionalização do Menor — CENPROMEN - localiza-se na periferia de Teresina e é administrado pela Comissão de Assistência Comunitária — CAC — do governo do Estado do Piauí.

A Comissão de Assistência Comunitária — CAC — é presidida pela primeira dama do Estado e se propõe os seguintes objetivos:

- Promover programas de campanhas assistenciais;
- Colaborar e incentivar a ação social no Estado;
- Coordenar e desenvolver as atividades de assistência comunitária;
- Mobilizar as instituições visando integrá-las no processo de desenvolvimento social;
- Promover a atuação integrada dos clubes de serviços e associações assistenciais nas suas atividades.

A CAC, com o apoio do PRODASEC, vem desenvolvendo uma série de atividades, entre as quais o desenvolvimento de Grupos de Produção. As instalações do CENPROMEN, além de abrigarem o desenvolvimento de uma série de outras atividades, são também local de funcionamento de quatro Grupos de Produção. Dois desses grupos, o de Serralheria e o de Corte e Costura, serão aqui descritos e analisados com mais detalhes. Os outros dois grupos, o de Bordado a Máquina e o de Bordado a Mão, apenas serão tratados numa descrição geral do Centro como um todo, que agora iniciamos.

AS INSTALAÇÕES E AS ATIVIDADES DO CENTRO

O CENPROMEN parece ter sido previsto para atender a menores pobres através do fornecimento de um ensino profissionalizante.

No entanto, da sua inauguração, ao final dos anos setenta, até hoje, ele vem se expandindo em termos de instalações, diferenciando-se em termos de clientela — crianças, jovens e adultos são atendidos pelo Centro — e diversificando-se ao nível do atendimento oferecido.

Basicamente as atividades do centro são as seguintes:

1. Creche, com o apoio do projeto CASULO da LBA.
2. Atendimento a alunos do 1º grau regular, em período complementar ao escolar, no qual a esses alunos são proporcionados merenda, atividades recreativas e orientação para a execução das tarefas escolares. São atendidos por essa atividade cerca de 120 crianças.
3. Oferecimento de cursos de iniciação profissional para o ensino de habilidades práticas — corte e costura, croche, bordado, etc. — geralmente voltadas para uma clientela feminina jovem ou adulta, dos quais se recrutam pessoas para a formação dos grupos de produção.
4. Grupos de Produção de Serralheria, Corte e Costura, Bordado a Mão e Bordado a Máquina.
5. Salas de atendimento médico e odontológico para a clientela do Centro.

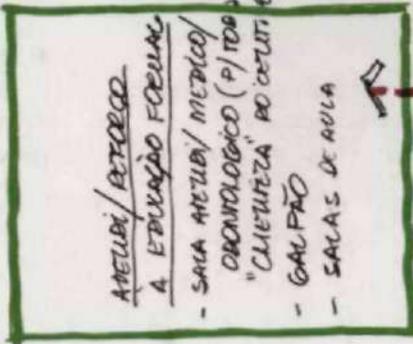
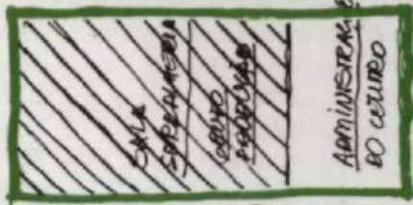
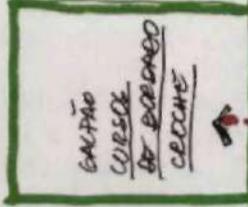
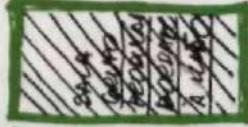
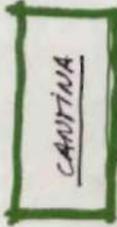
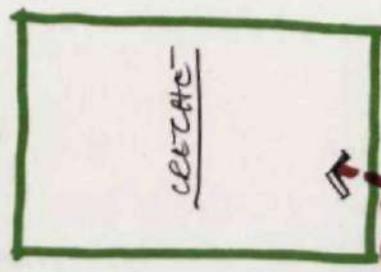
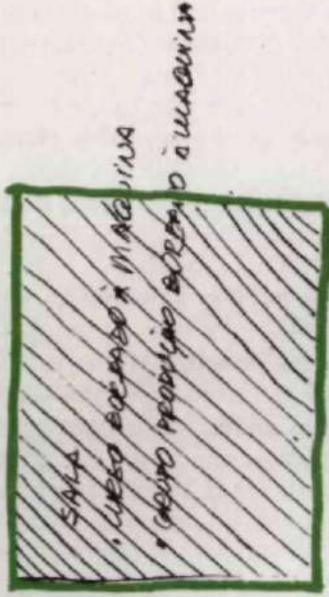
Além dessas atividades, está em construção mais um galpão, para atendimento de menores órfãos e abandonados.

A expansão das instalações e da sua equipagem contou e vem contando com recursos financeiros do PRODASEC.

A ADMINISTRAÇÃO DO CENTRO

A administração do centro é feita, em linhas gerais, por um supervisor responsável por todas

CROQUIS DO CENPROMEN



ACESSOS INDIVIDUAIS

ZONAMENTO DOS BLOCOS (ISOLADOS) QUE ABRIGAM AS DIFERENTES ATIVIDADES DO CENPROMEN.
 (ACESSOS FÍSICOS CONSIDERADOS OU REFORMADOS E EQUIPAMENTOS COM RECURSOS DO PROPRIO.)

as atividades desenvolvidas ali. Essa supervisão cuida especificamente também do trabalho de assistência social, através de orientações pessoais e diretas à clientela ali atendida e da "ação comunitária", que no centro se traduz pelo trabalho de organização das relações sociais entre os membros dos grupos de produção, pela difusão de conceitos relativos ao "trabalho comunitário, etc". Cada atividade conta com pessoal de execução e um responsável pela "gerência ou coordenação" daquela atividade.

Os grupos de produção têm uma gerência geral que cuida de sua organização e funcionamento e dirige e administra toda a parte contábil, financeira e comercial. Cada grupo conta ainda com um "supervisor de produção/instrutor", que lida diretamente com o pessoal na atividade de produção. Essa gerência geral, bem como toda a equipe, incluindo-se aqui os instrutores dos cursos de iniciação profissional ali oferecidos, se reportam a uma Coordenação de Capacitação para o Trabalho que cuida de todos os projetos dessa natureza desenvolvidos pela CAC na capital do Estado. Esses projetos são basicamente de dois tipos:

1. Cursos de Iniciação e Aperfeiçoamento Profissional;
2. Formação e Apoio a Grupos de Produção.

Na CAC também existe uma Coordenação do Programa de Ação Comunitária, para a qual se reportam outras atividades do Centro e mesmo, em alguns aspectos, os Grupos de Produção. como a outra Coordenação, essa também funciona como equipe central que atende às unidades/localidades na qual se desenvolvem os projetos sob sua responsabilidade.

2. GRUPO DE SERRALHERIA

VISÃO GERAL

A formação do Grupo de Serralheria se deu a partir dos cursos de iniciação profissional. Assim, um curso foi oferecido a uma clientela de adolescentes e jovens do sexo masculino. O curso foi desenvolvido e com aqueles alunos que se interessaram pela idéia da formação do grupo e que se apresentaram com um "melhor nível de desempenho" iniciou-se o Grupo de Produção.

O grupo começou suas atividades com uma produção já voltada para o mercado, mas ainda a nível de artigos mais simples, para que esse momento pudesse servir também de uma espécie de extensão do curso anterior, a fim de que os alunos tivessem a oportunidade de se aperfeiçoarem nas técnicas já aprendidas.

O grupo funciona durante o dia todo com cerca de nove jovens e o instrutor. A permanência dos jovens na oficina durante o período da manhã e tarde não é rígida. O mínimo que se exige é a freqüência diária pelo menos por meio período. A freqüência e permanência nos dois períodos parece ficar muito mais na dependência da existência de demanda de serviço para ser executado.

A introdução de novos elementos no grupo tem se dado apenas à medida que alguém desiste, uma vez que o mercado tem se mantido num nível estável que nao permite o aumento do número de pessoas. Esses novos elementos, por sua vez, ingressam no grupo sem necessariamente terem passado por algum curso prévio ou experiência prática anterior. Ingressam, assim, na condição de aprendizes, e passam por um processo de aprendizagem em serviço, até se "igualarem" aos outros, pelo reconhecimento do instrutor, adquirindo assim a condição de

membro do grupo dos "profissionais" com direito à remuneração.

O grupo é coordenado e orientado pelo instrutor em tudo aquilo que se refere à produção

propriamente dita. O instrutor, por sua vez, se subordina a uma gerência geral dos grupos, que administra toda a parte contábil, financeira e comercial.



ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

Os artigos produzidos podem ser divididos em dois grupos:

1. A produção sob encomenda, que se caracteriza pelo pedido de um produto com determinadas características pelo cliente, a elaboração do orçamento pelo produtor, a negociação do prazo de entrega, do orçamento e das condições de pagamento e, finalmente, o início da produção.
2. A produção para estoque, que se caracteriza pela escolha de um produto já conhecido e de uso flexível; com base numa "previsão de vendas", determina-se a quantidade a ser produzida, procurando-se manter sempre uma certa quantidade do produto à disposição do mercado.

O segundo grupo é composto, de fato, por artigos para o apoio de plantas, enfeites, utilidades em geral, etc, que permitem o aproveitamento de qualquer resto de material, a ocupação dos meninos na ausência de encomendas e, também, um aperfeiçoamento das práticas mais elementares do ofício, antes de se trabalhar com artigos mais complexos.

No primeiro grupo produzem-se artigos como portões, grades, armações de cadeiras, etc, geralmente feitos para um uso específico do cliente, sendo mais difícil uma produção para estoque.

O importante, pelo que pudemos apreender, é que, no caso de um artigo encomendado, as atividades de relacionamento com o cliente, concepção da peça e orçamento ficam por conta do instrutor, que depois do negócio feito passa para os meninos a determinação e orientação do que produzir, como trabalhar a peça e quem deles ficará responsável por ela.

O instrutor tem uma ficha — FICHA 1 - onde ele especifica para a gerência dos grupos o orçamento da peça. Esse orçamento compõe-se de três elementos: material, mão-de-obra, lucro. O custo do material determina os outros dois elementos. Sobre o custo do material calcula-se 30%, o que dá o custo da mão-de-obra. Sobre a soma dos dois calcula-se 20%, o que indica o "lucro" ou o fundo rotativo. A soma dá o preço de venda da peça.

Numa outra ficha - FICHA 2 — o instrutor registra informações relativas ao controle da produção, cliente, preço e as parcelas relativas à remuneração do trabalho e à comissão de 3% sobre o valor total da peça que lhe cabe.

Por último, na FICHA 3, registra-se cada peça pronta e seu respectivo valor, a parcela relativa à remuneração do trabalho, os nomes daqueles que a confeccionaram, a quota individual relativa a cada um deles e os 3% do valor total da peça que resultam na comissão do instrutor. É nessa ficha também que as pessoas ali indicadas assinam por ocasião do recebimento do dinheiro, funcionando essa assinatura como um comprovante de pagamento.

com essas fichas, o instrutor prevê a necessidade de compra de material e assim formula os pedidos, os quais encaminha à gerência dos grupos.

A gerência do grupo, além de supervisionar as atividades da oficina, se encarrega da compra de material, do pagamento da mercadoria, da contabilidade do grupo, do recebimento dos pagamentos, do pagamento aos alunos conforme o produzido por cada um deles, etc

As peças de utilidade geral são vendidas, no próprio Centro, a quem se interessar, em feiras de artesanato que se mostrarem oportunas e na própria loja mantida pela CAC no centro de Teresina. As encomendas são de origem diversa.

São feitas pelo pessoal da região que toma conhecimento da existência da oficina através dos frequentadores do centro, ou são encomendas conseguidas pelo próprio instrutor através de seu relacionamento pessoal, ou provêm da própria CAC, que utiliza os serviços da oficina para reparos ou confecção de peças necessárias às instalações físicas por ela administrada.

Quanto ao aspecto da remuneração do trabalho verifica-se que o sistema em funcionamento paga por produção individual. Sem querer aqui discutir essa forma de remuneração em si, o certo é que ela nos parece pouco compatível com a idéia de formação de um grupo. O grupo, na verdade, acaba significando apenas um conjunto de pessoas trabalhando num mesmo local, já que se o trabalho pudesse ser desenvolvido em lugares diferentes pouca diferença faria. Cada membro individualmente ou em mais de um recebe uma incumbência por parte do instrutor e por ela se responsabiliza. Tudo aquilo referente à organização e administração da oficina conta com o próprio instrutor e a gerência dos grupos como responsáveis. Um dos aspectos que nos chamou a atenção, com relação a isso, refere-se à observação de que a presença deles na oficina só é rigidamente cobrada quando ainda não têm sua tarefa terminada. Caso contrário, ou seja, na falta de novas encomendas ou serviço, a presença não é cobrada, como até parece ser conveniente a ausência, para evitar que esses atrapalhem aqueles que ainda têm serviço a fazer.

Só se fizessemos um levantamento mês a mês da Ficha 3, o que foi impossível, é que teríamos um valor médio da remuneração dos membros do grupo. Pela conversa com alguns deles fica-se com a noção de que a remuneração varia muito de mês a mês para cada um deles e entre eles. Ouvimos valores que variam de Cr\$ 3.000,00 a Cr\$ 15.000,00 por mês.

A remuneração do instrutor com base num valor fixo mensal mais a comissão sobre a produção da oficina parece gerar por si só uma atuação mais marcante na produção do que na ampliação da aprendizagem dos rapazes. Isso porque as atividades que poderiam significar essa ampliação são, em função de toda a organização do Centro e do Grupo, mais rapidamente desempenhadas por ele sozinho do que se ele usasse essas oportunidades para também ensinar o pessoal. De outro lado, a comissão por serviço executado o coloca muito mais predisposto a arranjar encomendas do que se a preocupar com aspectos de ensino-aprendizagem que extrapolem as técnicas mais rudimentares que, bem ou mal, já são do domínio da maioria dos rapazes. E, quando estas técnicas não são do domínio deles, fica novamente mais fácil o instrutor mesmo executar do que ensinar ou distribuir as tarefas de produção mais difíceis para aqueles que já sabem, não fazendo disso, mesmo ao nível das técnicas operacionais, oportunidade de aprendizagem para outros.

O TRABALHO NA OFICINA E O PROCESSO EDUCACIONAL

Pelo que foi possível apreender, a aprendizagem profissional se deu inicialmente via um curso introdutório e prático, dando-se o prosseguimento dessa aprendizagem no decorrer do funcionamento concreto do grupo de produção. O ingresso de elementos novos ao grupo, por sua vez, não necessariamente se dá através de cursos, mas diretamente na prática ou serviço sob orientação do instrutor, observação do trabalho dos colegas mais habilitados, etc.

De qualquer modo, verifica-se que essa aprendizagem tem-se limitado basicamente às diversas técnicas de manufatura da área. No entanto, os alunos não são envolvidos, tanto no caso de produção para estoque como a da produção por encomenda, na concepção do que vai ser produzido, do quanto vai ser produzido, do orçamento, etc. Mesmo que essas coisas sejam

ensinadas ou informadas sem implicar num envolvimento prático, o que se constatou através do contato com alguns dos alunos, inclusive com aqueles que passaram por todo o processo de formação do grupo, é que eles desconheciam o significado de tais atividades, colocando-se inclusive como incapazes de realizá-las. Por exemplo, uma encomenda de um portão de garagem exige desde a tirada da medida do vão e o esboço do portão com as medidas definidas pelas necessidades de folgas, até a determinação do material necessário para basear o orçamento. Desse processo os alunos apenas estavam "habilitados", na melhor das hipóteses, a tirar a medida do vão. Todo o resto ainda ocorre por conta do instrutor.

Os alunos também mostraram um desconhecimento quase total do método de elaboração do orçamento o qual determina a fórmula de cálculo da sua própria remuneração. A compreensão disso nos pareceu bastante nebulosa, ficando inclusive a forte impressão de que eles mal saberiam conferir num orçamento se a parcela relativa a sua remuneração estaria correta.

Obviamente, quando o nosso contato com esses rapazes tocava em aspectos mais amplos do funcionamento de uma oficina daquele tipo, mas uma vez ia se confirmando a restrição do processo ensino-aprendizagem ali desenvolvido. Preço de material e equipamentos, fornecedores, financiamento, comercialização, etc, ou seja, aspectos que, ao nível dos conhecimentos e habilidades, poderiam abrir-lhes novas perspectivas de trabalho ou mesmo de educação, praticamente não constavam do seu envolvimento prático na oficina e, pelo que pudemos apreender, não eram conteúdos de ensino ao nível teórico e informativo.

com toda a roupagem assistencial e educacional, o funcionamento que observamos se configura muito mais como o de uma pequena empresa.

Aos "alunos", membros do grupo, corresponde a figura do trabalhador empregado, o instrutor a figura do mestre e gerente de produção na intermediação entre o proprietário e clientes com os trabalhadores. Essa colocação tem por base tudo aquilo que observamos e, principalmente, a forma pela qual o instrutor e membros do grupo nos descreviam a representação que eles fazem de seus papéis. Um exemplo, entre uma série que poderia ser descrito, refere-se à distinção que os membros do grupo mais antigos fazem em relação aos elementos novos. Os primeiros se colocam como "profissionais" e é essa categorização que justifica inclusive a remuneração que recebem pelo trabalho. Para eles, os elementos novos são aprendizes, e apenas quando adquirem a condição de "profissional" devem ter o direito à remuneração. Enquanto essa condição não é reconhecida, o trabalho desses elementos novos é remunerado pelo membro veterano, conforme um acerto que eles fazem, tendo por base a ajuda que o primeiro dá ao segundo na confecção de uma peça sob sua responsabilidade.

Outro exemplo refere-se à avaliação que os membros do grupo fazem do instrutor, destacando, em comparação aos instrutores anteriores o fato de que esse não tem deixado faltar serviço. Ora, sem serviço encomendado não há trabalho e conseqüentemente remuneração e, para eles, é apenas esse o significado do grupo.

Por último, lembramos que os membros do grupo, mesmo sem compreenderem muito bem a forma de determinação da sua remuneração e o que ela representa no custo do produto e na administração do grupo, mesmo porque eles praticamente não têm nenhum acesso a esses aspectos, reivindicam, como se fossem de fato empregados de uma empresa, um aumento de salário.

Além de não se verificar nenhum processo de ampliação e aperfeiçoamento da aprendizagem,

ficando esse processo restrito às habilidades manuais do fazer, deixando-se assim de abordar os aspectos mais amplos da produção desse setor, menos ainda se observa a utilização dos conteúdos relativos à produção e ao trabalho como temáticas de ensino-aprendizagem que digam respeito a outros aspectos relevantes da vida social daqueles jovens. O Centro também não parece promover qualquer ação que favoreça ou que motive a volta desses jovens ao estudo, seja pela via regular ou pela via supletiva, que pudesse, mesmo a nível precário, fortalecer os aspectos educacionais da experiência de Grupo de Produção.

3. GRUPO DE CORTE E COSTURA

VISÃO GERAL

A formação desse grupo se deu da mesma forma que do grupo de serralheria. Ele funciona também nas instalações do Centro e conta com trinta e quatro máquinas de costura, máquina de corte, mesa para corte e material e ferramentas diversos.

O grupo se compõe de trinta e duas mulheres adultas, geralmente casadas e com filhos, que além dessa atividade cuidam dos afazeres domésticos. Funciona durante o dia todo. No entanto, os membros do grupo, em sua maioria, ficam apenas meio período, manhã ou tarde, alguns, entretanto, ficam o período inteiro.

O grupo conta também com duas instrutoras e com a gerente da oficina, que é também a gerente geral de todos os grupos de produção do Centro.

A introdução de novos elementos no grupo, no caso de evasão ou aumento do número de participantes, se dá pelo aproveitamento dos melhores alunos dos cursos de Iniciação Profissional oferecido pela CAC e/ou mediante um teste de seleção aplicado naqueles candidatos que se apresentarem sem terem necessariamente passado pelos cursos da CAC.

A produção do grupo é de peças de vestuário popular, cuja comercialização se dá através da lojinha mantida pela CAC, de Centros Sociais e de revendedores em geral que pegam o produto em consignação. Produz-se também para atender a encomendas particulares mas, principalmente, encomendas de artigos como uniformes, aventais, lençóis, etc, por parte de empresas públicas ou privadas.

O grupo é coordenado e orientado pela gerente e pelos instrutores em tudo aquilo que se refere à produção propriamente dita. A gerência, por seu lado, cuida também de tudo aquilo que se refere à administração do grupo nos aspectos contábeis, compra de material, pagamentos diversos e do pessoal, prestação de contas à CAC, etc.



ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

A sala do grupo de Corte e Costura conta com três dependências. uma pequena sala para a gerência, onde se centraliza a administração do grupo e de todos os outros. uma outra pequena sala serve como depósito de material do grupo. No salão mais amplo estão dispostas as máquinas de costura em quatro filas de forma a se trabalhar de costas para a sala de gerência. Na frente das máquinas ficam dispostos a mesa de corte e alguns armários, onde os instrutores se postam de forma a ficarem de frente para as pessoas nas máquinas.

Os artigos produzidos podem ser divididos em dois grupos: produção para estoque e produção por encomenda.

O primeiro grupo refere-se a peças de vestuário diversas, cujo tipo e quantidade são determinados exclusivamente pela administração. com base no andamento do fluxo de comercialização dos diversos artigos, a gerência do grupo, junto com os instrutores, planeja a quantidade e modelos para cada tipo de artigo. com essa determinação a gerência planeja e executa as compras de material e os instrutores executam o corte do tecido a partir do estabelecido anteriormente. Aos membros do grupo, propriamente, recai o trabalho de costura e acabamento das peças.

com relação à produção por encomenda o processo é semelhante, ficando toda a parte de relacionamento com o cliente, determinação do produto, orçamentos, compras e o próprio corte do tecido a encargo apenas da gerência e dos instrutores.

Os membros do grupo, por sua vez, recebem o tecido já cortado e dão o acabamento à confecção. O material recebido, o qual

corresponde a um determinado número e espécie de peças, é registrado pelos instrutores na Ficha Individual de Produção. Nessa ficha registra-se também o preço do material, o preço da mão-de-obra e o lucro esperado, obtendo-se assim o preço total de venda daquilo que for produzido. É possível, ainda, pelo somatório de todas as fichas individuais, um controle da produção em processo. À medida que o pessoal executa o trabalho, vai recebendo mais material e numa outra ficha - Ficha de Controle de Pagamento de Pessoal — vai se registrando o tipo, a quantidade e o valor do produto acabado, a quota individual relativa à mão-de-obra e o total a receber. Há, assim, também um controle do total de peças por tipos de produtos acabados.

Desse modo, o que se verifica é uma produção organizada e controlada individualmente. Conseqüentemente, a remuneração dos membros do grupo varia conforme a sua produção individual. Para o cálculo dessa remuneração importa a quantidade e o tipo da peça confeccionada. Para isso existe uma tabela, também determinada pela gerência do grupo e pela coordenação geral dos grupos de produção a nível da CAC, que especifica o preço a ser pago pela confecção de cada tipo de peça. uma bermuda tem um preço, um calção outro e assim por diante. Ao final do mês cada costureira recebe conforme o que produziu.

O "lucro" ou o fundo rotativo, semelhante ao grupo de serralheria, é um percentual aplicado sobre o custo do material e da mão-de-obra. Esse percentual varia entre 20% e 30%, dependendo do acabamento da peça, sendo isso também avaliado e determinado pela gerência do grupo. Não foi possível apreender no que o fundo rotativo tem sido utilizado. Foi colocado que ele está sendo empregado no estoque de material. Não sabemos, por exemplo, se ele cobre ainda os custos de produção de energia, reparos de máquinas, etc, ou se ele é também utilizado em outras atividades empreendidas pela CAC.

Tudo o que se refere à comercialização, desde a entrega de produtos até o recebimento do pagamento, passando pela contabilização, fica a encargo da gerência do grupo que, também, junto à coordenadora geral dos grupos, movimentava a conta bancária.

O TRABALHO NA OFICINA E O PROCESSO EDUCACIONAL

Novamente aqui, aos moldes do que ocorre no grupo de serralheria, tudo o que se faz se subordina diretamente aos aspectos produtivos.

Tôda a parte administrativa ocorre sem o menor envolvimento dos membros do grupo. Eles não são envolvidos nessa área e estão muito pouco informados sobre ela.

A aprendizagem fica totalmente restrita à costura, e somente em casos de necessidades de ajuda por parte dos instrutores é que a algumas delas é possibilitada a oportunidade de colaborar no corte das peças e assim desenvolver essa habilidade.

Na fase inicial, elas mesmas eram envolvidas na escolha do modelo e no corte. Como isso resultava em estrago de material e num gasto de tempo maior, optou-se pela compra de uma máquina de corte, que é manuseada apenas pelos instrutores, diminuindo-se as perdas de material e aumentando a produtividade do trabalho.

O sistema de empreitada individual parece não favorecer a interação entre os membros do grupo, ficando cada uma das participantes estritamente preocupada em "pegar serviço", em função exclusivamente da remuneração. A administração, por seu lado, nota problemas de "qualidade do produto, clima de competição, ocorrência de eventuais acidentes, desperdício de material e hostilidade no relacionamento com as instrutoras", mas não parece relacionar isso

com a estrutura e organização do funcionamento do grupo. Para solucioná-los surgem reuniões para falar-se de solidariedade e cooperação, cursos de segurança no trabalho, etc. Reuniões essas difíceis de serem realizadas, porque para o pessoal isso significa ter que vir num outro horário ou perder parte do tempo em que estaria produzindo.

Desse modo, a parte de ensino-aprendizagem ficou restrita apenas ao curso de iniciação nas habilidades do setor, sendo seu aperfeiçoamento também limitado apenas à prática em serviço e eventuais orientações por parte do instrutor. Mesmo em serviço, a ampliação da aprendizagem em termos de um processo mais completo do corte e costura é limitada pela própria forma de organização do grupo de produção. Mais longe ainda fica-se da aprendizagem de aspectos mais amplos relativos ao processo de produção como um todo.

4. COMENTÁRIOS

Vamos primeiro tentar esboçar aqui o que nos parece ser a estratégia desse tipo de trabalho:

1. Parte-se da constatação óbvia da pobreza e da falta de emprego.
2. Acredita-se que o setor informal da economia possa ser uma saída para o problema.
3. Criam-se cursos de iniciação profissional que possam atender necessidades da vida diária, pelo caráter utilitário das habilidades ensinadas — costurar para si e para a sua família, por exemplo — e que tenham a possibilidade de geração de renda pelo

trabalho autônomo, pela eventual absorção no mercado de trabalho formal ou informal e pela constituição de grupos de produção.

4. Os grupos de produção podem ser entendidos de duas formas. Na primeira, o grupo seria um tipo especial de escola. As pessoas ficariam por tempo limitado no grupo, aprendendo e desenvolvendo as habilidades e conhecimentos relativos a uma ocupação ou ofício e até mesmo se desenvolvendo em outros aspectos que não os estritamente profissionais. O grupo seria assim apenas uma forma de se propiciarem condições práticas de aprendizagem, e os aspectos produtivos se limitariam apenas a custear essa forma de ensino e, na melhor das hipóteses, a propiciar alguma remuneração para o trabalho dos aprendizes.

A outra forma seria a formação de grupos de produção com egressos de cursos profissionais ou até mesmo com pessoas já habilitadas, mas com a idéia de fazer emergir algum tipo de organização fundamentalmente econômica.

Os três primeiros pontos dessa estratégia podem em si gerar uma série de questionamentos, principalmente no que se refere às potencialidades do setor informal enquanto saída ou mesmo amenizador do problema do emprego. Tentaremos aqui simplesmente sistematizar alguns questionamentos que favoreçam alguma apreensão do significado da formação de grupos de produção desenvolvidos pela CAC, tendo em vista a idéia do grupo de produção enquanto tipo especial de escola e enquanto meio de formação de organizações preponderantemente econômicas.

Sob o ponto de vista restrito às habilidades e conhecimentos necessários "ao fazer" da serralheria e do corte e costura, o que se verifica é o desenvolvimento apenas das habilidades mais simples, não se oportunizando o aumento do

âmbito dessas habilidades. Nos dois casos, verifica-se o instrutor se encarregando dessas tarefas ou apenas oportunizando aqueles que já sabem a incumbência delas.

A tendência verificada nesses grupos de produção é de uma estruturação e organização voltada exclusivamente para a produção. Além de não contar com a participação dos alunos nas decisões, que poderiam se constituir em temática relevantes de uma educação comunitária, as informações transmitidas aos alunos parecem se resumir exclusivamente às necessárias à implantação de normas e procedimentos de trabalho, assumindo assim muito pouco valor educativo. Os alunos permanecem totalmente à margem da apreensão dos aspectos mais amplos do processo produtivo, restando a eles apenas a execução das operações e tarefas mais simples, longe até do desenvolvimento das habilidades mais complexas da área ocupacional em questão. Mais longe ainda fica-se do desenvolvimento de um processo de socialização favorecedor de uma compreensão crítica de sua condição humana e de uma participação reflexiva em todas as esferas da vida social.

É óbvio que ficaria a pergunta de como conciliar um mínimo de produção com um máximo de aprendizagem e desenvolvimento das pessoas. Enquanto um tipo especial de escola é justamente esse o desafio. Nesse sentido, o caminho trilhado pela CAC e o atual funcionamento dos grupos nos parece totalmente insatisfatório, merecendo sérias e profundas revisões.

Se os grupos de produção são idealizados como uma fórmula preponderantemente voltada à formação de "micro-empresas" associativas, nessa perspectiva, o que se verifica em relação aos grupos estudados é a total ausência de mesmo uma iniciação à prática de gestão por parte da clientela. A gestão dos grupos parece tender a se solidificar nas mãos de pessoas

especialmente contratadas ou alocadas para elas. Apesar desse mesmo pessoal apresentar preocupações quanto ao futuro dos grupos no que se refere a sua autonomia, sua viabilidade econômica, sua configuração jurídica, etc, as práticas de fato levadas a efeito indicam um outro caminho.

Essa solidificação, por outro lado, parece configurar não apenas uma ação do Estado ao nível de medidas de apoio para criação e manutenção de micro e pequenas empresas — por exemplo, capacitação, crédito barato, proteção pelo lado do mercado, etc. — remetendo-nos à questão de se isso não estaria significando uma espécie de estatização dessas empresas, verificada, principalmente, pela propriedade dos seus meios de produção e instalações físicas e pela sua gestão. Afora essa estatização, o funcionamento desses grupos guarda outras semelhanças com inúmeras micro e pequenas empresas privadas, tais como: baixa capitalização; a não organização formal da empresa; mercado conseguido e garantido via relações pessoais; prevailecimento de práticas de subremuneração de fatores de produção; relações de trabalho não são formalizadas legalmente, desde a remuneração até coisas como horários e jornada de trabalho; etc.

Alguns outros pontos que merecem ser destacados com relação aos grupos de produção desenvolvidos pela CAC referem-se a alguns riscos em que eles podem incorrer, apesar de, bem ou mal, estarem garantindo algum nível de renda a essas pessoas.

A formação de grupos de produção em setores como corte e costura, bordado, crochê, artesanato em geral, que é a ênfase da CAC, não pode estar significando simplesmente um aumento no número de produtores para um mesmo mercado? como conseqüência, não se estaria apenas redistribuindo renda pelo

rebaixamento de um rendimento médio dos produtores em geral já extremamente escasso? como os produtos desses grupos se dirigem em parte ao mercado local, não se estaria apenas reduzindo a oportunidade de mercado de outros produtores?

Sabe-se que muitos dos produtores individuais, tais como costureiras, bordadeiras, rendeiras, etc, são autônomos apenas formalmente, na medida em que de fato estão subordinados a empresas constituídas que os utilizam como mão-de-obra barata. A constituição desses grupos não poderia apenas estar facilitando essa subordinação, com muito mais vantagens para as empresas do que para os produtores? O proprietário da boutique que comercializa os artigos de bordados, por exemplo, ao invés de percorrer uma série de produtores para comprar a mercadoria, encontra, nesses grupos, locais concentrados para fazer suas encomendas, reduzindo seus custos operacionais e às vezes até remunerando menos ainda a mão-de-obra com a justificativa de estar colaborando com o "desenvolvimento profissional dessas pessoas".

Por último, cabe indagar se os benefícios sociais gerados por essa oportunidade de trabalho pouco qualificadora em termos profissionais, mas geradora de alguma renda para essas pessoas, compensa os custos sociais implicados na armação dos espaços físicos e meios de produção e, principalmente, na manutenção de um número razoável de funcionários públicos envolvidos na supervisão, controle e gestão desses grupos de produção.

A EXPERIÊNCIA DE ESCOLAS DE PRODUÇÃO NÃO-FORMAIS - SALVADOR/BAHIA

- 1. O Centro de Ensino Supletivo de Narandiba - CESUN -
e a Concepção da Escola de Produção Não-Formal**
- 2. Coordenação do Núcleo de Produção: atribuições das
equipes de trabalho**
- 3. Procedimentos**
- 4. Algumas Características dos Núcleos de Produção**
- 5. uma Visita Realizada ao Núcleo de Produção de
Calabetão**
- 6. Comentários**

1. O CENTRO DE ENSINO SUPLETIVO DE NARANDIBA - CESUN - E A CONCEPÇÃO DE ESCOLA DE PRODUÇÃO NÃO-FORMAL

A coordenação das ações da proposta de Escola de Produção Não-Formal, denominada, em Salvador, de Núcleo de Produção, desde o seu início, no ano de 1980, está sob a responsabilidade do CESUN, instituição que pertence à estrutura organizacional da Secretaria da Educação e Cultura. A concepção de tal Escola, que é originária da proposta contida no Programa de Ações Sócio-Educativas e Culturais para as Populações Carentes do Meio Urbano — PRODASEC, assumiu, na prática, concepções e formas características da maneira pela qual o CESUN processou a elaboração e a execução do projeto frente à realidade (ou representação desta) com que se deparou.

O projeto, voltado diretamente às "populações carentes", propõe estimular através, de Núcleos de Produção, um processo produtivo de cunho associativista, com vistas à autogestão. Baseados nas alternativas de produção características de localidade em que se encontram, estes Núcleos procuram garantir a uma clientela reunida em torno de determinado

segmento de produção os meios de se capacitar para produzir e comercializar, criando condições, assim, de interferência no processo de desenvolvimento do grupo e das comunidades vizinhas que circundam o núcleo.

No interior de tal concepção estaria presente a ação educacional que, através da capacitação, cujo eixo básico é a concepção de um processo produtivo autônomo, fosse capaz de "resgatar para a população o sentimento de segurança na sua capacidade de agir e transformar". Junto ao processo de capacitação (processo de aprendizado e a geração de uma situação efetiva de produção), estaria presente a realização de assessoria por parte do CESUN, que abrangeria, a partir das dificuldades e limitações encontradas na implantação dos núcleos de produção, aspectos técnicos gerenciais e também aspectos relacionados à compreensão da própria realidade vivida pelos participantes dos núcleos.

A implantação dos Núcleos de Produção na periferia da cidade de Salvador vem correndo desde de 1980, de forma gradativa (uns começando, outros ainda a nível de capacitação). E de nosso conhecimento a existência dos seguintes núcleos de produção, distribuídos por bairros e por determinados segmentos de produção:

Núcleo	Local	Segmento de Produção
Barreiras	Cabula — Salvador	Confecção (corte e costura)
Arraial	Cabula — Salvador	Confecção (corte e costura)
São Gonçalo	Cabula — Salvador	Confecção (corte e costura)
CESUN	Narandiba — Salvador	Marcenaria (corte e costura)
Amaralina	NE-Amaralina — Salvador	Confecção (corte e costura)
Galabetão	Cabula - Salvador	Confecção (corte e costura)
13 de Maio	Caminho de Areia — Salvador	Confecção (corte e costura)
Mata Escura	Mata Escura — Salvador	Doces e Salgados
Campo Limpo	Feira de Santana	Confecção (corte e costura)
Senador Quintino	Feira de Santana	Confecção (corte e costura)

A consecução dos objetivos da proposta da Escola de Produção, no que se refere a sua meta final, a da auto-sustentação/associativismo, não foi alcançada em qualquer dos núcleos. Pensa-se ainda, entretanto, na criação de mais 20 núcleos. Cada núcleo tem um número de participantes limitado, 10 participantes no mínimo e 25 no máximo.

Para a compreensão da não efetivação dos objetivos propostos na concepção do Núcleo de Produção, procuraremos confrontar a dimensão do que é declarado como objetivo (intenção de realização), com os procedimentos práticos adotados e dados sobre resultados alcançados. Para tanto, o texto que se segue tratará das atribuições administrativas e técnicas do CESUN, dos procedimentos metodológicos de implantação, das características de alguns núcleos, bem como de depoimentos de membros de um núcleo visitado.

2. COORDENAÇÃO DO NÚCLEO DE PRODUÇÃO: ATRIBUIÇÕES DAS EQUIPES DE TRABALHO

O CESUN mantém uma equipe técnica formada por 3 assistentes sociais (uma presta apenas assessoria), 4 pedagogos (pessoal do próprio CESUN), 1 contador, 4 funcionários para serviço de apoio e 1 motorista, além da assessoria de 1 economista que pertence ao PRODASEC. Recrutando-os na própria comunidade, o CESUN mantém, através de contrato, um instrutor-coordenador para cada Núcleo de Produção.

A coordenação do Núcleo está sob a responsabilidade da equipe das assistentes sociais, através de um trabalho constante de

campo, voltado basicamente para:

- Organização das comissões representativas de cada núcleo, com respectivas atribuições
- Organização do colegiado, com representantes por núcleo, e do cronograma de reuniões, com o objetivo de, junto com os técnicos sociais, *assumirem as diretrizes* em relação à Escola de Produção e a cada núcleo em particular
- Planejar e promover, juntamente com a Equipe de Capacitação, cursos e palestras que servirão de apoio para a promoção dos grupos.

No que tange às atribuições de supervisão, acompanhamento e orientação das diversas atividades realizadas nos Núcleos, a participação do instrutor (capacitado pela equipe do CESUN) é fundamental, supervisionando cotidianamente o andamento do Núcleo. Tal instrutor, indicado pelos membros do grupo, como já foi mencionado, controla e fiscaliza as atividades do grupo em termos da organização da produção.

Por nos parecer importante para o entendimento da organização que apoia todo o processo que envolve os Núcleos de Produção, apresentamos a seguir, de maneira detalhada, as atribuições que envolvem as equipes técnicas, bem como a do instrutor contratado pelo CESUN.

Equipe de Trabalho Social Atribuições

- 01.** Coordenação do Núcleo de Produção
- 02.** Apoio à Capacitação da clientela, atuando conjuntamente com a Equipe Técnica de Capacitação
- 03.** Trabalhar com a clientela para que possa assumir a coordenação da sua força de trabalho e a criatividade à nível individual
- 04.** Trabalhar a clientela na área sócio-afetiva

quanto a:

- relacionamento dos membros
- quem se relaciona mais com quem
- áreas de atritos
- nível de participação
- coesão grupai
- quem lidera mais
- como essa liderança se apresenta.

05. Trabalhar a integração e a capacitação dos membros dos Núcleos de Produção, juntamente com a Equipe de Capacitação.
06. Promover a capacitação dos Núcleos de Produção, juntamente com as Equipes de Capacitação e Comercialização, em todo e qualquer evento (local) que permita a comercialização e divulgação da produção desses Núcleos.
07. Planejar cursos e seminários e proferir palestras que servirão de apoio à capacitação e promoção dos grupos.
08. Trabalhar com todas as lideranças emergentes nos Núcleos de Produção.
09. Organizar com as lideranças as equipes de apoio dos Núcleos de Produção que assumirão a Coordenação desses Núcleos.
10. Mobilizar as comunidades a serem trabalhadas pelo Projeto.
11. Recrutar a clientela a ser trabalhada, com o apoio das lideranças institucionais e locais.
12. Assessoramento técnico aos organismos comunitários que venham a ser estruturados nos Núcleos de Produção.
13. Capacitação da clientela envolvida nos

Núcleos de Produção para adotarem uma forma de organização social que atenda a sua realidade.

14. Trabalhar com o colegiado de Núcleos de Produção para organização da Associação.

Supervisão Atribuições

- 01 —No Planejamento
 - colaborar na elaboração de projetos
 - colaborar na elaboração de planos de cursos
 - colaborar na elaboração de documentos outros, necessários à execução do Programa.
 - entrevistar candidatas a instrutoras dos cursos
 - orientar as instrutoras de cursos na execução dos planos de cursos e elaboração de roteiros diários
 - providenciar assinatura de contratos das instrutoras
- 02 —No Acompanhamento
 - Supervisionar a execução de projetos de capacitação, no que se refere a:
 - • organização dos horários
 - • controle de frequências de professores e alunos
 - • folha de pagamento de professores
 - • material didático
 - promover reuniões com os instrutores e clientes
 - colaborar com os diversos grupos em outras atividades do Programa
- 03 —Na Avaliação
 - participar da sistemática de avaliação com a clientela e instrutoras
- 04 —Colaborar com a coordenação nas mais diversas atividades

Supervisão de Áreas **Atribuições**

- 01 — Atendimento às professoras de Corte e Costura na programação das atividades diárias
- 02 - Levantar encomendas aos Núcleos, quando necessário
- 03 — Orientação técnica na produção
- 04 — Orientação para traçados de novos modelos
- 05 — Seleção e distribuição de material para os núcleos
- 06 - Reforçar aprendizagem quando necessário
- 07 — Participar da fiscalização da avaliação final das atividades de capacitação na área de Corte e Costura
- 08 — Confeção e controle dos mapas gerais de produção dos núcleos
- 09 - Orientação dos professores de Corte e Costura quanto a manutenção e utilização da máquina.
- 10 — Fiscalização da conservação e manutenção das máquinas nos núcleos
- 11 — Fazer a tomada de preços de material na área de Corte e Costura

Setor de Comercialização **Atribuições**

- 01 — Controlar a entrada e saída de mercadoria (a vista e a prazo) da lojinha
- 02 — Controle de Demonstrativo Diário de Receita (DDR) dos Núcleos
- 03 - Recebimento e Controle das encomendas para os Núcleos de Produção
- 04 — Elaboração do balanço mensal da lojinha
- 05 — Controle diário do caixa da lojinha
- 06 - Manter contatos com entidades visando a

promoção de Feiras Artesanais

- 07 — Promover eventos comerciais.
- 08 — Controle de estoque das peças destinadas à comercialização
- 09 — Controle de cheques recebidos (anotar: banco, número, etc.)
- 10 — Sugerir à Supervisão a confecção de peças de acordo com as tendências da moda, e também com o maior número de peças vendidas.
- 11 — Controle do horário de funcionamento da lojinha
- 12 — Estar atualizada quanto às tendências da moda

Atribuições

Instrutora do Núcleo de Produção

- Planejar a produção do Núcleo, juntamente com a Supervisão técnica e a Comissão do Núcleo.
- Orientar e fiscalizar a produção individual feita no Núcleo.
- Responsabilizar-se pela distribuição das tarefas, com o grupo.
- Controlar o acabamento e a qualidade técnica das peças confeccionadas.
- Responsabilizar-se pela compra do material necessário à produção com outros membros do grupo.
- Fazer o cálculo do preço de cada peça produzida, junto com a Supervisão técnica e a Comissão dos Núcleos.
- Controlar a quantidade de encomendas feitas no Núcleo.
- Garantir o prazo de entrega das encomendas, com o grupo.
- Controlar a conta bancária, juntamente com a comissão e o técnico responsável pela conta.

- Controlar, juntamente com a Comissão, todo o material e equipamento existente no Núcleo.
- Responsabilizar-se pela manutenção dos equipamentos existentes.
- Fiscalizar diariamente o preenchimento das fichas de produção do grupo e mensalmente as fichas de produção venda e estoque.
- Participar das reuniões de colegiado, de supervisão e outras quando necessário.
- Controlar a frequência e pontualidade do grupo.
- Controlar a escala de limpeza do Núcleo, com a Comissão.
- Responsabilizar-se pelas chaves da instalação do Núcleo.
- Controlar o horário de funcionamento do grupo.

Ao examinarmos as atribuições de competência dos elementos que tomam parte no processo que envolve toda a rede de núcleos de produção, podemos indagar o quanto esta estruturação administrativa compromete a consecução da meta final, ou seja, o associativismo, a autogestão e o envolvimento comunitário. Não estaria havendo de saída, uma concentração excessiva de atribuições de modo a não permitir a participação dos membros do próprio núcleo?

O próprio instrutor, originário dos membros dos núcleos, não estaria se tornando um apêndice da organização administrativa? Esta, através das suas atribuições de competência, não estaria contribuindo muito mais para uma concentração das responsabilidades da gestão do núcleo na administração do CESUN?

Tais indagações parecem fazer sentido, frente à ideia dos Núcleos de Produção adquirirem autonomia perante a instituição que os criou.

3. PROCEDIMENTOS

Sem tratar ainda de localizar os núcleos em particular, apresentamos as fases (implantação, capacitação, manutenção) que, segundo o CESUN, todos os núcleos passaram ou terão que passar na sua existência.

Procedimentos (passos) Metodológicos:

- a. Identificação dos locais onde seriam implantados os diversos núcleos de produção.
 - Definido a partir de diagnósticos, a nível de bairros de população de baixa-renda.
 - Identificação de associações comunitárias.
- b. Explicação da proposta às lideranças efetivas da comunidade.
 - Exposição do projeto às principais representações comunitárias, a partir de suas vinculações com os trabalhos desenvolvidos nas sedes escolhidas, em cada local de implantação.
- c. Levantamento dos segmentos de produção de maior vocação local.

A proposta aponta os seguintes parâmetros:

 - Simplicidade de operação, não demandando informações sofisticadas ou treinamento prolongados;
 - Utilização intensiva de mão-de-obra;
 - Reduzido investimento de capital, não implicando na aquisição de equipamentos onerosos;
 - Prudência ecológica.

Tal seria o caso dos segmentos implantados: confecção (corte e costura), alimentos (doces e salgados) e marcenaria.
- d. Identificação do nível de viabilização de

instalações para a produção.

- Isto se refere basicamente à aquisição de equipamentos e melhoria das instalações.
- e. Recrutamento e cadastramento da clientela de determinada localidade.
- Levantamento, entre a população de menor renda nas áreas escolhidas, a partir de alguns critérios:
 - a partir de 14 anos
 - escolaridade livre
 - experiência anterior nenhuma.
 - Tudo isto, levando em conta que o número de participantes é limitado, no mínimo 10, no máximo 25.
- f. Elaboração dos subprojetos:
- Programas de Palestras
 - Cursos de Capacitação
 - Implantação e funcionamento dos Núcleos

Os cursos de capacitação e as palestras estão centrados dentro de um currículo mínimo voltados aos seguintes temas:

- Técnica do segmento de produção selecionado
- Criatividade, Lazer, Estética e Composição
- Prevenção de Acidentes
- Primeiros Socorros
- Legislação Trabalhista e Previdenciária
- Organização Social do Trabalho
- Relações Sociais

g. Recrutamento, seleção e treinamento dos instrutores.

- O instrutor é indicado pelos membros do próprio núcleo, recebendo treinamento por parte do CESUN. O instrutor é contratado por prestação de serviços, via SEC-PRODASEC-CESUN-Projeto Escola de

Produção Não-Formal.

h. Implantação e Implementação dos Núcleos.

i. Comercialização da Produção. Atividades relativas à produção e à comercialização.

- Foram programados e elaborados instrumentos para organização e controle da produção, da venda e do estoque, nos Núcleos e no CESUN. Estabeleceu-se um fluxo que permite o conhecimento às equipes dos núcleos e à equipe de coordenação do projeto, do valor da produção, da receita e do valor do estoque. Um contador vem sendo mantido para a realização da escrita e da conta comum do núcleo, aberta no Banco do Brasil. A conta comum constitui o Fundo Comum do Núcleo, formado a partir das vendas dos produtos, que serve para a compra de matéria-prima e cobertura de previdência em casos de emergências. Tal conta está sob a responsabilidade de três pessoas, duas pertencentes ao núcleo e uma ao CESUN.

Atende-se a uma demanda pelos produtos obtidos a partir de contatos mantidos, oficialmente e "boca a boca". Esta demanda está muito mais na dependência de uma atividade "corpo a corpo" de todos os técnicos envolvidos no projeto e da própria gerência do PRODASEC.

Dos contatos mantidos com instituições públicas e privadas, visando a venda de produtos, alguns vêm sendo frutíferos e outras não. Neste momento (dezembro de 1982), o que funciona efetivamente é a loja mantida e localizada no CESUN.

No ano de 1981 (segundo o relatório de atividades), a Equipe Técnica tecia algumas considerações em relação às atividades de produção-comercialização. "Considerou-se essencial (por parte do CESUN) que as referidas

atividades (produção-comercialização) fossem assumidas pela clientela, mas tem-se testemunhado uma série de barreiras que lhes impossibilitem agir:

- falta de capacitação
- falta de recursos até para deslocarem-se
- não assimilação dos objetivos do projeto
- incapacidade e impossibilidade de competir com a sociedade de consumo
- limitação de anseios, diante da visão restrita do mundo que os cerca".

Voltando às nossas indagações sobre a não-consecução dos objetivos propostos, no que se refere a autogestão, associativismo e o envolvimento do grupo com as comunidades vizinhas que circundam o núcleo, levantamos aqui algumas perguntas que circundam o núcleo, levantamos aqui algumas perguntas que levam em conta as barreiras apontadas pela Equipe Técnica, em relação às atividades de produção-comercialização, no que se refere:

- incapacidade e impossibilidade de competir com a sociedade de consumo.
- limitação de anseios, diante da visão restrita do mundo que os cerca.
- falta de recursos até para deslocarem-se.

Frente a estas dimensões caberia refletir sobre até que ponto uma estrutura produtiva capitalista que é a que se encontra em nossa sociedade, pode ser determinante para que não se realize o processo de autogestão em núcleos de produção, tal como foi pensado. O quanto tal situação não condiciona a clientela a manter-se sempre dependente de uma estrutura administrativa tal qual a que o CESUN implantou (ver item II)? Apesar das observações apontadas sobre as limitações encontradas serem datadas de 1981, o quanto esta dependência da clientela estaria mais cristalizada no momento

atual? O que nos passos metodológicos de implantação (principalmente na sua fase inicial), foi refletido sobre tais condições?

Tais indagações nos remetem às outras barreiras apontadas:

- falta de capacitação
- não assimilação dos objetivos do projeto

A não assimilação dos objetivos do projeto não estaria relacionada à própria falta de capacitação? A capacitação realizada não estaria privilegiando muito mais as habilidades necessárias para a produção? Não estaria relegando o objetivo de associativismo e de envolvimento comunitário a um segundo plano?

Todas estas indagações parecem-nos importantes para uma reflexão sobre a ação educacional proposta, bem como sobre os procedimentos e passos metodológicos adotados. A elaboração de toda estrutura de funcionamento, atribuições, estatutos e sua operacionalização não deveriam suceder um trabalho educacional que envolvesse os moradores dos bairros locais em torno de suas necessidades e possibilidades?

4. ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DOS NÚCLEOS DE PRODUÇÃO

Descrevem-se, a seguir, algumas características dos Núcleos, com base em estudo realizado pela equipe técnica do CESUN no ano de 1981 (Caracterização dos Núcleos de Confecção).

Todos os Núcleos de Produção estão localizados em bairros periféricos da Cidade de Salvador, bairros que apresentam uma população carente,

com um grande número de pessoas desengajadas da força de trabalho, sobretudo no que se refere à população feminina. Os serviços básicos que devem ser prestados pelo Estado à população desses bairros, tais como: transporte, saneamento, escolas etc, são deficitários, necessitando de maior atenção por parte dos órgãos competentes.

A maioria dos Núcleos está instalada em espaços físicos de boas condições, cedidos pelas Paróquias locais, ou em locais cedidos por associação de bairros. O recrutamento e a seleção da clientela seguiram os critérios sugeridos pelo Projeto Escola de Produção, tais como: pessoas carentes, desempregadas, residentes no bairro local, não podendo ultrapassar 25 clientes por Núcleo.

A clientela é composta por mulheres, encontrando-se numa faixa etária bastante diversificada, de 18 a 36 anos. Há maior participação de mulheres casadas do que solteiras. Quase que a totalidade não possui Carteira Profissional como documentação, embora tenha, em sua maioria, Carteira de Identidade. O grau de escolarização concentra-se no 1º grau incompleto, encontrando-se um número significativo de analfabetos. A maioria tem sua despesa doméstica realizada pelo companheiro. Em termos de suas atividades de lazer, elas se voltam majoritariamente ao rádio, televisão e praia.

Quase que a totalidade dos Núcleos teve a sua clientela induzida a optar pela confecção de colchas e almofadas em retalhos. A produtividade dos Núcleos foi apontada como relativamente satisfatória, levando em conta a falta de matéria-prima e problemas com recursos financeiros.

Quanto à capacitação (conforme currículo-mínimo já apontado anteriormente), segundo o CESUN, obteve-se maior ou menor êxito, face

às características das clientelas encontradas nos núcleos. O estudo realizado pela equipe técnica do CESUN (1981) apontava:

- A capacitação vem acontecendo de forma mais sistemática nas atividades de Criatividade, Estética, Composição e Lazer, na forma de laboratórios e com resultados bem satisfatórios.
- Das matérias complementares, apenas Relações Sociais foi dada em um núcleo — Amaralina.
- A matéria básica, Técnica de Corte e Costura, tinha objetivos claramente explicitados, carga horária de 150 horas, instrutores da comunidade devidamente capacitados, e avaliação do processo ensino-aprendizagem prevista e recomendada.

Paulatinamente, todos estes aspectos foram diluídos ao longo do processo. A proposta definitiva reflete exatamente a realidade atual, a qual, segundo nosso entendimento e salvo melhor juízo é a seguinte:

- a. Inexistência de compromisso devidamente explicitado no projeto com a capacitação específica, sendo as citações apenas a nível genérico;
- b. Inexistência de critérios para o recrutamento e seleção dos instrutores devidamente capacitados para esta disciplina;
- c. Inexistência, na equipe técnica, de uma atitude interior de respeito e valorização do profissional de Corte e Costura e um evidente menosprezo à importância e papel da disciplina no processo de capacitação.
- d. Inexistência de definição de compromisso entre o projeto e o pagamento da mão-de-obra deste instrutor, até hoje em aberto. (Este

aspecto nos parece relevante, pois o projeto não se compromete com o instrutor, o qual, conseqüentemente, não se compromete com o ensino ao aluno, o qual, por sua vez não se compromete com a qualidade de sua produção. Todo o processo se dá de forma excessivamente assistemática).

- e. Utilização de decisão na área técnico-pedagógica para solução de problemas jurídico-administrativos.

Ex: No caso do pagamento dos instrutores o projeto previa o pagamento da hora/aula (embora com o custo em aberto) o que aliás é a rotina em qualquer projeto de treinamento. Carga horária X, custando Y cruzeiros o preço unitário, Z cruzeiros o total, durante N tempo. Estágio com X horas, com Y horas de supervisão. Produtos finais quantitativamente e qualitativamente definidos. Nenhum problema de ordem jurídica. Simples.

Apontavam-se, ainda, as seguintes ocorrências:

1. Existência de superprodução, a partir da implantação demasiada de núcleos de um único segmento.
2. Existência de produtos de qualidade técnica discutível.

Não sabemos se houve superação das dificuldades apontadas no ano de 1981, já que desconhecemos o que vem ocorrendo hoje (dezembro 1982) em todos os núcleos. Porém, é interessante confrontá-las com que vem ocorrendo hoje no núcleo de Calabetão, por nós visitado (isto será tratado mais adiante).

Ainda no interior do estudo mencionado, encontramos as seguintes observações:

- a. Sobre o Núcleo de São Gonçalo
... "Onde a maioria da clientela já detinha a

habilidade de costura à máquina; como a capacitação foi específica para colchas artesanais, chegou-se a uma excelente produtividade e qualidade".

- b. Sobre o Núcleo de Barreiras.
"A nível das disciplinas comuns, o referido núcleo teve apenas aulas de composição e estética, criatividade e lazer.

As outras disciplinas previstas no Projeto deverão ser dadas de maneira informal, através de palestras, filmes e discussão, etc, e diluídas ao longo do processo, respondendo assim, a uma reivindicação da clientela que rejeitou de certa forma as aulas ministradas, alegando que estas atrapalhavam a sua produção".

Frente a essas observações, porém não se limitando a elas, caberia levantar algumas perguntas em relação à ação educacional. Em que momento do processo educativo está presente a questão da autogestão e do associativismo? Não se estaria dando ênfase estrita à produção, deixando de lado uma ação educacional voltada para os aspectos relacionados com as questões sociais que envolvem o trabalho? Ou ainda, não se estaria deixando de tratar os aspectos que envolvem a comunidade?

Em relação à produção e a comercialização, os núcleos se defrontam com uma série de entraves para a venda de seus produtos. Atualmente (1982) toda a produção é posta à venda numa "lojinha" localizada no próprio CESUN. Existe ainda a proposta de se criar uma casa de artesanato num recinto instalado no prédio do PRODASEC em Salvador. Um exemplo dos obstáculos encontrados na comercialização pode ser percebido nos resultados dos contatos mantidos com o Instituto Mauá, casa de artesanato de Salvador (Relatório de Atividades de 1981):

"Numa análise mais detalhada, obstáculos

surgiram por uma mudança da administração do Instituto Mauá.

Os entendimentos mantidos em 1980, para produção a nível de exportação de colchas artesanais, para Portugal e Los Angeles, não foram endossadas pela nova direção do órgão e a clientela capacitada para produzir 'colchas artesanais' já num ritmo animador, e qualidade boa, viu-se momentaneamente obrigada a mudar de atividade. Tal fato atuou como obstáculo à produção/comercialização, gerou insatisfações, motivou evasão de clientes e exigiu da Equipe Técnica reprogramar a capacitação em função de cada produto a ser confeccionado".

Outro fato constatado é uma crescente evasão dos membros que compõem os núcleos: das 24 pessoas que iniciaram o Núcleo de Campo Limpo restaram apenas 13, das 21 que iniciaram o Núcleo de Senador Quintino 12 pessoas, o que se repete em outros Núcleos.

Esta questão da evasão, que não foi aprofundada no estudo em que estamos nos baseando, nos leva a perguntar o quanto ela tem a ver com a não consecução das metas propostas, em específico, no que se refere à obtenção de renda para os membros do grupo. Não poderia estar ocorrendo uma remuneração tão baixa que tornaria desinteressante a permanência das pessoas no grupo?

5. uma VISITA REALIZADA AO NÚCLEO DE PRODUÇÃO DE CALABETÃO (DEZEMBRO DE 1982)

O núcleo de Produção de Calabetão constitui um dos núcleos implantados pelo Centro de Ensino Supletivo de Narandiba - CESUN. Na periferia

da Cidade de Salvador, Calabetão é um local característico de concentração de população das camadas pobres do centro urbano. Muito distante da cidade e de difícil acesso, tem sua rua principal de chão batido, condições sanitárias deficientes com esgotos a céu aberto, casas construídas em taipa, grande quantidade de crianças brincando pela rua, homens adultos jogando futebol ou então dominó em mesas em frente à associação de bairro local.

Definiu-se Calabetão como uma das áreas geográficas de implantação do núcleo evidentemente pela sua miséria, em que pesem outros fatores. Através de contatos na localidade, chegou-se à Igreja local, que ofereceu suas instalações, propiciando a implantação do núcleo. Tal como a maioria dos demais núcleos de produção, o de Calabetão está instalado num salão junto à igreja católica local. A associação de bairro local não mantém nenhuma relação com a proposta do núcleo.

Na igreja, já se realizavam encontros e palestras promovidos pela própria igreja e outros órgãos. Foi através da missa que foi comunicada à população a proposta de um curso de corte e costura, que propiciaria a obtenção de um pagamento pelo que fosse feito.

O núcleo teve o seu início no final do ano de 1980, contando com a participação de 26 mulheres. As atividades produtivas deste núcleo estão voltadas para a confecção artesanal; porta-lenços, porta-absorventes, panos de prato, coberturas de almofadas e especialmente colchas de retalhos. Tal produção é efetuada atualmente (dez. de 1982) por 8 mulheres residentes há muito tempo no bairro, com idade variando de 15 a 35 anos. A maioria delas é casada, e vive com a família em condição de pobreza, tendo no marido (ou companheiro) o centro da vida econômica da família. O dinheiro obtido no seu trabalho parece (segundo elas mesmas) ser pouco significativo como contribuição.

O fato de receberem pouco é o que explicaria, na visão delas, o fato de o grupo ter se iniciado com 26 pessoas e hoje se encontrar com 8. Alegam ainda que permanecem no núcleo pelo ambiente, que constitui um "ponto de encontro". O salão da igreja já era freqüentado anteriormente todas as sextas-feiras para encontros religiosos. Além disso, o fato de terem que freqüentar o núcleo só no período da tarde, durante 4 horas, as libera para as atividades de donas-de-casa, parte de sua rotina diária de vida.

Verificou-se a importância dada ao curso de corte e costura pelas pessoas que compõem o núcleo. Elas não tinham anteriormente conhecimento de corte e costura e não costumavam antes. Por outro lado, elas acreditam que se o objetivo fosse somente capacitar (cursos de corte e costura) a procura seria maior. Também percebeu-se que as máquinas de costura disponíveis no núcleo ajudam para costurar coisas próprias, bem como para realizar alguns "servicinhos" para pessoas da vizinhança (elas não possuem máquinas).

Em relação ao aprendizado, algumas que não sabem ler, escrever e calcular colocam que gostariam de estudar se houvesse MOBREAL no bairro. É recente no bairro o aparecimento da Igreja (2 anos), do posto médico e da escola para as crianças. Com relação ao CESUN, mencionam que os cursos foram rápidos: na visão delas o único curso realmente dado foi o de corte e costura; quanto aos relacionados com questões trabalhistas, mencionam apenas 2 dias de palestras.

* * *

Os produtos principais do segmento são escoados através de pedidos e encomendas que o CESUN garante e vende na lojinha situada em seu próprio prédio. Em dois anos de funcionamento, o núcleo mantém estreita dependência para a venda de seus produtos; na própria localidade

nunca conseguiram vendê-los, pelo fato dos preços dos produtos serem altos para o poder aquisitivo do bairro. No bairro não se encontram atividades voltadas para confecção. Uma das moradoras que já pertenceu ao núcleo e que continua indo ao local para conversar com as amigas, dedica-se atualmente à venda de merenda (picolés), e afirma que "costura no bairro não dá".

Quanto à comercialização, vêem como perspectiva de melhora a criação de uma "Casa de Artesanato" com sede no PRODASEC. Não têm noção do porquê, mas acham impossível penetrar nas casas de artesanato de Salvador. Em relação à comercialização elas têm uma experiência frustrada, com relação à Casa do Instituto Mauá. Haveria uma encomenda garantida para o exterior; com a mudança da direção do Instituto, entretanto, isto não foi mais possível.

• • •

Em relação à situação de trabalho, verificou-se que as participantes do núcleo não possuem registro em carteira de trabalho, recebem pelo que fazem e vêm a importância disso em relação ao trabalho de seus maridos que possuem a carteira registrada. A posse da máquina de costura parece ser fundamental, pois ao se perguntar se não seria melhor fazer em casa o serviço, a resposta foi unânime que sim, pois poderiam trabalhar direto, sem compromisso de horário e o dinheiro não teria que ser dividido, "o dinheiro seria todo nosso". De acordo com elas, acontece no núcleo que todas têm que fazer uma parte igual, para receber igual. As que costumam mais rápido, ou tem maior habilidade, acabam entrando no ritmo dos demais, por outro lado se acelerarem o ritmo e aumentarem a produção, e a mercadoria não for vendida, forma-se um estoque de produtos que não têm saída. Em função das encomendas, para ninguém ficar parado, distribui-se um pouco de serviço

para cada uma.

Outras contradições surgem: elas sonham com um aumento do pagamento da mão-de-obra, como se o CESUN fosse a instituição responsável, mas ao mesmo tempo percebem que dependem do escoamento da venda.

com relação a outros núcleos, o contato é pouco, só a instrutora é que tem algum conhecimento deles, através das reuniões mensais ou quinzenais de que participa. De acordo com elas 2 núcleos obtiveram sucesso, no controle da comercialização e do controle bancário.

• • •

O núcleo de Calabetão mantém a dependência ao CESUN, não fazendo o controle bancário, o que parece ser fundamental para elas. Explicam o sucesso de outros núcleos porque já se fazia corte e costura no local, ou as participantes já eram costureiras. Queixam-se que a produção de colchas foi passada para outros grupos.

* * *

6. COMENTÁRIOS

Tendo em vista fornecer pistas para a compreensão e reflexão sobre as dificuldades encontradas na consecução dos objetivos propostos na concepção do Núcleo de Produção, procuraremos confrontar as informações obtidas na visita ao Núcleo de Calabetão com as demais características de outros núcleos, com os

procedimentos metodológicos de implantação e a estrutura-administrativa que suporta a ação educacional.

Ao contrapor a visita a um único núcleo de produção com a matriz organizacional que envolve cerca de 11 núcleos espalhados em diferentes bairros periféricos da cidade de Salvador, poderíamos cair no erro de julgar a concepção dessa "matriz" e de sua efetivação simplesmente pelas manifestações (depoimentos) encontrados neste único núcleo.

Levando em conta a afirmação acima, parece-nos seguro levantar as seguintes considerações:

Nos 2 anos de existência dos núcleos, o objetivo de estimular, através de Núcleos de Produção, um processo de cunho associativista, com vistas à autogestão e envolvimento com as comunidades que circundam o núcleo, não foi alcançado.

Apesar de consolidar um relacionamento em grupo (o núcleo representa um "ponto de encontro"), está longe de se alcançar a meta de um relacionamento com as comunidades vizinhas. No caso específico do Núcleo de Calabetão, percebe-se um distanciamento do Núcleo em relação à associação de bairro local. Estabelecido junto à igreja local, os membros do núcleo consideram o local da associação de bairro como um lugar de encontro de homens desocupados, que se reúnem ali para discussões políticas.

As condições de produção e comercialização encontram-se em estado precário; a produção é pequena, e o rendimento financeiro muito baixo, não contribuindo significativamente para a renda familiar. O núcleo mantém total dependência ao CESUN, em termos de organização da produção, garantia das encomendas, e de venda dos produtos.

Quanto à ação educacional (capacitação), cujo eixo básico é a concepção de um processo produtivo autônomo, que fosse capaz de "resgatar para a população o sentimento de segurança na sua capacidade de agir e transformar", verificamos no Núcleo de Calabetão que o proposto em termos de cursos, currículo e carga horária, ao chegar à clientela foi considerado insuficiente.

Segundo os membros que compõe o núcleo, o único curso realizado foi o de corte e costura. Quanto ao relacionados com questões trabalhistas, foram realizadas através de palestras (2 dias), cujo texto utilizado "Relações Humanas no Trabalho", a que tivemos acesso, nos leva a propor uma maior reflexão sobre o conteúdo transmitido. Segue-se, aqui, um fragmento deste texto:

"O controle de nós mesmos é importante em nossas relações com os nossos semelhantes...

- a) submeteremos a rigoroso exame médico, pois a falta de controle pode ter causa orgânica ou psíquica;
- b) canalizamos nossa agressividade para fins menos destrutivos. A prática de esportes como futebol, tênis e outros permite canalizar a agressividade para fora das relações de trabalho".

Embora a ação educacional não esteja reduzida a este núcleo e muito menos ao fragmento de um texto (pois este texto não resume necessariamente o que de fato foi transmitido), cabe utilizar as observações feitas anteriormente para uma reflexão e discussão tanto nas equipes, como com os principais interessados (membros do núcleo), acerca da necessidade da adaptação de determinados conteúdos à realidade local.

* * *

Deixando de lado a tentativa de explicar a não

consecução dos objetivos somente a partir de condições sócio-econômicas, o que sem dúvida deve ter um peso determinante na instabilidade em que se encontram os núcleos como unidade de produção, procuramos chamar atenção para o quanto a não realização da concepção proposta está comprometida com o próprio modo de operar a proposta.

Podemos apontar que a instituição educacional que apoia, organiza e põe em movimento toda a experiência com os núcleos de produção é uma instituição que possui um aparato considerável em termos de seu quadro de pessoal, bem como de suas condições físicas. A concentração de atribuições de competências no interior de seu próprio quadro acaba por centralizar as decisões, mantendo a clientela dos núcleos em estreita dependência, alheia ao processo de planejamento e organização da produção.

A ação educacional que vem sendo realizada parece reforçar o que já foi dito, que a capacitação está mais voltada para o desenvolvimento de certas habilidades profissionais, deixando em plano secundário a questão do currículo no que se refere ao conteúdo voltado para a compreensão da própria realidade vivida pela clientela do núcleo.

PROJETO VÁRZEA - RECIFE/PERNAMBUCO

1 Histórico e Descrição Geral

2. Estruturação e Funcionamento

2.1. Grupo de Vizinhos

2.2. Projeto de Fossas

2.3. Posto de Saúde e Formação de Agentes de Saúde

2.4. Grupo de Doces

2.5. Grupo de Artesanato

2.6. Grupo de Macarrão

3. Comentários

1. HISTÓRICO E DESCRIÇÃO GERAL

A experiência de educação comutaria da Várzea ocorre no bairro de mesmo nome, bastante próximo ao campus da Universidade Federal de Pernambuco em Recife.

A população do bairro compreende cerca de 3.000 pessoas, sendo que cerca de 400 pessoas atualmente mantêm um relacionamento direto com as atividades desenvolvidas pela experiência. As habitações são características de assentamentos populacionais de baixa renda, predominando construções em taipa e tábuas, ao lado de algumas unidades em alvenaria. Não existe rede de esgoto; o serviço de energia elétrica é parcial; inexistente abastecimento de água da rede oficial, valendo-se a população de poços domiciliares. Predomina nos moradores da área o trabalho por conta própria — biscateiros, vendedores ambulantes, etc. — ao lado de uma minoria que se emprega no serviço público — geralmente na própria Universidade Federal — e em algumas indústrias que existem no bairro.

O objetivo fundamental da experiência é o de educação não-formal, entendida essa como aquela embasada nos problemas e nas necessidades do grupo envolvido, emergidos de um processo interativo entre agentes e clientes, processo esse que se inicia e vai se transformando à medida que a autonomia, participação e cooperação começam a marcar uma maior presença. Nesse processo emergem objetivos mais específicos do tipo "o que fazer e como fazer", que acabam se tornando atividades da experiência, criando novas circunstâncias e oportunidades — porque na operacionalização surgem novos problemas e novas necessidades — que tematizam, com outras dimensões, o processo educacional não-formal.

A experiência se iniciou em 1978, a partir de

uma solicitação da escola de 1º grau local à Pró-Reitoria Comunitária da Universidade, para que essa encaminhasse alguma forma de contribuição para se resolverem os "problemas de conduta" do seu alunado. Inicialmente o Departamento de Psicologia se encarregou do trabalho devido à natureza da queixa apresentada pela escola. Não sabemos bem a razão, mas o fato é que o Departamento de Psicologia desistiu do trabalho e esse foi assumido pelo Departamento de Serviço Social, motivado inicialmente pela oportunidade de estágio para seus alunos. A experiência continuou, dirigida e administrada pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE — fazendo parte de suas ações de extensão e servindo assim ao objetivo de fornecer um campo de estágio para os seus alunos. A nova coordenadora (membro do Departamento de Serviço Social) e mais seis estagiários retomaram o trabalho, já numa perspectiva de educação comunitária, e, para isso, propuseram-se a realizar um diagnóstico mais amplo dos problemas, inclusive educacionais, enfrentados pela comunidade, cujo resultado seria então discutido num grupo, que envolvesse os entrevistados, bem como os professores da escola, na perspectiva de análise dos problemas e encaminhamento de soluções. A investigação foi realizada junto aos alunos e suas famílias da escola de 1º grau referida anteriormente, através da aplicação de questionários e entrevistas.

O trabalho de discussão dos resultados teve inicialmente uma participação relativamente pequena dos pais dos alunos e praticamente nenhuma participação dos professores da escola, que alegaram falta de tempo disponível e, principalmente, ausência de remuneração para essa atividade. Mesmo assim, a equipe do Departamento do Serviço Social iniciou o processo de discussão dos resultados do levantamento junto aos pais dos alunos que se propuseram a participar do grupo.

A análise dos resultados pelo grupo indicou os seguintes problemas, com essa prioridade:

1. Ausência de ensino de 2º grau público
2. Ausência de água encanada
3. Ausência de rede elétrica
4. Ausência de Posto de Saúde

O trabalho foi prosseguido em termos de análise dos problemas e proposição de soluções, embasado numa perspectiva de educação comunitária. Nesse processo, outros moradores começaram a participar do grupo, trazidos pelos pais dos alunos que compunham o grupo inicial.

Num certo momento, um grupo de pessoas (12) de uma determinada rua compareceu à reunião, solicitando ajuda para a resolução do problema de estagnação de água nas valetas da rua. O envolvimento desse grupo, a partir de um problema comum e com base na proximidade física de moradia, deu origem aos "grupos de vizinhos". Essa foi a maneira diferente de continuar o trabalho anterior, apenas agrupando as pessoas pela proximidade física de moradia e resolvendo, indiretamente, o problema da organização das pessoas quando do aumento do número de participantes.

Nesse tempo, o centro físico da experiência era uma casa no próprio bairro, alugada pela Pró-Reitoria Comunitária. Ao final de 1979, ocorreu uma divergência entre a Pró-Reitoria e a coordenação da experiência, acerca da condução da experiência, que culminou com a retirada do apoio institucional por parte da primeira. Nesse momento de crise, a coordenação do projeto conseguiu o apoio do Departamento de Serviço Social, através da alegação de que a interrupção do trabalho implicaria na perda de um centro de estágio bastante propício para seus alunos e, principalmente, da irresponsabilidade e da falta de ética profissional implicadas na interrupção

do trabalho após a mobilização de uma parte já significativa da comunidade. com a perda da casa alugada pela Pró-Reitoria, a experiência passou a utilizar uma sala do Departamento de Serviço Social como base física.

No início de 1980, uma pessoa do PRODASEC/ Brasília esteve na Universidade, tomou conhecimento da experiência em andamento, percebeu certa coerência com as diretrizes do Programa e, por último, sugeriu ao pessoal que entrasse em contato com o PRODASEC/PE para se inserir no Programa. Parece que houve uma certa indução para que a experiência ingressasse em projetos de Educação-Produção. Até aquele momento a experiência não previa ações desse tipo, pautando-as muito mais na perspectiva de organização da população para o atendimento de suas necessidades básicas.

O PRODASEC/PE foi procurado pela coordenação da experiência e seus documentos foram lidos e discutidos com os grupos da comunidade e a idéia de se inserir no Programa foi aceita.

Pautados nos critérios fornecidos pelo Programa para financiamentos das atividades de educação-produção — atividade desenvolvida em grupo, ligada à cultura local e passível de incrementar a renda dos participantes — foi feita uma sondagem das habilidades de trabalho existentes na comunidade passíveis de serem exploradas economicamente.

As habilidades identificadas foram as seguintes: 1) comida e doces; 2) colcha de retalho e costura; 3) plantas ornamentais; 4) cestas para camarão (jereré). As discussões se seguiram e foram eleitas a área de doces e colcha de retalhos, por se apresentarem como as mais viáveis. Os projetos foram feitos, inclusive o de galpão para sediar a experiência como um todo e, apresentados ao PRODASEC, receberam aprovação.

Em novembro de 1980, por ocasião da reunião de avaliação do Programa realizada em Brasília, a coordenação da experiência conseguiu apoio para outras duas atividades demandadas pelo grupo comunitário. Essas atividades referem-se à formação de um grupo de produção de macarrão e à construção de fossas caseiras, inexistentes em grande parte das habilitações do local.

Pelas informações disponíveis, verifica-se que o PRODASEC repassou Cr\$ 800.000,00 em 1980, Cr\$ 3.200.000,00 em 1981 e Cr\$ 8.000.000,00 em 1982. Esse recurso vem sendo usado para pagamento de pessoal técnico alocado no projeto, despesas de material e equipamento necessários ao desenvolvimento das atividades e na própria construção do galpão já mencionado. O projeto vem contando também com apoio financeiro de outras instituições, tais como Prefeitura de Recife, INAMPS, CNPq e SUDENE.

Para 1983, a transferência de recursos financeiros do PRODASEC ainda estava sendo negociada. A coordenação do projeto não havia apresentado pedido de apoio em tempo hábil à Coordenação do PRODASEC na Secretaria de Educação, impondo-se assim essa negociação a posteriori.

A experiência vem funcionando, em 1982, com recursos humanos recrutados na própria Universidade. A coordenadora do projeto e outros professores envolvidos apenas alocam parte de sua carga horária no projeto, sendo custeados, portanto, pela Universidade. São dois professores de Serviço Social, dois de Medicina, um de Nutrição e um de Enfermagem, envolvidos com carga horária de oito horas semanais no projeto, e a coordenadora, também professora de Serviço Social, envolvida com carga horária de trinta horas semanais. Por sua vez, os recursos do PRODASEC, junto aos recursos das outras instituições colaboradoras, têm sido utilizados para remunerar outros profissionais, em regime parcial, necessários ao

desenvolvimento do projeto, tais como: dois médicos, um nutricionista e dois assistentes sociais. Esses profissionais são contratados por prestação de serviços e sua remuneração mensal gira em torno de Cr\$ 80.000,00 por período integral. Em geral eles são contratados por meio período. Além disso, remunera-se doze estagiários de Serviço Social, três de Medicina, um de Enfermagem e dois de Nutrição na ordem de Cr\$ 6.000,00 por mês. Esse valor igual de remuneração resulta da soma dos recursos cedidos, alocados para esse fim, por parte da SUDENE, Reitoria da Universidade, Prefeitura de Recife, PRODASEC e INAMPS, dividida pelo número de estagiários. Cabe ressaltar que existem casos de se contratarem, como profissionais, ex-estagiários da própria experiência.

Os profissionais e estagiários exercem funções específicas, dependendo de cada atividade abarcada pela experiência. Além disso, todos eles estão envolvidos numa atividade comum, que é a de comporem uma mini-equipe responsável por pelo menos um grupo de vizinhos.

com recursos do PRODASEC, executado pela Prefeitura de Recife num seu próprio terreno e contratando mão-de-obra na própria comunidade, foi construído o denominado Núcleo da Várzea, base física da experiência.

O galpão, construído em alvenaria, tem uma área aproximada de 150 metros quadrados, possuindo, além dos sanitários, quatro tipos de dependência, uma sala para o Grupo de Artesanato, uma para o grupo de Doces, outra para o Grupo de Macarrão e um salão para reuniões e centro administrativo.

Em 1982 foi construído também um mini-posto de saúde, em caráter "provisório", para sediar as ações desse setor. É uma pequena construção em madeira, assentada sobre cimento, bem ao

lado do galpão. Conta com três dependências: uma sala de consulta, uma de vacinação e uma de curativo e secretaria.

A experiência da Várzea, pautada fundamentalmente no objetivo de educação comunitária, desenvolve atualmente as seguintes atividades:

1. Grupo de vizinhos
2. Projeto de fossas
3. Posto de Saúde e Formação de Agentes de Saúde
4. Grupo de Doces
5. Grupo de Artesanato
6. Grupo de Macarrão

O relato a seguir procurará dar uma visão da estrutura e do funcionamento da experiência. Entretanto, cabe ressaltar que esse estudo, pela natureza de seus objetivos e pelas limitações da investigação, centrou sua atenção no funcionamento das atividades de educação-produção, expressas nos grupos de doces, artesanato e macarrão.

2. ESTRUTURAÇÃO E FUNCIONAMENTO

2.1. GRUPO DE VIZINHOS

Atualmente existem doze Grupos de Vizinhos em funcionamento. Cada grupo é formado por um certo número de membros de famílias vizinhas e por uma mini-equipe do pessoal do projeto, profissionais e estagiários. Basta ser morador do bairro e se interessar em participar da atividade comunitária para o indivíduo

ingressar num dos grupos existentes.

Os Grupos de Vizinhos são o suporte do processo educacional, objetivo fundamental da experiência. É através deles que se levantam, discutem e analisam os problemas e as necessidades do grupo populacional em questão. Nesse processo procura-se, pela problematização das necessidades apresentadas, desenvolver uma compreensão informada e crítica sobre a realidade existente, e assim chegar-se a soluções locais, individuais ou coletivas, e/ou soluções que envolvem um contexto mais amplo, através da procura e aproveitamento de recursos sociais existentes, da reivindicação de seus direitos aos órgãos competentes, da organização e/ou participação de organismos civis, como associações, sindicatos, etc.

As atividades hoje desenvolvidas pelo Núcleo da Várzea emergiram do trabalho dos Grupos de Vizinhos ou, pelo menos, por eles foram discutidas e analisadas. Além disso, é através deles que se organizaram as comissões de reivindicação, com as quais já se conseguiu um compromisso da Secretária de Educação para a instalação de uma escola do 2º grau pública e o atendimento, ainda bastante parcial, do fornecimento de água encanada e energia elétrica.

2.2. PROJETO DE FOSSAS

Esse projeto, como dissemos anteriormente, emerge das atividades dos Grupos de Vizinhos. Ele surge da necessidade de se melhorar as condições de saneamento do bairro, devido a ausência, em muitas das habitações, de fossas. Dois pontos merecem destaque nesse projeto, que servem como exemplos do tipo de orientação e metodologia levadas a efeito pela experiência.

O primeiro refere-se à participação do

Departamento de Engenharia Civil da Universidade, com o encaminhamento de estagiários para o projeto, em função da formação específica. Salienta-se, entretanto, que, nesse caso, o estagiário de engenharia é introduzido numa perspectiva interdisciplinar, que exige dele não apenas um desempenho relativo aos aspectos técnicos da sua área de conhecimento. Essa perspectiva o coloca frente ao "problema social" que deu origem ao projeto propriamente dito, tornando-o parte integrante, enquanto indivíduo, de todas as atividades que o próprio processo de discussão do projeto gera. Assim, ele pode integrar uma Comissão de Sindicância para verificar o grau de necessidade das famílias interessadas, num outro momento ele deve desempenhar o papel de professor, etc.

O segundo ponto exemplifica a participação dos membros da comunidade, tanto na proposição do projeto, já salientada anteriormente, como na sua operacionalização.

Questões referentes à operacionalização do projeto, tais como:

1. critérios de atendimento;
2. processo de construção, especialmente no que se refere à mão-de-obra;
3. controle da guarda e distribuição do material e
4. processo educativo que a experiência permite;

são todas discutidas e decididas em grupo. A interação entre agentes e clientes engendra uma aprendizagem mútua, rica sob o ponto de vista informativo, analítico e, sobretudo, apreensivo acerca da realidade social existente. É possível assim que as discussões não se limitem simplesmente aos "critérios de atendimento", mas ataquem a situação sócio-econômica das famílias e do grupo. Não se resolve apenas um problema circunstancial acerca do "controle da guarda e distribuição do material", mas se analisam e se buscam formas de organização social. Não se estabelece apenas o melhor

"processo de construção", mas se analisam as relações de trabalho, sua organização, etc.

2.3. POSTO DE SAÚDE E FORMAÇÃO DE AGENTES DE SAÚDE

Ações na área de saúde já vinham sendo empreendidas através de orientações da equipe dos Grupos de Vizinhos. Nessa ação específica, pessoas da comunidade que, ao seu modo, já desempenhavam esse papel, foram agregadas à equipe interprofissional.

Num determinado momento, o Núcleo da Várzea foi procurado pela equipe de saúde da Secretaria de Educação para analisar a utilização de uma verba de Cr\$ 1.200.000,00 nessa área. Essa informação foi encaminhada pelos Grupos de Vizinhos, marcando-se uma reunião para iniciar-se a discussão com os que se interessassem sobre o assunto. A situação foi analisada, isto é, os prós e os contras foram levantados.

Pontos contrários:

- a) verba para material de consumo limitada para um ano;
- b) a construção de um posto de saúde provisório — óbvio pela verba prevista — poderia contribuir para que as Secretarias, inclusive a de Saúde, se esquivassem da obrigação de dotar a comunidade de um posto de saúde definitivo.

Pontos favoráveis:

Embora simplificado, o atendimento poderia ser melhor do que o existente nos postos utilizados por eles — com dificuldades, já que o Posto Público do bairro é bastante distante do assentamento populacional de que aqui se trata — pelas seguintes razões:

- a) as pessoas que trabalhariam no "postinho" seriam pessoas da comunidade, conhecidas pela população e conhecedoras de seus problemas.
- b) os médicos seriam pessoas do Núcleo da Várzea, com os quais os moradores já têm maior intimidade, além de conhecerem muitas de suas dificuldades;
- c) eles teriam condições de discutir e dar sugestões para um melhor atendimento.

Ao final, a verba foi aceita, com a condição de que antes que ela terminasse a comunidade deveria:

- a) continuar reivindicando à Secretaria da Saúde um posto definitivo, com base, inclusive, na experiência vivida com o "postinho";
- b) procurar instituições que pudessem garantir o funcionamento do "postinho" até a instalação do posto definitivo.

O "postinho" foi construído com mão-de-obra da própria comunidade e está em pleno funcionamento. Algumas opiniões dos usuários fazem menção apenas à dificuldade de se conseguir atendimento, devido a uma enorme demanda da população pelos serviços do posto. No mínimo isso demonstra a necessidade extremamente justificada da existência do Posto de Saúde no local.

com o funcionamento do "postinho", o trabalho de orientação de saúde desenvolvido pelo Grupo de Vizinhos acabou se formalizando numa ação para formação de agentes de saúde comunitários. Para aqueles elementos que já vinham exercendo essa função na comunidade foi planejado um curso. Esse pessoal além de passar por um treinamento em serviço no próprio postinho, assistem também a aulas teóricas dadas pelo pessoal técnico da área de saúde e serviço social no período noturno no galpão.



2.4. GRUPO DE DOCES



HISTÓRICO E VISÃO GERAL

como foi apontado anteriormente, a colaboração do PRODASEC junto ao Projeto Várzea vinculou-se, de certa forma, ao desenvolvimento de ações na linha de Educação-Produção. O procedimento utilizado pela coordenação do projeto para chegar-se a alguma proposição em termos de atividade produtiva foi o seguinte: os grupos de vizinhos foram informados sobre o Programa, desencadeando-se, assim, um processo de discussão sobre ele; após uma aceitação do Programa, o pessoal começou a discutir as possíveis atividades que pudessem ser economicamente viáveis e que contassem na própria comunidade com pessoal habilitado para tal.

Na sondagem de habilidades foi identificada a existência de pessoas capazes de confeccionar colchas de retalho, costura simples, doces e salgados, plantas ornamentais e cestas de palha.

As discussões acerca da viabilidade econômica das atividades culminou com a decisão de propor o desenvolvimento de apenas duas: uma na área de doces e outra na área de colchas de retalho. Os projetos foram elaborados e aprovados e o pessoal passou a aguardar apenas o envio dos recursos para iniciar a experiência.

como é bastante comum ocorrer, o envio dos recursos começou a atrasar. Tal fato começou a desmotivar e desmobilizar o pessoal previsto para essa atividade.

Numa das discussões sobre o problema, surgiu a proposição, por parte do grupo que se formava, de se iniciar a experiência sem os recursos do projeto. Para tal, os doces seriam feitos cada vez na casa de um dos membros do grupo, utilizar-se-iam o fogão, as panelas e outros utensílios disponíveis por eles próprios e a matéria prima — açúcar e frutas — seria comprada com um dinheiro emprestado por diferentes pessoas em cotas de Cr\$ 250,00.

Conseguiu-se arrecadar um total de Cr\$ 6.900,00 para compra do açúcar e das frutas. Esse empréstimo não seria saldado em dinheiro, mas em mercadoria. Assim, todos os meses, um ou dois potes de doces no valor da cota (Cr\$ 250,00) seriam sorteados entre os credores até que todas as cotas fossem pagas.

Os doces começaram a ser feitos cada vez na casa de um dos membros do grupo (formado inicialmente por 5 pessoas) e eles mesmos cuidavam da comercialização. Os doces eram vendidos avulsamente no campus da Universidade, ou em maior quantidade para os restaurantes da mesma, que então os revendiam aos seus fregueses.

O desenvolvimento da atividade nessas condições logo se mostrou inviável, pela inadequação dos meios para a produção de uma quantidade de doces razoável para comercialização, e por diversos outros problemas surgidos na interação do grupo. Por outro lado, e isso merece ser ressaltado, esses problemas forneceram temáticas de discussão bastante relevantes sob o ponto de vista educacional.

Desde questões relativas à organização do processo de trabalho, do ponto de vista administrativo e técnico, como questões de maior amplitude e significação para a vida, relativas à exploração, cooperação, higiene, etc, foram trabalhadas pelo grupo junto com a equipe técnica do projeto.

com a construção do galpão e com o envio dos recursos para o projeto de doces, um espaço físico, instalações e equipamentos mínimos foram conseguidos pelo grupo, que começou, então, a funcionar sobre novas bases.

O grupo funciona atualmente com 10 mulheres adultas e uma adolescente, em geral casadas e com filhos, com nível de escolaridade bastante baixo, algumas apenas com o MOBREAL. Em geral, também assumem a responsabilidade dos afazeres domésticos, além de se dedicarem à confecção dos doces.

O grupo é coordenado e orientado diretamente por uma nutricionista, que fica parte do dia presente no Centro Comunitário para contribuir na solução de problemas eventuais, e semanalmente conduz uma reunião com todo o grupo para tratamento de questões relativas ao seu funcionamento.

Para compatibilizar os afazeres domésticos com a atividade no grupo de doces, as pessoas se dividiram em dois subgrupos, cada um deles trabalhando em dois dias da semana.

Cada subgrupo faz os doces no primeiro dia, deixando para o segundo a pesagem, embalagem, e limpeza final da cozinha.

ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

como vimos, o Grupo de Doces surge no bojo de um processo cujo objetivo fundamental é o de educação comunitária. Tendo esse objetivo como fundamental, assume, como objetivo secundário, o de proporcionar aos membros do grupo uma oportunidade de complementar a renda familiar.

A escolha da produção de doces foi determinada pela identificação da habilidade nos membros da comunidade, o que se conciliava com a diretriz

do programa de "fixação e valorização da cultura local" e por uma percepção positiva quanto à possibilidade de um mercado consumidor para o produto.

O mercado, nesse início, era percebido como o da comunidade universitária. No campus da Universidade os doces poderiam ser vendidos avulsamente, forma aliás utilizada por diversas famílias que produzem quitutes e os comercializam nesse local. Também era percebida a possibilidade de comercializar o produto através dos restaurantes e cantinas existentes na Universidade.

É óbvio que essas idéias acerca do mercado, apesar de discutidas com os membros do grupo, eram originadas do pessoal técnico do projeto. Não só eram originadas desse pessoal como também a possibilidade de se efetivar como negócio ficava quase que inteiramente na sua dependência.

Desse modo, o grupo, no seu início, apenas se envolve diretamente com a atividade de produção propriamente dita. Todas as outras funções, tais como: programação da produção em termos de quantidade e tipo de doce, compra de matéria-prima e insumos, comercialização e contabilidade, ficavam por conta do pessoal técnico do projeto, mais especificamente do técnico-nutricionista ligado mais diretamente ao grupo.

Cabe ressaltar, no entanto, que o pessoal técnico do projeto vê o assumir dessas funções por parte do grupo como algo que pode e deve ser alcançado. De fato, como veremos, alguns progressos foram feitos nesse sentido.

Baseando-se numa previsão de vendas, e nos pedidos de encomenda dos restaurantes da Universidade e de algumas empresas do bairro que compram sistematicamente o doce para servir aos seus funcionários, determina-se a

quantidade de frutas que deve ser comprada naquela semana.

A compra das frutas é feita no CEASA e, desde já algum tempo, é uma tarefa desempenhada por dois membros do grupo sob a forma de rodízio semanal. O desempenho dessa tarefa, em termos da compra do produto com a melhor qualidade pelo menor preço, foi uma das aprendizagens desenvolvidas com o grupo técnico. Outra resistência que foi trabalhada refere-se ao porte e manuseio do dinheiro para a compra de mercadorias pelos membros do grupo. Dias antes de nossa visita, o grupo começava a assumir a guarda e controle do dinheiro disponível em caixa e em conta bancária, que anteriormente ficava sob a responsabilidade da nutricionista.

O transporte das pessoas e das frutas é feito por um veículo da Universidade. É importante ressaltar que esse transporte não incide sobre as despesas do grupo, significando assim um fator de distorção para menos do custo total da produção.

Outro insumo significativo é o açúcar. Essa mercadoria foi comprada em quantidade suficiente para um período maior de tempo. Comprou-se no comércio local, ficando estocada no armazém do vendedor. Na medida das necessidades ela é retirada para uso.

O terceiro insumo básico é o gás, comprado diretamente do distribuidor local, sendo seu consumo controlado à maneira doméstica, ou seja, mantendo-se sempre um botijão cheio.

O processo de produção, no aspecto restrito, é bastante simples, sendo composto das seguintes operações básicas.

1. Pesagem da fruta em bruto e anotação na Ficha de Controle de Fabricação de Doce;
2. Limpeza e descascamento da fruta;

3. Pesagem e anotação do peso líquido da fruta;
4. Determinação da quantidade de açúcar em função do tipo de doce e do peso líquido da fruta;
5. Pesagem do açúcar e anotação;
6. Mistura e cozimento;
7. Anotação do tempo de utilização do gás;
8. Pesagem e anotação do peso líquido de doce produzido;
9. Anotação e cálculo do custo do doce produzido pelo somatório dos custos da fruta, do açúcar e do gás.

Essa organização da produção, atualmente em vigor, não foi algo que se implantou automática e rapidamente. Ela demandou uma série de aprendizagens, tanto por parte do pessoal técnico do projeto como dos membros do grupo. Isso porque nem um nem outro tinham experiências anteriores de trabalho, ou mesmo formação específica, relativas à administração, planejamento e controle de processos produtivos. Isso exigiu que, frente aos problemas que iam surgindo, o grupo como um todo fosse à procura de solução. Normalmente esses problemas são percebidos antecipadamente pelo pessoal técnico, que então elabora procedimentos que são colocados para o grupo e muitas vezes implantados sem, necessariamente, uma compreensão perfeita das razões que o determinaram. Algumas vezes, apesar de aceitas, ocorrem resistências na execução, ou pelo fato de não haver compreensão, ou pelo fato do procedimento exigir o desempenho de tarefas para as quais os membros do grupo apresentam dificuldades. Exemplos dessas tarefas, apresentadas na descrição do processo de produção, são as pesagens e respectivas anotações, anotação do tempo de utilização do gás e, principalmente, a regra de três que precisa ser feita para se determinar a quantidade de açúcar para aquele doce.

O grupo técnico, por sua vez, trabalha essas resistências por duas razões. De um lado, porque percebe que essas circunstâncias dão margem à aprendizagem de uma série de habilidades úteis e importantes para a própria vida cotidiana. De outro lado, apesar das dificuldades e das perspectivas um tanto sombrias acerca das possibilidades concretas do grupo se viabilizar economicamente de forma independente, prevalece a idéia de que o objetivo educacional deve visar à autonomia das pessoas e do grupo. Desse modo, não se assume "a priori" a dicotomia do administrar/executar, o que, geralmente, leva à utilização de procedimentos tendentes a reforçar nos membros do grupo uma autoconcepção de trabalhador que simplesmente subordina suas atividades às ordens da "gerência", autolimitando seu campo de preocupação apenas à parcela do processo de produção relativa ao executar as atividades manuais e mecânicas do fazer. Contrariamente, é visto como objetivo chegar-se à autogestão do grupo, como também se acredita nessa capacidade.

É essa concepção de trabalho educacional que tem levado o pessoal técnico do projeto, e particularmente o seu responsável direto, a insistir em que os membros do grupo ampliem suas atribuições. Dessa forma, gradativamente, os membros do grupo vêm assumindo outras atividades necessárias ao processo como um todo. Por exemplo, o contato com o cliente institucional para entrega e cobrança da mercadoria, as anotações contábeis, a tesouraria, os cálculos de custo do produto, etc. Apesar disso estar em andamento, sendo em grande parte ainda acompanhado de perto pelo técnico responsável, este, por sua vez, não toma nenhuma decisão nem estabelece nenhum contato crítico — por exemplo, uma negociação para reajuste de preço da mercadoria com o cliente — sem uma discussão prévia com o grupo. Os contatos, seja com clientes ou fornecedores, sempre contam com a presença de pelo menos

alguém do grupo, criando-se assim circunstâncias concretas de aprendizagem.

O preço do produto tem sido determinado de forma a cobrir os gastos com matéria prima (fruta e açúcar), insumos e energia (água, luz e gás), trabalho (dos membros do grupo) e fundo rotativo (depreciação, investimentos, margem de segurança, etc). uma média desse custo por tipo de doce determina o preço do quilo do produto. Periodicamente esse preço é reajustado, tendo em conta a inflação e a capacidade de negociar com os clientes um determinado nível de reajuste.

A pequena parcela da produção vendida avulsamente tem um preço um pouco superior, apenas para compensar o custo da embalagem descartável utilizada.

Na percepção do técnico responsável, a taxa do fundo rotativo tem servido quase que exclusivamente para compensar a inflação, que aumenta continuamente os custos como matéria prima, insumos e energia.

Naquele momento, a técnica, e o grupo, estava iniciando um balanço financeiro da atividade para certificarem-se da real situação.

Apesar disso, cabe anotar que o fundo rotativo já propiciou condições para alguns "investimentos". com ele o grupo conseguiu adquirir uma máquina própria para descascar e ralar determinadas frutas, o que implicou em um melhor aproveitamento da fruta e numa economia de tempo de trabalho para o seu preparo. Adquiriram-se também recipientes de aço inoxidável, próprios para o acondicionamento e manuseio do produto pronto. Além disso, o fundo tem permitido o fornecimento de empréstimos para os membros do grupo, na medida das necessidades das pessoas e de sua possibilidade.

O grupo se remunera com base nas horas trabalhadas por cada membro, sendo o valor da hora/trabalho calculado com o parâmetro de um salário mínimo e meio mensal. Esse parâmetro foi determinado através de discussões entre o pessoal técnico e o grupo, tendo como critério básico o encontro de um valor razoável para as pessoas e que não inviabilizasse comercialmente o produto. Essa remuneração, no final de 1982, proporcionava a cada membro do grupo uma quantia em torno de Cr\$ 7.000,00 (sete mil cruzeiros) mensais. Cabe lembrar que cada membro trabalha em torno de dois dias apenas por semana. Materialmente, ainda, os membros do grupo retiram, semanalmente, uma pequena quantidade de doce (de meio a um quilo) para seu consumo doméstico.

O mercado para o produto é constituído atualmente por três clientes básicos. Os restaurantes e cantinas do campus da Universidade e duas empresas industriais de porte médio estabelecidos no bairro. Essas duas empresas compram, em média, 400 quilos de doces por mês. A venda avulsa corresponde apenas a uma pequena parcela da produção total.

É verdade que o grupo se iniciou tendo em vista a comercialização avulsa e direta com o consumidor. Potencialmente esse mercado era visto como constituindo-se dos professores, alunos e funcionários da Universidade. Apesar de persistir até hoje, esse mercado sempre se mostrou insuficiente como canal de comercialização para a capacidade de produção do grupo. Houve tentativas de comercializar dessa forma através de pontos de venda colocados em outros locais da cidade. Essas tentativas falharam pela mesma razão.

A venda do produto em quantidade maior para as empresas citadas foi estabelecida através de contatos conseguidos pelo pessoal da equipe técnica. Provavelmente essas vendas não teriam

sido conseguida pelos grupos sem esses contatos e sem a negociação feita pelo pessoal técnico, É importante salientar que se vem trabalhando para transferir a relação com esse tipo de cliente para o grupo, na perspectiva de torná-lo cada vez menos dependente da equipe técnica.

Esse mercado é o que vem garantindo a comercialização da maior parte da produção. Esse mercado é relativamente instável, de difícil expansão e tem feito emergir diversos problemas para o grupo. Instável, primeiramente, devido a uma certa sazonalidade decorrente do período de férias escolares da Universidade e dos trabalhadores nas duas empresas. com relação às empresas ainda, é necessário um fornecimento variado, visto que o doce é oferecido diariamente como sobremesa na refeição fornecida pela empresa. Por último, existe concorrência com outros fornecedores para esse tipo de produto. Nessa época desse estudo, por exemplo, uma das empresas dividiu sua cota de compra entre o grupo e um outro fornecedor. Ela que comprava, em média, 500 quilos de doce mensalmente, passava a comprar apenas 300 quilos.

A expansão, por sua vez, é difícil a nível local, pela inexistência de outras empresas de porte. Conseguir empresas em outros locais, além das implicações de transporte que dificultam o trabalho do grupo, fica na dependência da existência de contatos dentro da empresa para nela poder entrar e oferecer o produto, como também, como veremos a seguir, da transposição de uma série de entraves para concretizar-se o negócio.

Esses entraves decorrem basicamente da não formalização jurídica do grupo. Sendo esses compradores empresas estabelecidas formalmente, suas despesas precisam assim serem demonstradas. Mesmo os atuais compradores já apresentaram diversas vezes receio de terem apenas um recibo informal como

comprovante da despesa. Sendo o produto de natureza alimentícia, o receio das empresas também se volta para esse campo. Não sendo o grupo constituído juridicamente e, desse modo, não supervisionado por qualquer organismo público da área de higiene e saúde, isso desperta nos compradores o receio de, na ocorrência de algum problema, ficar-se numa situação de difícil responsabilização. uma das empresas, provavelmente tentando resguardar-se, avisou que procederia a uma inspeção nas condições de produção do doce por sua própria conta.

Essa situação reforça mais ainda as colocações acerca da instabilidade e da dificuldade de se manter ou se expandir nesse tipo de mercado. Lembramos ainda que, além do grupo depender de alguma relação prévia de amizade, ou de outro tipo, que possibilite a confiança e o esforço do pessoal responsável na empresa para a concretização do negócio, toda essa situação tende a diminuir o seu poder de negociação, principalmente nos momentos de reajuste de preço do produto, dado o caráter de concessão e favor de que se reveste o negócio.

Isso tudo vem sendo discutido pelo grupo, fazendo com que ele reconsidere a comercialização avulsa.

Sendo assim, vem se tentando atualmente formar um grupo de vendas. Esse grupo seria formado de pessoas recrutadas na própria comunidade, receberia também a orientação do pessoal técnico aos moldes do grupo de doces e seriam remunerado com base num percentual aplicado sobre a quantidade de doces vendida por cada um deles.

O TRABALHO E O PROCESSO EDUCACIONAL

Apesar de se constituir em um grupo de produção, cuja existência e manutenção só se garante à medida em que sobrevive e se viabiliza

economicamente, os aspectos educacionais têm conseguido se manter como objetivo fundamental da experiência.

Enfocando apenas o aspecto da habilidade restrita de fazer doces, cuja existência foi critério básico da própria formação do grupo, verifica-se que tal habilidade foi tanto ampliada como aperfeiçoada. Tal ampliação e aperfeiçoamento consiste de aspectos como higiene, conservação de alimentos, manuseio de máquinas e equipamentos, afora uma série de outras aprendizagens, requisitos ou decorrentes, desses aspectos. Salienta-se, também, que esse desenvolvimento é buscado e ocorre, na medida do possível, de uma forma homogênea. A organização do grupo cria as circunstâncias para que aqueles que, por qualquer razão, aprendem antes, não se fixem na execução da função mas, pelo contrário, que ensinem os outros, para que todos sejam capazes de desempenhar todas as atividades.

É verdade que o funcionamento do processo de produção como um todo contou desde o início com a participação decisiva do pessoal técnico. Por outro lado, os membros do grupo nunca ficaram alheios aos aspectos mais amplos, relativos ao planejamento e organização do processo de produção. Sempre foram solicitados a participar e as idéias e planos sugeridos pelo pessoal técnico são discutidos e explicados de forma que as decisões efetivamente tomadas sejam, da melhor forma possível, compreendidas e aceitas por todo o pessoal.

Tratadas dessa forma, essas reuniões de trabalho dão margem para que os membros do grupo recebam uma série de informações acerca de aspectos relevantes relativos ao funcionamento do grupo produtivo. Não só isso, o tratamento das questões que se colocam procura sempre conexões com aspectos outros, importantes para o indivíduo em outras esferas de sua vida social. Por exemplo, a questão do como remunerar o

trabalho dos membros do grupo, não se limitou apenas à determinação de uma taxa ótima, sob o prisma apenas do custo do produto final. Também isso, mas a questão dá margem a uma série de discussões que emergem de colocações, dúvidas e problemas apresentadas, também, pelos membros do grupo. Discute-se o salário mínimo, política salarial, emprego, poder de compra do salário, inflação, recolhimento da taxa da previdência social, etc, nos aspectos gerais e, principalmente, naqueles que afetam, direta ou indiretamente, a vida cotidiana deles.

Assim, a relação de ensino-aprendizagem nesse processo educacional que se estabelece, transita o conteúdo relevante da produção e do trabalho para outras dimensões da vida social e vice-versa.

A descrição até agora dá ênfase ao papel de educando/aprendiz dos membros do grupo. No entanto, esse processo educacional estabelece uma relação mútua de ensino-aprendizagem. O pessoal técnico percebe o seu desenvolvimento, tanto profissional como pessoal, através dessa relação com o grupo. Os problemas que surgem não se remetem a apenas uma área específica de conhecimento, mais afeito assim a um ou outro tipo de profissional. A postura interdisciplinar da equipe técnica estabelece uma contribuição mútua entre eles, gerando não só troca de informação, mas uma ampliação de perspectivas dos problemas sociais com que eles lidam profissionalmente e pessoalmente. A postura interdisciplinar, como não poderia deixar de ser, não limita o relacionamento apenas entre os técnicos envolvidos diretamente na experiência. Pessoas, geralmente da própria Universidade, são constantemente procuradas pelos técnicos e estagiários da equipe para discutirem e contribuírem na solução dos problemas do Projeto Várzea. Exemplo disso refere-se ao contato com professores da área de Administração e Economia, sobre muitos dos aspectos relativos ao funcionamento dos grupos produtivos.

Através dessa dinâmica, e não sem tropeços e retornos, gradativamente os membros do grupo vão se envolvendo com o desempenho de atividades relativas a orçamento, compras, comercialização, contabilidade, etc. Gradativamente, também, a autonomia do grupo vai marcando presença com tomadas de decisões próprias em momentos em que não existe o técnico a quem se recorrer. Da mesma forma, a participação dos grupos, a nível de colocação de problemas e formas de solução, começa a surgir.

As dificuldades são, evidentemente, enormes. De um lado, o envolvimento concreto dos membros do grupo com atividades mais amplas do que o simples fazer doce se defronta, mesmo ao nível de atividades simples, como anotações e cálculos de controle de produção e contábeis, com o baixo índice de escolaridade do grupo, do que decorre, geralmente, a ausência das elementares, porém fundamentais, habilidades de leitura, escrita e cálculo simples, necessárias à ampliação pretendida. De outro lado, esse mesmo envolvimento e, mais ainda, o progresso em termos de autonomia e participação, esbarra com a necessidade de demover algumas disposições e valores extremamente arraigados e inculcados nessas pessoas. Disposições e valores que se traduzem em inibição, submissão sem questionamento, conformismo, autoconcepção de incapacidade de aprender, etc.

2.5. GRUPO DE ARTESANATO

VISÃO GERAL

Esse grupo iniciou suas atividades apenas após a chegada dos recursos financeiros do PRODASEC. Funcionou provisoriamente numa sala da Universidade enquanto o galpão estava sendo construído.

O grupo é composto de 35 mulheres jovens e

adultas. No geral, as jovens são estudantes de escolas de 1º e 2º graus e suas atividades no grupo se limitam ao período do dia, manhã ou tarde, complementar ao da escolarização. Tem-se então dois subgrupos, cada um deles funcionando num período do dia.

Um terceiro subgrupo é constituído pelas mulheres adultas, que não se utilizam propriamente das instalações do galpão, fazendo seus trabalhos no próprio domicílio. Todos os subgrupos são coordenados e orientados diretamente por uma Assistente Social.

O critério de formação do grupo foi a habilidade de costura simples, tendo em mente a produção de colchas de retalhos. Entretanto, para o grupo começara funcionar provisoriamente, enquanto se construía o galpão e se processava a compra do material e equipamentos previstos, surgiu a idéia de se confeccionar tapetes de retalho. Isso porque esse produto dispensa a utilização de máquina de costura, sendo confeccionado, de forma totalmente manual, em telas de saco de estopa com retalhos de tecido variado. Essa proposta surgiu da Coordenadoria da experiência, que inclusive conseguiu alguém que ensinasse a técnica para o grupo que se formava.

Após esse momento provisório, o grupo passou a produzir as colchas de retalhos e outros artigos, cujo requisito é a costura simples, como lençóis, fronhas e toalhas. De certa forma, aos subgrupos corresponde um tipo de produto. Os dois subgrupos formados pelos jovens se voltam mais para os tapetes e os adultos para a colcha, lençol, fronha, etc.

ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

Novamente aqui o mercado visado pelo grupo constitui-se da Comunidade Universitária. Tal como o grupo de doces, o mercado visado não é aquele que poderia ser composto pelas pessoas



do próprio bairro. A colcha de retalhos é um artigo comumente produzido para uso próprio naquela localidade, daí a existência da habilidade e dessa perspectiva de mercado. A extensão para outros tipos de artigo geralmente se fundamentou na mesma habilidade de costura simples e para o mesmo mercado.

Apesar da manutenção da perspectiva educacional, na fase inicial é o pessoal técnico quem propõe as idéias sobre o mercado, qualidade e originalidade do produto, etc. Dessa forma, a relação produto/mercado é praticamente concebida pelo pessoal técnico e muitas das atividades decorrentes dessa concepção são também por ele providenciadas, apesar de muito discutido com os membros do grupo.

Os contatos e relações de amizade do pessoal técnico permitem ainda que a concepção do produto, em termos de "originalidade e adequação ao mercado", conte com a contribuição de "artistas" que criam os padrões, cores e desenhos para o produto. Isso é marcante nos tapetes de retalho. Tais tapetes são confeccionados com base em desenhos originais cedidos gratuitamente por esses profissionais. O mesmo ocorre com os desenhos estampados nos conjuntos de cama. Foram concebidos por um profissional, feitas as telas em silk-screen, restando ao grupo a aplicação da tinta no tecido. Atividade essa que ainda vem sendo aprendida pelo grupo, sendo que até o momento um técnico com experiência nisso é que de fato cuida da impressão.

O plano de produção se organiza conforme o tipo do produto. Os conjuntos de cama, toalhas e mesmo as colchas de retalho são confeccionados na perspectiva de estoque. São vendidos no próprio local, as pessoas que procuram devido à divulgação que o projeto como um todo já teve na Universidade, como são oferecidos em feiras de artesanato existentes

na cidade.

Os tapetes de retalho já assumem outra característica de produção. É um produto mais caro, pela quantidade de material e trabalho dispendido por unidade. Sendo assim, a produção se dá na medida das encomendas. Para esse artigo existe atualmente um consórcio de 10 pessoas que amortizam mensalmente o valor do tapete. Mensalmente também, um sorteio determina quem vai receber o tapete, organizando-se assim a produção.

Os preços dos produtos são calculados de forma semelhante aos dos doces. Computa-se os gastos com matéria-prima, insumos e trabalho e sobre esse subtotal um percentual para o fundo rotativo. A determinação do valor do trabalho sofreu processo semelhante ao do grupo de doces, servindo assim de temática ao processo educacional do projeto. A taxa de fundo rotativo, apesar de pensada em torno de um valor fixo, na verdade tem sido variável para cada produto.

Ela acaba sendo determinada pelo mercado de cada artigo, dando uma margem de flexibilidade ao preço de venda dentro de certos limites mínimos. Influencia, também, a avaliação do artigo pelo pessoal técnico e pelo grupo enquanto originalidade e qualidade, implicando assim numa taxa de fundo rotativo variável para cada artigo.

O fundo rotativo tem propiciado os recursos para compra de material e ferramentas, além de servir de fonte de empréstimos para o pessoal do grupo conforme as necessidades de cada um. A remuneração do grupo gira em torno dos Cr\$ 7.000,00 (sete mil cruzeiros) mensais para aqueles jovens que trabalham no máximo meio período do dia. O pessoal adulto tem uma remuneração mais variada, dependendo da produção que individualmente conseguem ter. A base de remuneração por hora/trabalho é a

mesma para todos, sendo igual à do grupo de doces, ou seja, um salário mínimo e meio por mês.

A administração do grupo, em termos de registros de compra de material, venda avulsa de produtos, retirada de material do pessoal que trabalha em casa, pagamento do pessoal do grupo, caixa, etc, já é totalmente desempenhado por duas garotas do grupo sob a supervisão da técnica responsável. Existe uma preocupação de preparar todas as componentes do grupo para lidar com essas atividades, como compreender suas funções. Parte das reuniões periódicas do grupo com o pessoal técnico é dedicada à verificação e análise desses registros, servindo assim de aprendizagem sobre a parte administrativa e gerencial do negócio como o de avaliação da situação concreta do grupo produtivo. Nessas reuniões também o grupo analisa o mercado, discute a retirada ou a introdução de artigos, analisa os problemas de comercialização referentes a pontos de venda e transporte da mercadoria, etc. Através do pessoal técnico, o grupo está sendo introduzido nas reuniões de uma Associação de Artesãos na qual são discutidos os problemas do setor.

O grupo de artesanato também sofre pressões para a entrada de novos membros. A decisão tem sido a de evitar essa entrada devido às perspectivas pouco favoráveis de expansão do mercado, além das dificuldades existentes na situação atual.

O TRABALHO E O PROCESSO EDUCACIONAL

Aqui também os aspectos educacionais têm conseguido se manter como objetivo fundamental da experiência. Pouco há a acrescentar ao que já foi dito com relação ao grupo de doces.

A aprendizagem ao nível de habilidades tem

também sido aplicada e aperfeiçoada e, da mesma forma, busca-se organizar o trabalho de forma a propiciar circunstâncias de ensino entre os próprios membros do grupo.

O pessoal também se desenvolve ao nível do planejamento, organização e administração do grupo e a relação de ensino-aprendizagem sempre está atenta para promover o trânsito dos conteúdos relevantes da produção e do trabalho para outras dimensões da vida social e vice-versa.

É lógico que a composição e a natureza do grupo gera contornos diferenciados em termos das dificuldades e das soluções propostas, mantendo-se, porém, a mesma postura de trabalho. Por exemplo, nesse grupo, as dificuldades de aprendizagem em geral ou de implantação de procedimentos administrativos são transpostas com maior facilidade devido ao nível de escolaridade do grupo.

Por outro lado, o desenvolvimento rumo a questões relativas à autonomia e participação esbarra com um cálculo social um pouco diferente por parte, principalmente, dos jovens estudantes do grupo que, diferentemente do grupo de doces, encaram a atividade no grupo produtivo como algo provisório, enquanto prosseguem os estudos, ou até mesmo enquanto não surge uma oportunidade de emprego. Cabe ressaltar que não é objetivo do projeto, nesse caso, demover esses jovens dessa perspectiva. Muito pelo contrário, o importante é o processo educacional que se pode estabelecer através do grupo produtivo e não uma ênfase cega de tornar o grupo numa empresa autônoma. Mais importante aqui é trazer para discussão e análise a questão do prosseguimento dos estudos, da obtenção de emprego, etc, valendo-se da postura de que a temática educacional deve emergir dos problemas e necessidades apresentadas pelo grupo e não determinada a sua margem.

2.6. GRUPO DE MACARRÃO

VISÃO GERAL

A origem desse grupo, diferentemente dos outros dois, se dá, de uma forma muito mais clara, no âmbito das discussões realizadas na comunidade. Discussões essas que privilegiam a análise dos problemas e das necessidades da comunidade que tematizam o processo educacional não-formal, esse sim objetivo fundamental do projeto como um todo.

É no contexto de discussão dos problemas relativos ao custo e qualidade da alimentação que surge e amadurece a idéia da formação desse grupo. Elaborou-se um projeto que foi apresentado e aprovado pelo PRODASEC, dando-se assim o início a suas atividades.

O grupo funciona numa sala do galpão comunitário, contando basicamente com instalações hidráulicas, balcões, bandejas de madeira e a máquina de fazer macarrão. Na verdade, esse projeto recupera uma atividade desenvolvida por umas freiras até há alguns anos atrás. Elas produziam o macarrão para próprio consumo e o excedente era fornecido de alguma forma à comunidade local. A máquina de macarrão adquirida pelo grupo é a mesma utilizada pelas freiras e que se encontrava ociosa.

Seis rapazes aprenderam o processo de produção do macarrão, constituindo-se assim esse grupo de produção. A mesma nutricionista que orienta o grupo de doces orienta esse grupo.

No momento desse estudo, o grupo estava inativo devido à quebra da máquina, que é antiga e para qual é difícil encontrar peças de reposição. Apesar dos entraves com a freqüente quebra da máquina e do seu baixo rendimento, a atividade vinha se mostrando não só viável como extremamente relevante. Nesse sentido, o Projeto fez contatos com a SUDENE e

conseguiu um financiamento para a compra de uma máquina nova e mais moderna que estava prestes a ser entregue.

O mercado visado por esse grupo, diferentemente dos anteriores, é primordialmente a própria comunidade. Na verdade foi ela mesma quem propôs o produto, como definiu suas características básicas. Trata-se de um macarrão enriquecido com soja e ovos, que comumente não se encontra no mercado, pelo menos ao preço que o grupo pode fornecer.

Interessante a destacar é o fato que o produto teve aceitação tanto na comunidade como fora dela. Isso permitiu que, em benefício da própria comunidade, uma parte da produção seja vendida para fora (um terço do total) ao preço de mercado, subsidiando o preço para a comunidade. Para isso, o mesmo macarrão que é fornecido para a comunidade, em embalagem simples e no tipo menos trabalhoso, é embalado mais atraentemente numa variedade maior de tipos.

O processo de produção em si é bastante simples e padronizado. A quantidade a ser produzida já estava determinada pelo limite de produção da máquina. A impressão que se teve é que a divulgação para a comunidade era contida devido a essa limitação, o mesmo ocorrendo para a venda externa. Essa, apesar de fácil elevação, era mantida num nível mínimo que proporcionasse o subsídio para o produto vendido para comunidade.

Não temos precisamente a fórmula de determinação do preço do produto para cada tipo de consumidor, É óbvio que num caso o custo eleva-se pela embalagem e maior quantidade de trabalho. A diferença, provavelmente, se estabelece através das taxas de fundo rotativo.

O fundo rotativo, mesmo subsidiando o preço do macarrão para a comunidade vinha

permitindo a reposição de matéria-prima e insumos, e pago também os consertos efetuados na máquina. O pessoal vinha sendo remunerado na mesma base dos outros grupos, ou seja, com referencial de hora/trabalho pelo valor de um salário mínimo e meio mensal.

Aqui também os 6 elementos se dividem em dois subgrupos, cada um deles trabalhando num período complementar ao seu período escolar.

Tudo leva a crer que, sob todos os aspectos fundamentais, o funcionamento desse grupo guarda semelhança com relação aos outros dois. Cabe apenas destacar que esse grupo, dado a semelhança ao nível do produto de área alimentícia e também comercializado abertamente, começa também a preocupar-se com os aspectos relacionados à constituição formal do grupo em termos jurídicos e com os problemas a ela relacionados.

5. COMENTÁRIOS

As informações e apreensões possibilitadas por esse estudo, através das observações e conversas estabelecidas com o pessoal do Projeto Várzea, permitem tecer algumas considerações acerca dessa experiência.

Em primeiro lugar é preciso lembrar que o Projeto Várzea, em termos de sua existência e de sua concepção fundamental, precede ao PRODASEC. Sua concepção fundamental, e daí decorre uma certa semelhança com os pressupostos do referido Programa, pode ser enquadrada nos moldes de uma educação não-formal. Educação essa entendida como aquela que fundamenta o conteúdo do processo pedagógico nas necessidades do

educando, partindo assim de elementos que compõem a sua realidade autêntica. Busca no tratamento desse conteúdo despertar a consciência crítica da realidade, das circunstâncias que o cercam, do significado das atividades humanas que desempenha na sociedade, dos seus direitos e dos seus deveres. Busca também, pela problematização das necessidades que vão sendo explicitadas, chegar-se a soluções locais, individuais ou coletivas, e/ou soluções que envolvem um contexto mais amplo, através da procura e aproveitamento de recursos sociais existentes, da reivindicação de seus direitos aos órgãos competentes, da organização e/ou participação de organismos civis como associações, sindicatos, etc.

Apesar das dificuldades enfrentadas, das dúvidas, também partilhadas por nós, que despontam na cabeça do pessoal envolvido no projeto sobre o significado real da experiência no contexto mais amplo, sobre as contradições entre as relações sociais existentes e aquelas que se busca promover no projeto, sobre seus limites e possibilidades, etc, pode-se dizer, pelo que já se conseguiu realizar, que a experiência vai bem.

Vai bem porque vem conseguindo, com todas as dificuldades, tropeços e perplexidades, estabelecer na prática o preconizado pelo seu discurso. Veja-se, por exemplo, a forma como se deu e vem se dando o relacionamento da experiência com o PRODASEC. O Programa foi discutido por todo o pessoal e esse apenas se serviu do Programa na medida em que ele poderia contribuir na solução de problemas já analisados pela comunidade participante. Veja-se também o encaminhamento dado à questão do Posto de Saúde. Fora isso, que de certa forma se apresenta descrito no corpo desse relatório, ficam uma série de aspectos observados no cotidiano da experiência que vão denotando, em pequenos eventos, os progressos alcançados. Apenas um exemplo disso, já que não se

encontra descrito anteriormente, refere-se à colocação por parte do pessoal da questão sobre o envolvimento do pessoal técnico com tarefas relativas à limpeza do Núcleo. A limpeza era dividida entre o pessoal conforme as atividades de que participavam. Porém, os cinzeiros cheios, papéis jogados, copos sujos, etc, deixados pelo pessoal técnico no decorrer de suas atividades, não eram por ele limpos e arrumados. Disso resultou não apenas uma discussão do tipo "limpa ou não limpa", mas ampliou-se abarcando toda a questão acerca da simetria e assimetria das relações entre o pessoal e o pessoal técnico. Como esse, uma série de outros eventos foram observados por nós ou contados

por eles na ocasião da visita.

Os grupos de produção, por sua vez, apesar de todas as dúvidas acerca da viabilidade econômica de empreendimentos desse tipo, sob o ponto de vista da relação produto/mercado, dos aspectos sociais e previdenciários do produtor, da prática da subremuneração e/ou da não remuneração de alguns fatores de produção, etc, vêm propiciando, sobretudo no aspecto da gestão do grupo, um processo educacional — objetivo precípuo para o funcionamento dos grupos de produção — riquíssimo, tanto sob o ponto de vista do desenvolvimento pessoal que engendra como das formas de organização social que cria.



As experiências estudadas permitem, em seu conjunto, alguns comentários em duas perspectivas básicas. A primeira perspectiva refere-se à maneira particular de se empreender um processo educacional que se utilize do trabalho como conteúdo educacional e como processo a partir do qual se desenvolvam as atividades educacionais. Tal processo deve ocorrer de forma a oferecer o ensino de habilidades profissionais pelo desenvolvimento de projetos produtivos numa perspectiva econômica, como forma de se dar e exercitar a aprendizagem, remunerar o trabalho do educando e, ao menos, sustentar a própria reprodução desse processo educacional. A segunda perspectiva é menos imediata e refere-se ao significado sócio-econômico do processo educacional empreendido por essas experiências, tendo em vista as ocupações de trabalho para o qual qualifica e as oportunidades oferecidas pelo mercado de trabalho para o seu exercício.

Nessa primeira perspectiva de comentários, as experiências aqui estudadas confirmaram algumas das considerações já apontadas em trabalho anterior (1).

A necessidade do atingimento de algum nível de produção tende a limitar e prejudicar as perspectivas educacionais propostas, mesmo quando essas se restringem apenas ao desenvolvimento de algumas habilidades práticas relativas a ofícios e ocupações de trabalho. Preocupando-se com a produção, a tendência das experiências é de se estruturarem e se organizarem para tal, relegando até a aprendizagem das habilidades e conhecimentos restritas ao fazer a um segundo plano.

Chega-se a casos extremos ao se considerar como atividades de educação-produção, por exemplo, a horta e o aviário existentes na Escola Flaviano Flavio Batista que, além de não desempenharem nenhuma função educacional, nem mesmo a de ensino profissional, colocam para a escola a

tarefa de gerar recursos para compensar um orçamento insuficiente, desviando assim a atenção de alguns de seus recursos humanos — o diretor principalmente — da tarefa precípua da escola que é a educação. Mais ainda, cria-se a idéia de que isso é possível e de responsabilidade da comunidade escolar, esquecendo-se, porém, que, por enquanto, são atividades subsidiadas pelo Programa e que ainda que sejam capazes de se reproduzirem sem o seu apoio, dificilmente gerarão excedente para suprir outras necessidades da escola. Além do mais essas atividades desviam a comunidade escolar de responsabilizar o Estado pela ausência do suprimento mínimo e necessário para um razoável funcionamento escolar.

Os Grupos de Produção do CENPROMEN em Teresina e as Escolas de Produção Não-Formais em Salvador configuram muito mais uma organização empresarial, apresentando duas sérias implicações para o processo educacional. A primeira refere-se ao fato de que o ensino limita-se exclusivamente ao "bom funcionamento do processo produtivo", em detrimento do desenvolvimento das habilidades mais complexas da área ocupacional de cada caso. A segunda refere-se ao fato de que, contrariamente aos seus próprios objetivos de levar o grupo social em questão a gerir as atividades numa perspectiva autônoma e associativa, cria-se uma organização dual, aos moldes das empresas manufatureiras, entre o que gere e o que é gerido; entre o que planeja, organiza, comanda e controla, e o que executa, sendo portanto comandado e controlado, separando dois aspectos ligados do trabalho

(1) CENAFOR, Experiências e Perspectivas sobre Escolas de Produção no Meio Urbano no Brasil.

humano: concepção e execução. O grupo social é remetido basicamente às funções do executar e, acima dele, cria-se uma hierarquia mais ou menos clara de funcionários para o exercício da gestão, propriamente dita, do processo desencadeado.

A experiência em Novo Horizonte, no município de Angical no Piauí, por sua vez, introduz a perspectiva de uma qualificação para atividades produtivas novas — horticultura e costura — mas totalmente isolada de uma consideração e de uma análise mais aprofundada, junto aos participantes, da realidade local. Promove-se o ensino das habilidades mas não se considera a existência ou não de condições para que as atividades que elas implicam sejam capazes de se manterem e se reproduzirem autonomamente, como é esperado pelo projeto. Na verdade, a responsabilidade dessa realização é deixada apenas aos participantes da comunidade. "Se falharem", a eles será imputada a incapacidade de organização, e não à falta de outros recursos físicos e sociais que a eles não estão disponíveis.

Exceção nesses aspectos pareceu verificar-se no Projeto Várzea, onde encontramos uma prática mais coerente com as diretrizes preconizadas pelos Programas. O trabalho produtivo, nesse caso, antes de se constituir como um fim, restrito e limitado, do processo educacional, é tratado e considerado como um meio para esse processo. Em primeiro lugar, o trabalho, como conteúdo educacional, não se limita a ser considerado, apenas fragmentado e restrito ao desempenho de tarefas e operações relativas ao fazer, mas enquanto um processo amplo de trabalho e produção, abrangendo da concepção do produto ao seu uso e/ou consumo, em seus múltiplos aspectos sociais. Em segundo lugar, o trabalho concreto ali realizado é meio tanto para o desenvolvimento das habilidades relevantes para aquele processo produtivo em particular, como também para o desenvolvimento, no indivíduo, de uma série

de outras habilidades e cognições relevantes para a formação de uma consciência crítica da realidade, das circunstâncias que o cercam, do significado das atividades humanas que desempenha na sociedade, dos seus direitos e dos seus deveres.

Na segunda perspectiva de comentários cabe, inicialmente, a colocação das pressuposições que têm justificado uma ação educacional profissionalizante para as populações carentes de meio urbano e rural. Parte-se da constatação de que parcela significativa da força de trabalho subsiste em ocupações autônomas ou em atividades pouco organizadas de reduzida escala de produção. São as explorações agrícolas de subsistência; as pequenas unidades de comércio, fixa e ambulantes; as unidades prestadoras de serviços (oficinas de reparação, jardineiros, lavadeiras, etc); artesões e pequenas indústrias (costureiros, serralheiros, marceneiros, etc). Supõe-se, assim, a existência do setor informal da economia, com mercado próprio e independente do setor formal, capitalisticamente organizado. Geram-se, nessa perspectiva, propostas de preservação, fortalecimento e expansão desse espaço, através de medidas como: crédito barato, central de matérias-primas, agências de subcontratação de trabalhadores autônomos, apoio à formação de micro-empresas e, finalmente, capacitação profissional técnica e gerencial. Medidas essas que enfatizam um aumento da eficiência produtiva do setor informal, supondo assim aumentar sua competitividade frente ao setor formal. A capacitação profissional técnica e gerencial atuaria nesse sentido e, conseqüentemente, aumentaria os níveis de renda dessa população e a sua mobilidade social, além de se constituir em uma modalidade de educação mais atraente para a população carente, na medida em que lhe permite um retorno econômico mais imediato do que a educação geral.

O comentário, nessa perspectiva, nos remete

primeiramente às pressuposições anteriormente apresentadas, que justificam esse tipo de ação educacional.

O desenvolvimento capitalista, cuja tendência histórica é a destruição do trabalho autônomo e da pequena produção, tem sido, ao longo do tempo, capaz de acolher estas formas de produção, principalmente a indústria a domicílio, o artesanato, os pequenos serviços de reparação e comércio, as economias rurais de subsistência, etc, num processo de sua destruição e recriação. Por exemplo, o supermercado elimina o pequeno armazém e a indústria automobilística cria o espaço para as pequenas oficinas de reparação.

No entanto isso aponta para uma perspectiva um tanto diferente da pressuposta. Ao invés de paralelo e independente, o setor informal se apresenta subordinado ao setor formal, ocupando apenas os espaços delimitados ou criados por esse último.

A associação setor informal e baixa renda corresponde, provavelmente, à parcela mais significativa do setor, significando um trabalho com requerimentos mínimos de capital e de baixo nível de qualificação profissional. Os exemplos mais extremos disso são representados pelos guardadores de carro, carregadores de feiras, etc. O setor informal cumpre assim a função básica de manter e reproduzir a força de trabalho não absorvida pelo mercado de trabalho capitalisticamente organizado. Essa força de trabalho, segundo Paul Singer (2), enquanto não é absorvida ou deslocada pelos movimentos do capital, sobrevive apenas na medida em que sub-remunera os fatores de produção — o valor locativo do espaço utilizado para a produção, a depreciação dos utensílios empregados e, principalmente, seu próprio trabalho. Essa situação corresponde, via de regra, ao segmento menos remunerado da força de trabalho.

Cabe excluir, contudo, parte das atividades do

setor informal que subsistem, subordinadas também à dinâmica do capital, mas que logram níveis razoáveis de remuneração e de condições de existência, protegidas que ficam, sobretudo, pelo requerimento de "capital" para a instalação do negócio e/ou pelo alto nível de qualificação profissional exigido.

A parte mais significativa do setor informal trata de uma produção que se concentra em atividades que inibem qualquer processo sistemático de acumulação de capital; conseqüentemente, sua capacidade de gerar rendas não só é pequena como também limitada, subsistindo, assim, alimentando-se do excedente econômico gerado pelo núcleo capitalisticamente organizado. É O excedente de mão-de-obra não absorvido pelo escasso crescimento do emprego assalariado, substistindo e reproduzindo-se pelas transferências diretas do excedente econômico, gerado na economia como um todo, pelas diversas formas de assistencialismo e caridade ou pela ocupação dos espaços criados e recriados para a produção informal de bens e serviços comercializáveis no mercado. Nesse sentido, setor informal e pobreza apresentam-se intimamente associados.

Geram-se, enquanto aceitamos essa visão de setor informal, algumas indagações acerca dos limites ao desenvolvimento das perspectivas desses Programas de contribuir para o melhoramento dos níveis de emprego e renda dos grupos populacionais pobres através do setor informal da economia.

1. Diversos estudos têm alertado para as

(2) Paul Singer, Elementos para uma teoria do emprego aplicável à países não desenvolvidos.

dificuldades de se pensar o setor informal como objeto de política econômica para o enfrentamento da questão do emprego (3). Chega-se, inclusive, a se desconsiderar o apoio ao setor informal "como objeto de política econômica se quiser enfrentar com seriedade a questão do emprego" (4). As dificuldades do tratamento dessa questão não estariam muito mais ampliadas quando pensada e tratada na órbita restrita de uma política educacional, como nos casos dos Programas PRODASEC e PRONASEC?

2. Aceitando-se que o mercado para os produtos e serviços oferecidos pelo setor informal é, em geral, resultado do nível geral de renda produzido pela economia como um todo, cabe indagar o quanto a ausência de uma qualificação profissional, técnica ou gerencial, representa uma dimensão crítica para o setor informal, que justifique essa perspectiva desses Programas. Conquanto consigam desenvolver algumas qualificações de trabalho, o fazem, via de regra, no âmbito restrito ao desempenho de tarefas e operações fragmentadas, relativas ao fazeres pertinentes a alguns ofícios e ocupações de baixo prestígio social e de baixa cotação na economia. Qualificações essas que, além de limitadas, tendo em vista a perspectiva educacional mais abrangente desses Programas, apresentam-se com uma alta possibilidade de se tornarem obsoletas ou de pouca demanda, sujeitas que ficam aos movimentos do capital.

3. Deixando de lado a questão do mercado para os produtos e serviços oferecidos pelo setor informal, que seria, em geral, resultado do nível geral de renda produzido pela economia como um todo, cabe considerar que as eventuais alternativas que exigem o requisito de qualificação profissional exigem, também, a disponibilidade de um "capital" mínimo para o seu desempenho — as ferramentas, instrumentos e local de trabalho para o eletricitista, encanador, serralheiro, marceneiro, costureiro, etc, por

exemplo —. Supondo que o primeiro requisito fosse cumprido pelo ensino profissionalizante, pergunta-se como se poderia preencher o segundo requisito, praticamente inexistente na população visada pelas suas ações.

4. O setor informal, enquanto alternativa para obtenção de remuneração, é muito mais função do desempenho da economia como um todo. Dessa forma, que força teriam esses Programas de contribuir, de fato, para a melhoria dos níveis de emprego e renda dessa população, que já se utiliza desse setor de forma a subsistir e reproduzir-se? Seja pelo escasso crescimento de absorção de mão-de-obra no setor organizado, agravado ainda mais pela crise econômica; seja pelo aumento populacional; seja pelos processos migratórios; seja ainda pela depreciação salarial, que torna o salário insuficiente para a subsistência e reprodução do trabalhador e sua família, o que, via de regra, obriga ele próprio e seus familiares, cônjuge e filhos, a complementar, geralmente via trabalho não-assalariado, o montante necessário, essa alternativa, já em si precária, se estreita ainda mais pelo aumento do número de pessoas que devem apertar-se numa disputa, cada vez mais violenta, pelo excedente econômico transferido diretamente pelo mecanismo assistencial ou por alguma forma de trabalho no setor informal.

A não ser que se queira apenas "gerenciar" e "disciplinar" a pobreza, reduzir as expectativas

(3) Ver Paulo Renato Souza, *Emprego. Salários e Pobreza*, Clovis Cavalcanti, Viabilidade do Setor Informal: A demanda de pequenos serviços no Grande Recife.

(4) Ver Cláudio Salm, Luiz Carlos Silva e L.F. de Brasil Camargo, *Política Econômica e Política de Emprego*, pgs. 12 e 13.

de educação e de emprego dos grupos sociais populares, harmonizando-as com as oportunidades de educação e de emprego, parece-nos que o relacionamento entre educação e trabalho não pode ser pensado e concretizado à parte dos objetivos de uma educação que, ao lado da instrumentalização para a subsistência, precisa incluir sincrónicamente, e não apenas postergar com algum argumento hierarquizador de necessidades, a instrumentalização para uma participação consciente e crítica na determinação dos rumos da sociedade, o que requer o desenvolvimento de capacidades de análise, reflexão, criação e comunicação.

BIBLIOGRAFIA

1. ANDRADE, A. Cabral de. *A educação-produção como instrumento de política social: o papel das Escolas Técnicas*; Cuiabá, 1980. (Trab. après. VIII REDITEC — Reunião de Diretores de Escolas Técnicas Federais, Cuiabá, 10-15 ago. 1980).
2. ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Carta de princípios. *A Revista da ANDE*, Sao Paulo, 7 (1): 57-9, 1981.
3. BARRETO, Elba S.; MELLO, Guiomar N.; ARELARO, L; CAMPOS, Maria M. M. C. Ensino de 19 e 29 graus: intenção e realidade. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, (30): 21-40, set. 1979.
4. BLANCO, Jacinto. *Consideraciones acerca de la reforma educativa; aspectos fundamentais de la básica general (escuelas de produccion)*. Trab. apres, no Seminário Internacional de Educação, Formação Profissional e Emprego nas Periferias Urbanas, Bahia, Julho 1980. s.n.t.
5. BRASIL. Conselho Federal de Educação. Indicação n9 12/79, aprovado em 08.02.80. *Documenta*, Brasília (231): 160-71, fev. 1980.
6. BRASIL. Conselho Federal de Educação. Parecer 699/72, CE. de 19 e 29 graus, aprovado em 6.7.72. *Documenta*, Brasília (140): 302-37, jul. 1972.
7. BRASIL. Departamento de Ensino Fundamental. *A escola de 1º grau e o currículo de formação especial*. Brasília, 1972. (Série Ensino Fundamental).
8. BRASIL. Departamento de Ensino Fundamental. *Educação para o trabalho no ensino de 1º grau*. Brasília, 1976.
9. BRASIL. Departamento de Ensino Médio. *Do ensino de 19 e 29 graus; leis e pareceres*. Brasília, 1976.
10. BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Portaria n9 1, de 02.01.80. Institui o Programa de Ações Sócio-Educativas e Culturais para as Populações Carentes Urbanas. *Diário Oficial da União*, Brasília, 3 jan. 1980.
11. BRASIL. MEC/SEG. PRODASEC/URBANO. *Estimativa da população alvo do PRODASEC/URBANO*. Brasília, 1980.
12. BRASIL. MEC/SEG. PRODASEC/URBANO. *Programa de Ações Sócio-educativas e Culturais para as populações carentes do meio urbano*. Versão prel. Brasília, 1980.

13. BRASIL. MEC/SEG. PRODASEC/URBANO. *Programa de Ações Sócio-educativas e culturais para as populações carentes do meio urbano — aspectos conceituais e metodológicos*. Brasília, s.d.
14. BRASIL. MEC/SEG. PRODASEC/URBANO. *Programa de Ações Sócio-educativas e culturais para as populações carentes do meio urbano: diretrizes, objetivos e estruturas da programação*. Brasília, 1980.
15. BRASIL. MEC/SEG. PRODASEC/URBANO. *Relatório de atividades 1980*. Brasília, 1981.
16. BRASIL. MEC/SEG. *Projeto educação-produção em áreas urbanas de população carente*. Versão prel. Brasília, 1980.
17. BRASIL. MEC/SEG. PRONASEC/RURAL *Programa Nacional de Ações Sócio-educativas e Culturais para as populações carentes do meio rural: Linhas de Ação para 1981*. Brasília s.d. 13 p.
18. BRUSILOVSKY, Silvia L. *La promoción del trabajo productivo en los programas escolares; estudio de casos*. Paris, UNESCO, 1979. (ED-80/WS/138).
19. CARNOY, Martin. *Educação e Emprego: uma avaliação crítica. Cadernos de Pesquisa*, São Paulo (32), 1980.
20. CAVALCANTI, Clovis. *Viabilidade do Setor Informal; a demanda de pequenos serviços no Grande Recife*. Recife, UNPS, 1978. 160 p. (Série Estudos e Pesquisas, 11).
21. CENAFOR. Divisão de Pesquisa e Desenvolvimento. Serviço de Pesquisa. *Experiências e perspectivas sobre escolas de produção no meio urbano no Brasil; relatório final*. São Paulo, 1981. 269 p. mais anexos.
22. CNRH/IPLAN/IPEA. *Estudos básicos dos serviços para crianças de população de baixa renda; análise e sugestões para uma política social da criança e da família pobre*. Brasília, 1979. 190 p. (Anexo: resumo do documento).
23. CORTELLA, Mario Sergio. *Da integração à interação: mudar para não restringir*. Doc. interno. São Paulo, 1979. p.7. (Mimeografado).
24. CORTELLA, M.S.; COSTA, M.M.; GONÇALVES, A.T.; RIBAS JR., F.B. *Antecipação da terminalidade: questões preliminares*. São Paulo, CENAFOR, 1981 (Reflexões, 4).
25. CUNHA, L.A. O ensino de ofícios manufatureiros em arsenais, asilos e liceus. *Forum Educacional*, Rio de Janeiro, 3 (3): 3-47, jul./set. 1979.
26. CUNHA, Paulo Vieira da. A organização dos mercados de trabalho: três conceitos alternativos. *Revista de Administração de Empresas*, Rio de Janeiro, Ed. Fundação Getúlio Vargas (19): 29-46, jan/mar. 1979.

27. DEAN, Warren. uma escola para a revolução: escolas de ensino médio rural de Cuba. *Educação e Sociedade*, Sao Paulo, (4) set. 1979.
28. DEMO, Pedro. *Perspectiva da educação*. Brasília, MEC, 1979. (Mimeografado).
29. DEMO, Pedro. Política Social da Educação e da Cultura. *Educação*, Brasília, 9 (33): 65-80, jan/mar. 1980.
30. DEMO, Pedro. *Por que educação básica?* Brasília, MEC, 1981. (Mimeografado).
31. DEMO, Pedro. *Dúvidas sobre a profissionalização*. Brasília, MEC, 1981. (mimeografado).
32. DESENVOLVIMENTO AGRO-INDUSTRIAL - JART, ESCOLAS HORTIGRANJEIRAS. *Concepção do projeto*, s. n. t. (Documento, 1).
33. DESENVOLVIMENTO AGRO-INDUSTRIAL - JART, ESCOLAS HORTIGRANJEIRAS. *Roteiro do Trabalho*, s. n. t. (Documento, 2).
34. DET Informa. S. 1., LBA, ano 1, n9 2, 1979.
35. FERREIRA, Maria José do Amaral. *Educação Básica, profissionalização e camadas populares*. São Paulo, CENAFOR, 1982, (Reflexões 22).
36. FRANCO, Luiz Antonio de Carvalho. *Relações entre educação e trabalho: contribuição para um esboço teórico*. São Paulo, CENAFOR, 1982 (Reflexões 21).
37. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Instituto de Estudos Avançados em Educação. *Trabalho rural e alternativa metodológica em educação*, dimensionamento de necessidades e oportunidades de formação profissional: 29 relatório de atividades. Rio de Janeiro, 1980. 2 v. (Convênio SENAR/FGV).
38. FUNDAÇÃO LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. Departamento de Educação para o Trabalho. *Trabalho é briqueado?* s. 1., 1979.
39. GATTI, Bernardete A. et alii. A reprovação na 1ª série do 1º grau: um estudo de caso. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo (38): 3-13, ago. 1981.
40. GORZ, André, org. *Crítica da divisão do trabalho*. São Paulo, Martins Fontes, 1980.
41. GOUVEIA, Aparecida Joly. Democratização do ensino ou desescolarização da sociedade? *Ciência e Cultura*, São Paulo, 33 (8): 1072-6, ago. 1981.
42. GRIGNON, Claude. *L'ordre des choses (les fonctions sociales de l'enseignement technique)*. Paris, Les Editions du Minuit, 1971.
43. GRUPOS de produção — relatos de experiências. *DET Informa; educação para o trabalho*, s. 1., LBA ano 2, n9 5, 1980.

44. KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.
45. MMARI, G.R.V. *Comment rattacher l'école au travail: l'expérience tanzanienne*. *Perspectives*, Paris, 7 (3) 1977.
46. MELLO, Guiomar Namó de. Fatores intra-escolares como mecanismo de seletividade no ensino de 1º grau. *Educação e Sociedade*, São Paulo (2): 70-8, jan. 1979.
47. MELLO, Guiomar Namó de. Pesquisa e educação: questões teóricas e questões de método. In: SEMINÁRIO SOBRE ALTERNATIVAS METODOLÓGICAS PARA A PESQUISA: CONHECIMENTO E REALIDADE, São Paulo, 25-27 ago. 1980. *Relatório final*. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1980.
48. PARO, Vitor Henrique. A propósito do ensino profissional livre no Estado de São Paulo. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo (36): 27-40, fev. 1981.
49. PARO, Vitor Henrique. *Escola e formação profissional: um estudo sobre o sistema regular de ensino e a formação de recursos humanos no Brasil*. São Paulo, Cultrix/Fundação Carlos Chagas, 1979.
50. PASTÚRELO, Vera Lúcia Domínguez. *PRODASEC/URBANO - Reflexões sobre um programa especial e a política educacional atual*. São Paulo, CENAFOR, 1982 (Reflexões 25).
51. PESSOTTI, Alda Luzia. *Escola da família agrícola; uma alternativa para o ensino rural*. Rio de Janeiro, FGV/IESAE, 1978. Tese (Mestrado).
52. PETE ROSSI, H. G. *Educação e mercado de trabalho; análise crítica dos cursos de tecnologia*. São Paulo, Loyola, 1980.
53. PRANDI, José Reginaldo. *O trabalhador por conta própria sob o capital*. São Paulo: Símbolo, 1978. 165 p.
54. PRESCIVALLE, Odair. *O desenvolvimento do ensino profissional a nível da educação elementar no Brasil*. São Paulo, CENAFOR, 1982 (Reflexões 23).
55. RENSBURG, P. van. Education et production: position du problème. *Perspectives*, Paris, vol. VII, nº 3, 1977.
56. ROSSI, Wagner G. *Capitalismo e educação; contribuição ao estudo crítico da economia da educação capitalista*. São Paulo, Cortez e Moraes, 1978.
57. ROSSI, Wagner G. *Pedagogia do trabalho; raízes da educação socialista*. São Paulo, Moraes, 1981, v.1.
58. SALM, C. L. *Escola e trabalho*. São Paulo, Brasiliense, 1980.
59. SALM, Cláudio; SILVA, Luiz Carlos; CAMARGO, L. F. de Brasil. Política Econômica e Política de Emprego. *Política de Emprego*, Rio de

- Janeiro, Instituto Euvaldo Lodi; Universidade do Estado do Rio de Janeiro: 1-19, 1982. (Coleção Universidade e Indústria: monografias).
60. SAUERBRONN, Sidnei. *Educação básica: "uma discussão sobre o fracasso escolar na sociedade brasileira"*. São Paulo, CENAFOR, 1982 (Reflexões 24).
 61. SEMINARIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO PROFISSIONAL E EMPREGO NAS PERIFERIAS URBANAS. Bahia, MEC-SEG. PRODASEC-URBANO, UFBA-ISPB, julho 1980. *Documento básico*. Salvador, 1980.
 62. SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo*. Blumenau, P. Alegre, Belo Horizonte e Recife. São Paulo, Nacional, EDUSP, 1968. 377 p.
 63. SINGER, Paul. *Elementos para uma teoria do emprego aplicável a países não desenvolvidos*. São Paulo: CEBRAP/Brasiliense, 1974 (Cadernos, 18).
 64. SOUSA, Paulo Renato. *Emprego, salários e pobreza*. São Paulo, HUCITEC; Campinas, Fundação de Desenvolvimento da UNICAMP, 1980. 193 p. (Economia e planejamento, Série "Teses e Pesquisas").
 65. VASCONCELOS, P. José de. *Legislação fundamental: ensino de 19 e 29 graus*. São Paulo, LISA, 1972.
 66. VEGA BEZANILLA, Gonzalo. *Orientaciones para la formulación de políticas, estrategias y programas de formación profesional para grupos marginales urbanos: proyecto 147*. Montevideo, CINTERFOR, 1981.44 p.
 67. VELHO, Otávio G., org. *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro, Zahar, 1976. 133 p. (Biblioteca de Ciências Sociais).
 68. VELLOSO, J. R. Socialização e trabalho: escola e produção capitalista. *Educação e Sociedade*, São Paulo, (7) set. 1980.
 69. WERTHEIN, Jorge & BORDENAVE, J.D., org. *Educação rural no terceiro mundo; experiência e novas alternativas*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

CENAFOR
COORDENADORIA DE PESQUISA E APOIO TÉCNICO - COPAT
Seção de Multimeios

**Programação Visual, desenvolvimento e
produção gráfica**

Conceição Aparecida Avancini
Julia M. Rossi

Capa
Conceição Aparecida Avancini

Processamento fotográfico
Mauro de Jesus Nogueira

Impressão
Gráfica CENAFOR



MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

**FUNDAÇÃO CENTRO NACIONAL DE APERFEIÇOAMENTO
DE PESSOAL PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)